

Escolarização na Região do Norte

Evolução 2001 - 2021 com base nos Censos





Ficha técnica

Escolarização na Região do Norte
Evolução 2001-2021 com base nos Censos

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Autor

José Maria Azevedo (NORTE 2020 - CCDR-N)

Recolha de informação dos Censos, elaboração das tabelas e das figuras

Josefina Gomes (Centro de Estudos do Território e da Região - CCDR-N)

Coordenação Editorial

Gabinete de Marketing e Comunicação da CCDR-NORTE

Tratamento Gráfico

Miligram Design Lda.

Data

Abril de 2023

Financiamento

Escolarização na Região do Norte

Evolução 2001 - 2021 com base nos Censos



Sumário

INTRODUÇÃO 04

PARTE I

OBJETIVOS E ENQUADRAMENTO

1. Antecedentes, objetivos e indicadores 11
2. Evolução da população residente jovem 16

PARTE II

PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

3. Pré-escolarização 27
4. Escolarização na população de 15 a 23 anos 31

PARTE III

NÍVEIS DE ENSINO COMPLETOS NA POPULAÇÃO ADULTA JOVEM

- 5. Conclusão do ensino básico na população de 20 a 29 anos 42
- 6. Conclusão do ensino secundário na população de 20 a 29 anos 47
- 7. Conclusão do ensino superior na população de 25 a 34 anos 56

PARTE IV

NÍVEIS DE ENSINO COMPLETOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 25 E MAIS ANOS

- 8. Conclusão do ensino básico na população com 25 e mais anos 67
- 9. Conclusão do ensino secundário na população com 25 e mais anos 69
- 10. Conclusão do ensino superior na população com 25 e mais anos 72

PARTE V

CONCLUSÃO

- 11. Respostas para as perguntas iniciais 79
- 12. Prosseguir a melhoria em educação 84

ANEXOS 95



INTRODUÇÃO

01

A educação escolar é **“um bem comum da humanidade”** (UNESCO): um caminho de desenvolvimento e de emancipação das pessoas, um meio de integração e de inscrição na sociedade, um recurso decisivo da economia, da cultura, da arte e da ciência, uma base para a contínua recriação do mundo.

As instituições educativas são preciosas porque ligam as crianças e os jovens aos outros e ao mundo, transmitem culturas e saberes de geração em geração e ocupam um lugar relevante no quotidiano de pessoas, famílias e organizações, como a pandemia tornou mais visível.

Em vastas regiões do mundo, a educação escolar para todos ainda é sobretudo uma promessa, noutras já é uma realidade bem enraizada. Portugal está entre os países que, nas últimas décadas, se têm aproximado, mais nos jovens do que nos adultos, da realização de um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 assumidos pelas Nações Unidas: “garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

02

A sociedade portuguesa deu passos notáveis na **melhoria da escolarização** das crianças e dos jovens e na recuperação dos défices crónicos na escolaridade da população adulta. As últimas décadas ainda não anularam os efeitos seculares de pouco investimento na alfabetização e na escolarização universal da população, mas permitiram-nos, no que respeita à população jovem, atingir os níveis médios da União Europeia.

Este compromisso com o progresso da educação mobilizou toda a sociedade - desde as crianças e os jovens e as suas famílias até aos decisores políticos nacionais e locais, com lugar de relevo para o trabalho das organizações de educação e formação - e beneficiou de mais de três décadas de fundos estruturais europeus, que apoiaram o investimento em múltiplas frentes, designadamente nas infraestruturas e nos equipamentos educativos, nas modalidades de formação profissional ou profissionalizante de jovens e adultos, nos cursos de especialização tecnológica e de técnicos superiores profissionais, nos doutoramentos, na ação social escolar e nos programas de promoção do sucesso escolar ou de combate ao insucesso escolar.¹

Apesar da massificação do acesso e dos progressos nos indicadores de escolarização e de transição e conclusão, há muito a melhorar na ação das organizações educativas na perspetiva da equidade e da inclusão. Alguns exemplos: a condição socioeconómica das crianças e dos jovens continua a marcar fortemente os seus percursos escolares, ainda temos muitos jovens que não concluem a escolaridade obrigatória; são preocupantes as insuficiências de aprendizagem identificadas em provas de aferição ou em provas nacionais, como as que foram realizadas após o início da pandemia; são muito elevados os níveis de insucesso e abandono no ensino superior.

¹ Foram múltiplos os veículos deste financiamento: PRODEP I (1989-1993), PRODEP II (1994-1999), PRODEP III (2000-2006), POPH (2007-2013) e POCH (2014-2020), a que se juntam os programas regionais e outros programas temáticos, nomeadamente nas áreas da inclusão social, da valorização do território e da sociedade de informação, e ainda iniciativas e programas europeus com incidência na educação e na formação, com destaque para o Programa ERASMUS. Na linha dos programas temáticos temos atualmente o Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (2021-2027).

03

A relação entre a **educação e o desenvolvimento** das sociedades pode ser observada em dois sentidos: o desenvolvimento económico e social propicia condições, incentivos e recursos para o investimento na educação; e, por sua vez, a educação é uma condição necessária para o desenvolvimento, em especial se deste adotarmos uma conceção que, além da economia, do trabalho e das profissões, inclui outras dimensões sociais, culturais e políticas da vida em sociedade e não se limita a uma visão de curto prazo.

Esta relação entre educação e desenvolvimento assume diferentes expressões, consoante a evolução do sistema de educação e formação, as características da economia, as alterações demográficas, as mudanças culturais ou os recursos e investimentos políticos e institucionais. Assim, estes fatores conjugam-se e criam, em cada território, um quadro que estrutura a relação das pessoas com a educação e a formação.

04

No primeiro estudo de caracterização da Região e dos seus espaços sob o ponto de vista dos resultados na educação, realizado pela então Comissão de Coordenação da Região do Norte, considerou-se com prudência **o poder da educação na transformação das sociedades**: “reconhecemos, obviamente, que as causas das injustiças sociais não radicam na educação e por isso é deslocado pensar que as escolas, por si, as vão corrigir. Mas admitimos também o impacto da frequência escolar quer nas possibilidades e nas capacidades de os indivíduos fazerem face às mudanças sociais, económicas e culturais, quer nas potencialidades de mobilidade social.”²

No mesmo sentido, consideramos que se é limitada a capacidade de a educação transformar as estruturas sociais e a expressão territorial das desigualdades, grande é o seu potencial, seja na construção dos percursos de vida pessoais, seja como investimento estrutural no reforço das competências de que uma sociedade dispõe. Assim, não esquecendo os limites do contributo da educação, reconhecemos que esta pode ser um fator importante na prevenção da reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão social e na promoção de uma maior igualdade de oportunidades.

05

Também a relação específica entre **a educação e a economia** não é linear nem simples, como podemos observar a partir de, entre outras, duas perspetivas de análise. A primeira: declaramo-nos hoje perante a “geração mais qualificada de sempre”, garantido que é, pelo menos, a mais escolarizada e certificada. No entanto, a inserção desta geração no mercado de trabalho nacional revela múltiplas dificuldades, como sejam (I) o desemprego que atinge os diplomados em determinadas áreas de formação, apesar de as credenciais académicas proporcionarem uma situação relativamente favorável, (II) a remuneração do trabalho, que perde sem apelo na comparação com outras economias, incluindo algumas próximas na geografia, e (III) a precariedade e a falta de perspetivas de carreira, que dificultam a estabilização de projetos de vida.

A segunda: verificamos que a evolução da produtividade da economia portuguesa neste século não tem acompanhado o aumento da escolaridade da população mais jovem (o que não constitui um fenómeno exclusivamente português). De facto, do ponto de vista económico, o incremento significativo das competências disponíveis não tem bastado para alterar significativamente as especializações produtivas de um determinado território, a sua inserção na economia europeia e mundial, a organização do trabalho ou a gestão das empresas e de outras entidades. O ritmo de crescimento das habilitações dos residentes não é o mesmo da mudança dos contextos económicos e sociais e das culturas organizacionais. Por outro lado, é muito variável a capacidade de os territórios reterem e atraírem pessoas, designadamente as mais escolarizadas.

A educação é uma condição necessária para uma sociedade dispor de recursos para a formação contínua e a reconversão profissional, para a inovação ou a “transição digital”, mas não é suficiente. Retomaremos estes temas nas conclusões.

² CCRN, *Estudo das Disparidades Regionais no Acesso aos Benefícios da Educação na Região do Norte*, Porto, 1987, p. 2.

07

Os estudos que caracterizam os níveis de escolaridade na Região são uma faceta da intervenção da CCDR-N no setor da educação, tendo sido publicados quatro com base na informação dos recenseamentos, como daremos nota no primeiro capítulo. Estando agora disponíveis os resultados definitivos dos Censos 2021, importava indagar **o sentido e a oportunidade de um quinto estudo**, 36 anos após a divulgação do primeiro. Reconhecemos que a sociedade portuguesa dispõe hoje de informação estatística mais vasta e mais atualizada, pois temos beneficiado tanto da melhoria das estatísticas da educação como do incremento de instâncias de análise, de monitorização e de prestação de contas, desde a escala municipal até à das organizações internacionais.

Nesta perspetiva, destaca-se a melhoria das estatísticas disponibilizadas pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), que tem igualmente publicado relatórios de análise destas estatísticas.

Realce merece também a produção pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) de edições anuais do relatório *Estado da Educação* que “apresenta uma visão integrada e global de um conjunto de indicadores definidos no quadro das políticas europeias e nacionais relativas à educação e à formação de crianças, jovens e adultos em Portugal, de modo a permitir um melhor conhecimento do sistema educativo e a promover um debate informado em torno dos seus principais desafios.”³

Os trabalhos de avaliação da aplicação dos fundos estruturais europeus ocupam neste contexto um lugar de relevo, pois a obrigação de prestação de contas sobre a utilização dos recursos disponibilizados tem promovido a monitorização e a avaliação de programas e de medidas de política pública, o que ainda não constitui uma prática sistemática na ação pública. Contamos ainda com um crescente contributo de outras instituições no tratamento e na divulgação de informação estatística, nomeadamente a Fundação Francisco Manuel dos Santos, a Fundação Belmiro de Azevedo e, mais recente, a Fundação José Neves.

Por fim, as comparações de resultados entre países, em especial no quadro da União Europeia, mas também as que decorrem da aplicação em Portugal de testes internacionais sobre conhecimentos e competências dos alunos, acabam por ter alguma expressão mediática. Na realidade, a participação em instâncias, projetos e estudos internacionais influencia e suscita a adaptação de modelos, com as opções nacionais a ficarem de algum modo marcadas pelas comparações, pelas experiências alheias e até por razões de afirmação no plano internacional.

06

Não se estranha que, ao longo das décadas, a educação e a formação tenham ocupado um **lugar de destaque nas preocupações e nas atividades** da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), como se pode verificar, entre outros, nos seguintes campos: (I) a gestão de programas regionais, com fundos estruturais europeus, que financiam a construção e a requalificação de infraestruturas e o apetrechamento de equipamentos escolares, o alargamento do acesso a diversas tipologias formativas e a concretização de programas nacionais ou municipais e intermunicipais de promoção do sucesso escolar; (II) o investimento institucional e associativo no alargamento da oferta na fase de maior crescimento do sistema educativo, sobretudo nos anos 80 e 90 do século passado; (III) a intervenção em iniciativas e programas específicos, desde a criação do Ensino Técnico-profissional (1983-85) ou o primordial Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (1988-1991) até ao fomento de redes regionais para o emprego e a formação; (IV) a participação ativa no Conselho Nacional de Educação (1988-2015) e a representação recente nos conselhos municipais de educação (a partir de 2019).

³ Conselho Nacional de Educação, *Estado da Educação 2021*, janeiro de 2023, pág. 4.

08

Entendemos que se justifica um novo estudo que atualize a **leitura específica da evolução da escolarização** e que, neste contexto institucional, persiga objetivos próprios, centrados na análise regional e sub-regional, visto que a informação tratada neste relatório privilegia os 86 municípios e as oito NUTS III da Região do Norte. Desta forma, pretendemos enriquecer a compreensão da evolução da Região e dos diversos espaços que a constituem, reconhecendo potencialidades e fragilidades a partir das mudanças nos resultados educativos.

As conclusões do estudo baseado na informação dos Censos de 2011 autorizaram uma mensagem clara: a Região do Norte deixou de se destacar pela negativa nos resultados em educação dos mais jovens e o seu progresso contribuiu muito para a melhoria no país. As estatísticas da educação têm-nos mostrado que esta tendência se reforçou na década seguinte, mas importa conhecer a sua expressão à luz dos resultados dos Censos de 2021.

09

Temos consciência dos **limites de estudos como este**, desde logo porque neles se trabalha resultados expressos em índices quantitativos globais, que permitem comparar e fazer perguntas, mas não pretendem explicar,⁴ até porque as áreas das divisões administrativas, nas escalas aqui trabalhadas, não coincidem com os territórios das realidades sociais. Por outro lado, estes relatórios informam, por exemplo, sobre quantas pessoas concluíram os diferentes níveis de ensino, mas não tratam os percursos e os resultados escolares ou a pertinência social, económica, científica e cultural dos diplomas atribuídos.

No entanto, os resultados quantitativos obtidos nos indicadores selecionados permitem ter uma visão geral e perceber as tendências nos territórios considerados e, sobretudo, são qualificadores de cada um destes territórios do ponto de vista da abrangência do acesso aos benefícios da educação, também enquanto expressão de integração social e de potencial de desenvolvimento.

10

O presente relatório está organizado em **cinco partes**.

Na **parte I**, explicitamos os objetivos, inserindo-os na linha das conclusões dos relatórios anteriores, apresentamos os indicadores utilizados e outras notas técnicas e, como enquadramento geral, caracterizamos de modo sintético a evolução recente da população residente mais jovem.

A **parte II** apresenta os índices de pré-escolarização e escolarização da população residente em idade pré-escolar e escolar, caracterizando o desempenho do sistema educativo no passado recente.

Na **parte III**, trabalhamos os níveis de ensino atingidos pela população residente em grupos situados entre os 20 e os 34 anos, o que nos permite analisar o impacto do sistema educativo, em especial nas duas últimas décadas, na estrutura de habilitações escolares da população adulta mais jovem.

A **parte IV** trata os níveis de ensino concluídos pela população residente com 25 e mais anos, observando efeitos de mais longa duração.

Por fim, a **parte V** reúne uma apreciação geral da evolução dos resultados, sob a forma de respostas às perguntas iniciais, e enuncia algumas perspetivas de ação para a continuidade do progresso da educação.

⁴ Embora Daniel Pennac, nas suas reflexões sobre a educação e a pedagogia, a partir da experiência pessoal de mau aluno, considere que "Estatisticamente tudo se explica, pessoalmente tudo se complica" (*Mágoas da escola*, Porto Editora, 2009).





PARTE I

OBJETIVOS

E ENQUADRAMENTO

1. Antecedentes, objetivos e indicadores
2. Evolução da população residente jovem

1. Antecedentes, objetivos e indicadores

O primeiro capítulo explicita os objetivos deste trabalho, inserindo-os na linha das conclusões dos relatórios anteriores, apresenta os indicadores utilizados e inclui as notas técnicas mais relevantes.

1.1

Estudos de 1987, 1996, 2003 e 2013

Ao ritmo decenal dos recenseamentos da população, a CCDR-N produziu quatro estudos de caracterização da escolarização na Região do Norte:

- I. *Estudo das Disparidades Regionais no Acesso aos Benefícios da Educação na Região do Norte*, publicado em 1987, com informação do recenseamento de 1981;
- II. *Disparidades Regionais em Educação e Formação: a Região do Norte*, publicado em 1996, com recurso, entre outra, a informação disponibilizada pelos Censos de 1991;
- III. *Disparidades territoriais em educação na Região do Norte - Indicadores de escolarização construídos com informação dos Censos de 2001*, editado em 2003;
- IV. *Escolarização na Região do Norte - Evolução das Disparidades Territoriais 1991-2011, com informação dos Censos de 2011*, editado em 2013.⁵

Ao apresentar os resultados em educação com níveis de desagregação espacial até então pouco trabalhados, o **estudo publicado em 1987** obteve alguma repercussão pública e provocou debates sobre a diversidade dos espaços que compõem o território da Região do Norte. Este primeiro estudo realçou o atraso desta Região no contexto nacional (“concentrava os mais baixos índices de escolarização e os mais altos níveis de insucesso escolar”) e identificou uma “área crítica no centro do mapa da Região do Norte” com resultados particularmente preocupantes, o que interrogava a visão assente na distinção nítida entre litoral e interior.⁶

Estas conclusões provocaram alguma ressonância mediática, sobretudo por realçarem a existência de uma “zona cinzenta” ou mesmo de uma “mancha escura” na faixa central da Região, em especial no território da atual NUTS III Tâmega e Sousa,⁷ onde se reconhecia uma “íntima relação entre os problemas educativos revelados e a situação global envolvente. Um exemplo, entre outros: a relação crucial entre resultados escolares e emprego de menores”. Desta forma, o estudo contribuía para a mobilização de perspetivas mais complexas na análise das diferenças entre os espaços sub-regionais.

O **relatório de 1996** alargou muito o âmbito de análise, apresentando “progressos no número e na di-



versidade de variáveis de caracterização do sistema escolar, nos graus de desagregação espacial de informação e no tratamento estatístico, em especial das disparidades inter- e intrarregionais. Correspondendo às alterações mais notórias da década de integração europeia, este estudo desenvolve as matérias relativas à diversificação da oferta do ensino secundário e ao ensino superior” (CCRN, 1996: 22-23). De facto, este foi o relatório mais extenso e aprofundado, pois, além dos resultados do recenseamento, trabalhou múltiplos indicadores da frequência escolar e dos percursos escolares das crianças e dos jovens, incluindo o sucesso e o abandono.

O **relatório de 2003** foi mais estreito no âmbito e contido na ambição. Considerou-se então ser “possível aceder a informação mais atualizada, designadamente sobre frequências escolares, rede escolar ou recursos educativos, pelo que já não se justificava] que a CCDR-N desenvolvesse] um trabalho com a envergadura dos anteriores. No entanto, entendeu-se que seria útil atualizar a informação que suportou parte dos estudos anteriores, visando desenvolver a perspetiva territorial da análise da evolução do sector, constituindo uma série que, em certos indicadores, permite comparações em três décadas, e disponibilizar informação mobilizável para sensibilização e reflexão em diversas instâncias” (CCDR-N, 2003: 7). Assim se fez.

⁵ Com a colaboração de diversos serviços da CCRN, depois CCDR-N, os quatro relatórios foram realizados por Joaquim Azevedo e José Maria Azevedo (relatório de 1987); por José Maria Azevedo (coord.), Paula Cristina Oliveira, Paula Cristina Santos e Paula Salvador (1996); e por José Maria Azevedo, com o apoio de Josefina Gomes (2003 e 2013).

⁶ Na nota de apresentação, Luís Braga da Cruz realçava como novidade o facto de “uma investigação aplicada da área da cultura e da educação vir pôr em causa a consagrada divisão bipolar da Região entre litoral e interior, zonas de habitat disperso e zonas de habitat concentrado, zonas de predominância rural e agrícola «versus» zonas marcadamente urbanas e industriais.”

⁷ As fragilidades socioeconómicas deste território tornar-se-iam mais evidentes em trabalhos como os do INE sobre o *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional* (a mais recente atualização em 7 de junho de 2022) ou as *Contas Regionais* (atualização em 16 dezembro de 2022). Entretanto, os resultados escolares da população jovem mudaram profundamente, como veremos.

O **relatório de 2013** manteve grande parte dos indicadores do imediatamente anterior, tendo sido acrescentados alguns relativos à educação pré-escolar, ao analfabetismo e aos graus académicos do ensino superior, à “saída da escola sem conclusão do ensino secundário na população de 18-24 anos” e à “conclusão do ensino superior na população de 30-34 anos”, bem como ao nível de ensino mais elevado e completo obtido pela população residente adulta. De forma singular, o relatório incluiu um pequeno capítulo sobre as políticas de educação prioritária, que incluem as medidas de política que elegem o território como ponto de partida para o diagnóstico e a ação.

Esta série de estudos contribuiu para um melhor conhecimento da Região e da heterogeneidade dos seus espaços, ao proporcionar a quantificação e até uma certa visualização das assimetrias internas, na perspetiva dos resultados em educação; por outro lado, constituíram um instrumento de debate e, nas primeiras edições, uma base de reivindicação de uma atenção específica, a que recorreram municípios e instituições de nível supramunicipal e regional.

1.2 Conclusões dos estudos anteriores como ponto de partida

A dimensão diacrónica dos estudos permite medir a intensidade e o ritmo da mudança que, década após década, ocorre nos territórios em análise. Neste sentido, antes de enunciarmos os objetivos do presente estudo, retomamos as principais conclusões de relatórios anteriores.

Assim, concluiu-se em **1996**:

«De acordo com os resultados dos recenseamentos, não se verificaram, entre 1981 e 1991, alterações significativas na distribuição espacial das assimetrias inter e intrarregionais em matéria de educação. Apesar de, num cenário de melhoria generalizada de resultados, ocorrer alguma tendência para a redução da expressão quantitativa das disparidades, a Região do Norte continua a apresentar valores inferiores, por vezes muito inferiores, às médias do Continente, nomeadamente em indicadores fundamentais de caracterização dos níveis de escolarização das camadas etárias mais jovens.

A situação desfavorável da Região do Norte (no contexto das NUTS II) é alimentada, de modo decisivo, pelos resultados obtidos numa faixa central do seu território, constituída por áreas de média e elevada densidade populacional e com valores relativamente altos de população em idade escolar. Numa visão global deste estudo, sobressai uma conclusão: mantêm-se e são mesmo evidenciados os contornos de uma “área crítica”, já identificada no estudo de 1987» CCRN, 1996: 139). [Sublinhados de 2023].

Em **2003**, sob o título *Mudança e continuidade*, considerou-se:

“Com a exceção de algumas adjetivações, ajusta-se ao período decorrido entre 1991 e 2001 a primeira conclusão do estudo *Disparidades Regionais em Educação e Formação: a Região do Norte*, que centrou a sua análise na década de 80 (...).

De facto, na década de 90,

- I. continuou e, em certos casos, acelerou-se a melhoria generalizada dos resultados em educação;
- II. a Região do Norte continua a destacar-se pelos valores baixos que apresenta no conjunto das NUTS II, apesar de
- III. ter ocorrido uma significativa diminuição de disparidades em quase todos os indicadores e mesmo uma convergência nos referentes aos níveis de escolarização mais baixos;
- IV. a «área crítica» na «faixa central» mantém-se e, em alguns indicadores, ocorre uma maior concentração territorial dos resultados menos favoráveis” (CCDR-N, 2003: 51-52).

O **estudo publicado em 2013** realçou a aceleração na melhoria dos resultados, em particular na Região do Norte:

“Numa perspetiva geral, estamos perante uma aceleração da melhoria dos resultados, em especial nos indicadores referentes aos níveis etários mais jovens. Em boa parte dos indicadores, o progresso na Região do Norte e nos seus subespaços é superior à média do progresso nas outras regiões, contribuindo decisivamente para a melhoria dos resultados no país. (...) Apesar do alcance desta recuperação, ainda estamos longe dos resultados médios à escala europeia, designadamente nos indicadores relativos à escolarização nos níveis secundário e superior e na população em idade ativa” (CCDR-N, 2013: 106).

O relatório realçava ainda: a redução das disparidades inter-regionais (entre NUTS II do Continente) e intrarregionais (entre as NUTS III do Norte); a manutenção da “área crítica” na faixa central da Região, mas com contornos mais esbatidos, sobretudo devido aos progressos notáveis verificados na NUTS III Tâmega; a diminuição da diferença entre os resultados das Mulheres e dos Homens, embora se mantenham na maioria dos indicadores claramente favoráveis às primeiras; a melhoria apreciável dos indicadores de escolarização na população adulta, seja pela influência dos grupos mais jovens, que atingiram níveis de escolarização mais elevados, seja pelas qualificações adquiridas pelos adultos em novas oportunidades de educação e formação (Ibidem: 107-110).

Esta visão sumária das conclusões dos relatórios ao longo das décadas oferece-nos elementos preciosos para a definição do “caderno de encargos” do presente trabalho.

1.3

As perguntas deste estudo

A caracterização da evolução dos índices de escolaridade da população residente ocorrida na década censitária 2011-2021, em comparação com as décadas anteriores, sempre que possível e pertinente, significará de algum modo uma medição do impacto do investimento forte e persistente que a sociedade portuguesa tem vindo a fazer na educação das crianças e dos jovens e, com menos intensidade e mais intermitência, na educação e formação dos adultos.

Conhecedores da informação entretanto produzida, estamos certos de que encontraremos, no fim da década, uma melhoria dos níveis globais de frequência escolar e de conclusão dos sucessivos ciclos de estudo e a redução das assimetrias inter-regionais e intrarregionais, sobretudo na população mais jovem. De qualquer modo, importa-nos conhecer a extensão e a intensidade destas mudanças.

Em primeiro lugar, no que respeita à **população em idade pré-escolar e escolar**, procuraremos resposta para perguntas como as seguintes:

- Manteve-se o ritmo de crescimento dos níveis de pré-escolarização?

- Confirmou-se a aproximação à frequência universal da escola na população residente de 15-17 anos?

- Aumentou expressivamente a frequência escolar na população residente de 18-23 anos?

- Continuou a reduzir-se a diferença de resultados entre Homens e Mulheres, tomando como exemplo a escolarização na população de 18-23 anos?

- Prosseguiu a diminuição de disparidades inter-regionais na escolarização da população em idade pré-escolar e escolar?

- Prosseguiu a diminuição de disparidades intrarregionais na escolarização da população em idade pré-escolar e escolar?

Em segundo lugar, pretendemos conhecer os níveis de habilitação escolar completos atingidos pela população residente, tanto entre a **população adulta mais jovem**, entre 20 e 34 anos, como na **população com idade igual ou superior a 25 anos**. Assim, perguntamo-nos:

- Como se repercute o aumento da escolarização nos níveis de conclusão dos diferentes ciclos de estudo entre a população adulta mais jovem?

- Como evoluíram os indicadores de escolaridade de toda a população adulta?

- Em que medida o analfabetismo permanece?

Em terceiro lugar, numa perspetiva geral, pretendemos observar o que se alterou na **comparação de resultados entre a Região do Norte e o Continente e entre as NUTS III da Região**:

- Como, em geral, se situa a Região do Norte em comparação com o Continente?

- Há algum espaço sub-regional ou espaços sub-regionais que se destaque(m) pelos resultados mais ou menos positivos?

Apresentamos no capítulo 11 uma síntese das respostas a estes três grupos de perguntas.

1.4 Os indicadores utilizados

Propomo-nos trabalhar os indicadores que se nos afiguram mais pertinentes para, com a informação disponível, medir os resultados e as diferenças de ritmo de evolução nas escalas territoriais aqui utilizadas - a NUTS I Continente, as cinco NUTS II do Continente, sempre que pertinente, as oito NUTS III e os oitenta e seis concelhos da Região do Norte.

Considerando a dimensão diacrónica destes relatórios, mantemos o mais possível os indicadores do relatório anterior, sem prejuízo de algumas alterações substantivas.

Assim, **de novo**, destacamos a caracterização sucinta das alterações demográficas que a Região do Norte está a sofrer e da sua expressão na frequência escolar, a informação sobre os serviços de acolhimento nos 0-2 anos de idade, no contexto de uma valorização acrescida da dimensão educativa destes serviços, e a autonomização das estatísticas sobre diplomados com o grau académico de doutor.

Entre os indicadores que **deixam de ser tratados**, há limitações que decorrem da informação disponível e das opções próprias. As limitações: o questionário individual dos Censos 2021, ao não incluir a pergunta relativa ao nível de educação frequentado por cada pessoa no momento censitário, deixou de permitir o cálculo da taxa real de escolarização nos diversos níveis escolares, pelo que tivemos de prescindir do capítulo específico. Também não é possível calcular, com base nos Censos 2021, a taxa bruta de pré-escolarização, pois, por exemplo, não é possível saber se uma criança com seis anos no momento censitário que "frequenta o sistema de ensino" o faz na educação pré-escolar ou no 1.º ciclo do ensino básico.

As opções mais significativas: não trataremos informação sobre o nível de escolarização nos 12-14 anos de idade e sobre a conclusão do 6.º ano de escolaridade na população adulta por, nos dois casos, já se ter verificado, em 2011, uma aproximação generalizada à universalização da frequência, pelo que não haverá diferenças territoriais assinaláveis.

Apesar de a informação **por concelho** representar uma desagregação apreciável, temos consciência de que esta unidade territorial compreende muitas diferenças, dada a heterogeneidade interna que, sob o ponto de vista socioeconómico, caracteriza, com mais ou menos intensidade, a generalidade dos municípios. Outros trabalhos ganharão em recorrer a níveis de desagregação mais finos, como são as freguesias e as secções estatísticas, mormente se tais trabalhos forem realizados no contexto de uma ação local.

De qualquer modo, a título ilustrativo, calculamos os valores para as **freguesias** da Região do Norte em indicadores **próximos** dos indicadores emblemáticos da Estratégia Europa 2030: (I) a frequência da educação pré-escolar nos 4-5 anos de idade, (II) a população residente de 18-24 anos que tem no máximo o 3.º ciclo do ensino básico completo e não frequenta o sistema de ensino e (III) a população residente de 25-34 anos que completou um curso do ensino superior. Para melhor perceção das diferenças, destacamos os resultados dos três concelhos mais populosos da Região, ou seja, Vila Nova de Gaia, Porto e Braga.



1.5 Outras notas técnicas

01

Salvo indicação em contrário, a informação de base é do Instituto Nacional de Estatística, incluída nos Censos de 1991, 2001 e 2011 e nos resultados definitivos dos Censos de 2021, disponibilizados em 23 de novembro de 2022. A definição, o cálculo e a apresentação gráfica dos indicadores são da responsabilidade do autor deste relatório.

O momento censitário deste último recenseamento foi o dia **19 de abril de 2021**. Nas estatísticas de educação, organizadas por ano letivo, tomamos como referência a informação de 2020/2021.

02

As escalas territoriais utilizadas são a União Europeia a 27, Portugal, a NUTS I Continente, as cinco NUTS II do Continente e as oito NUTS III da Região do Norte, bem como os seus oitenta e seis concelhos. Nos casos referidos, são ainda consideradas as freguesias da Região.

03

Nas comparações à escala europeia, foi sempre considerada a **composição da União Europeia** em 2021, tendo o Eurostat recalculado os valores dos anos anteriores de acordo com esta composição. Recordemos que, em comparação com 2011, a União a 27 já incluía a Croácia, que entrou em 2014, e já não integrava o Reino Unido, que saiu em 2020.

04

A **delimitação das NUTS II** Centro, Lisboa e Vale do Tejo (LVT) e Alentejo foi alterada em 2002: as NUTS III Oeste e Médio Tejo foram transferidas de LVT para o Centro, a NUTS III Lezíria do Tejo de LVT para o Alentejo, e o que restou da NUTS II LVT deu origem à NUTS II Lisboa, mais tarde designada "Área Metropolitana de Lisboa".⁸ Todos os resultados referentes a 1991 e a 2001 foram recalculados de acordo com as novas NUTS II, pelo que, neste relatório, a comparação entre Censos, a esta escala, está devidamente suportada.

05

Considera-se neste relatório a **nova configuração das NUTS III**, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, quando estas passaram a constituir «unidades administrativas», tendo como referência as entidades intermunicipais: a Área Metropolitana (AM) do Porto e as sete Comunidades Intermunicipais (CIM) da Região do Norte. As alterações então introduzidas foram muito expressivas, com destaque para a junção do Grande Porto e do Entre Douro e Vouga na nova AM do Porto e para a criação das NUTS III do Alto Tâmega, de Tâmega e Sousa e das Terras de Trás-os-Montes. Apenas as NUTS III Alto Minho (antes Minho-Lima) e Cávado mantiveram a constituição (cf. Figura A1, em anexo, com as NUTS III e os concelhos da Região do Norte).⁹ Consequentemente, os resultados dos Censos anteriores utilizados neste relatório (1991, 2001 e 2011) foram recalculados de acordo com a configuração das NUTS III definida em 2013.

06

Para não sobrecarregar as tabelas, os resultados são quase sempre apresentados em percentagem, sem inscrição dos respetivos valores absolutos. Em anexo, disponibilizamos a Tabela A.1 com a informação da população residente apurada nos Censos 2021 que serviu de base a grande parte dos nossos cálculos, bem como a Tabela A.2, com os resultados nos indicadores trabalhados por concelho da Região do Norte.

07

Sempre que consideramos adequado, o presente relatório adapta a redação de partes de alguns capítulos do relatório *Escolarização na Região do Norte - Evolução das Disparidades Territoriais 1991-2011*, editado em 2013.

⁸ Decreto-lei n.º 244/2002, de 5 de novembro, e Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003, publicado no JO L 154, de 21 de junho.

⁹ Os novos limites territoriais das NUTS III e as respetivas designações constam do Anexo II da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou os estatutos das entidades intermunicipais. Ver igualmente Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto, publicado no JO L 241, de 13 de agosto.

2. Evolução da população residente jovem

A análise da evolução da população residente em idade pré-escolar e escolar é fundamental para contextualizar e compreender melhor as alterações da frequência escolar e estimar a procura da educação nos anos vindouros.

Não nos ocupa aqui a evolução demográfica geral, mas apenas a apresentação de informação relativa à população residente em idade escolar, complementada com dados globais sobre inscritos nos níveis educativos de frequência tendencialmente universal, ou seja, na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

2.1

População residente em idade pré-escolar e escolar

Nos últimos decénios, a Região do Norte vê a sua situação em termos absolutos e a sua posição no todo nacional claramente alteradas. Assim, num contexto de diminuição generalizada da população mais jovem, a quebra é mais acentuada nesta Região.

As Tabelas 1, 2 e A.1 (anexo) apresentam a evolução, entre 2011 e 2021, da população entre 0 e 23 anos, dividida por grupos etários que se aproximam da idade considerada normal para a educação da primeira infância (0-5 anos) e para os ensinos básico (6-14 anos), secundário (15-17 anos) e superior (18-23 anos).

Tabela 1.

População residente em idade pré-escolar e escolar (0-5, 6-14, 15-17 e 18-23 anos), por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2011 e 2021

NUTS	0 - 5 anos			6 - 14 anos			15 - 17 anos			18 - 23 anos		
	2011	2021	Dif.(%)	2011	2021	Dif.(%)	2011	2021	Dif.(%)	2011	2021	Dif.(%)
Alto Minho	11 702	9 384	-19,8	20 812	16 447	-21,0	7 423	6 430	-13,4	15 695	13 632	-13,1
Cávado	24 066	20 552	-14,6	43 340	34 871	-19,5	15 092	13 591	-9,9	31 040	29 546	-4,8
Ave	23 032	19 593	-14,9	44 289	32 229	-27,2	15 595	12 775	-18,1	32 037	29 018	-9,4
AM do Porto	97 317	80 767	-17,0	167 670	137 170	-18,2	56 579	51 803	-8,4	118 980	114 024	-4,2
Alto Tâmega	3 555	2 826	-20,5	7 129	4 855	-31,9	2 692	2 073	-23,0	5 690	4 263	-25,1
Tâmega e Sousa	25 426	18 688	-26,5	48 725	33 431	-31,4	17 523	13 580	-22,5	34 520	31 079	-10,0
Douro	9 173	6 928	-24,5	17 943	12 324	-31,3	6 485	4 990	-23,1	13 530	11 083	-18,1
Terras de Trás-os-Montes	4 622	3 771	-18,4	8 432	6 329	-24,9	3 237	2 477	-23,5	7 083	6 021	-15,0
Norte	198 893	162 509	-18,3	358 340	277 656	-22,5	124 626	107 719	-13,6	258 575	238 666	-7,7
Centro	116 004	96 891	-16,5	203 254	166 508	-18,1	69 682	63 506	-8,9	145 497	135 163	-7,1
AM de Lisboa	174 363	155 079	-11,1	263 518	256 134	-2,8	83 942	91 098	8,5	179 554	188 184	4,8
Alentejo	38 510	32 305	-16,1	64 264	54 834	-14,7	20 837	20 419	-2,0	45 087	41 679	-7,6
Algarve	26 474	23 906	-9,7	40 500	38 875	-4,0	13 328	14 114	5,9	27 477	27 305	-0,6
Continente	554 244	470 690	-15,1	929 876	794 007	-14,6	312 415	296 856	-5,0	656 190	630 997	-3,8

Fonte: INE - Censos 2011 e 2021

Em todos os grupos etários considerados e no decénio em causa, a quebra no Norte é sempre a mais elevada, com a descida mais acentuada no grupo de 6-14 anos e uma menor diferença na comparação com as outras NUTS II no grupo de 0-5 anos. Diversamente, a AM de Lisboa ainda regista um aumento do número de residentes dos dois grupos entre 15 e 23 anos e o Algarve do grupo de 15-17 anos e as duas regiões têm as menores quebras nos dois grupos entre 0 e 14 anos.

A população global em idade pré-escolar e escolar (entre 0 e 23 anos) tem vindo a diminuir drasticamente: na Região do Norte, em 2001, este grupo etário integrava 1.142.126 pessoas e representava 31,0% da população residente total (28,3% no Continente); em 2011, os valores correspondentes eram 940 434 e 25,5% (24,4% no Continente); em 2021, são 786 550 pessoas e 21,9% (22,2% no Continente).

Nas NUTS III do Norte, a AM do Porto e o Cávado resistem mais à descida generalizada; no lado oposto, o Alto Tâmega, o Douro e o Tâmega e Sousa são as comunidades intermunicipais com as quebras mais

acentuadas. No grupo de 0-5 anos a descida é menos acentuada do que no de 6-14 anos, mas é muito forte no Tâmega e Sousa e no Douro.

A AM do Porto aumenta o seu peso demográfico na Região: em 2011, a população de 0-23 anos nesta NUTS III representava 46,0% da população da mesma idade na Região; em 2021 o valor correspondente é 48,8% e aproxima-se dos 50% nos primeiros anos de idade (cf. Tabelas 1 e 1A).

Em 2011, o peso da população residente entre 0 e 5 anos no total da população residente no Norte era ligeiramente inferior à correspondente média do Continente, sendo ainda superior nos restantes grupos etários aqui considerados; em 2021, o peso da população residente no Norte já era inferior à média do Continente entre os 0 e os 14 anos, igual nos 15-17 anos e ainda superior no grupo de 18-23 anos. A AM de Lisboa e o Algarve substituíram o Norte no que respeita ao maior peso relativo da população mais jovem (cf. Tabela 2).

Tabela 2.

População residente em idade pré-escolar e escolar, em percentagem da população residente total, nas NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2011 e 2021

NUTS	0 - 5 anos		6 - 14 anos		15 - 17 anos		18 - 23 anos		Total 0-23 anos		
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	Dif. (pp.)
Alto Minho	4,8	4,1	8,5	7,1	3,0	2,8	6,4	5,9	22,7	19,8	-2,9
Cávado	5,9	4,9	10,6	8,4	3,7	3,3	7,6	7,1	27,7	23,7	-4,0
Ave	5,4	4,7	10,4	7,7	3,7	3,1	7,5	6,9	27,0	22,4	-4,7
AM do Porto	5,5	4,7	9,5	7,9	3,2	3,0	6,8	6,6	25,0	22,1	-2,9
Alto Tâmega	3,8	3,4	7,6	5,8	2,9	2,5	6,0	5,1	20,3	16,6	-3,6
Tâmega e Sousa	5,9	4,6	11,3	8,2	4,0	3,3	8,0	7,6	29,1	23,7	-5,5
Douro	4,5	3,8	8,7	6,7	3,2	2,7	6,6	6,0	23,0	19,2	-3,8
Terras de Trás-os-Montes	3,9	3,5	7,2	5,9	2,8	2,3	6,0	5,6	19,9	17,3	-2,6
Norte	5,4	4,5	9,7	7,7	3,4	3,0	7,0	6,7	25,5	21,9	-3,6
Centro	5,0	4,4	8,7	7,5	3,0	2,9	6,3	6,1	23,0	20,7	-2,2
AM de Lisboa	6,2	5,4	9,3	8,9	3,0	3,2	6,4	6,6	24,9	24,1	-0,8
Alentejo	5,1	4,6	8,5	7,8	2,8	2,9	6,0	5,9	22,3	21,2	-1,1
Algarve	5,9	5,1	9,0	8,3	3,0	3,0	6,1	5,8	23,9	22,3	-1,6
Continente	5,5	4,8	9,3	8,1	3,1	3,0	6,5	6,4	24,4	22,2	-2,2

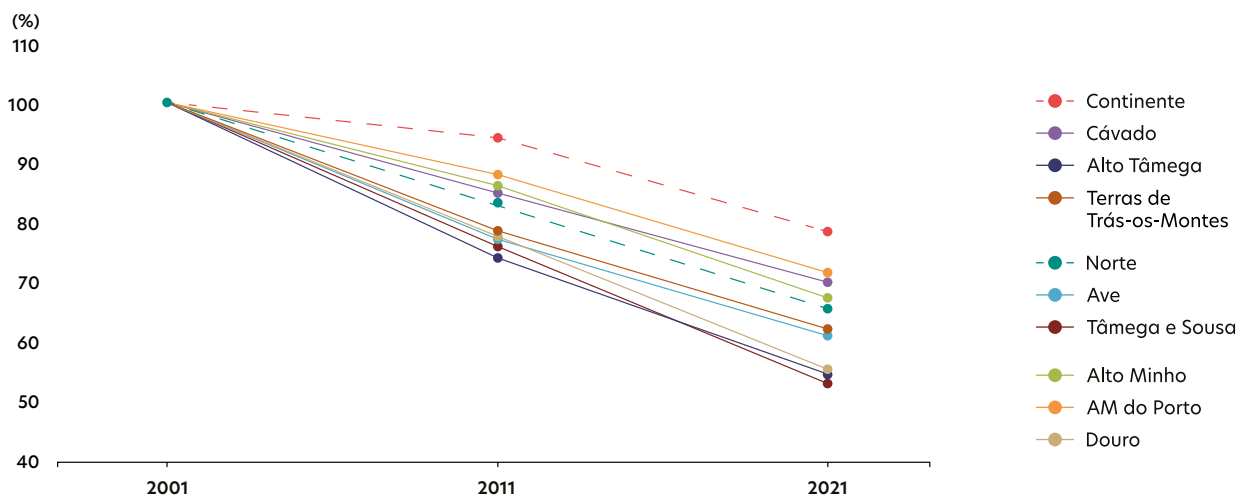
Fonte: INE - Censos 2011 e 2021

Nos espaços sub-regionais, em 2011, o peso da população residente entre 0 e 23 anos no total da população residente variava entre 29,1% no Tâmega e Sousa e 19,9% nas Terras de Trás-os-Montes; em 2021, os valores mais elevados situam-se nas NUTS III Cávado e Tâmega e Sousa, ambas com 23,7%, e o mais baixo no Alto Tâmega, com 16,6%. Apesar do valor relativo obtido, o Tâmega e Sousa é a NUTS III com a maior quebra entre 2011 e 2021.

População residente com 0-9 anos

Para uma melhor perceção das tendências que, em circunstâncias normais, determinarão boa parte da demografia escolar nos próximos anos, selecionamos o grupo de residentes com menos de 10 anos de idade. Construída com informação dos três últimos Censos, a Figura 1 ilustra o ritmo das mudanças ocorridas.

Figura 1. Evolução da população residente de 0-9 anos, no Continente, na NUTS II Norte e nas NUTS III da Região do Norte, 2001, 2011 e 2021 (2001=100)

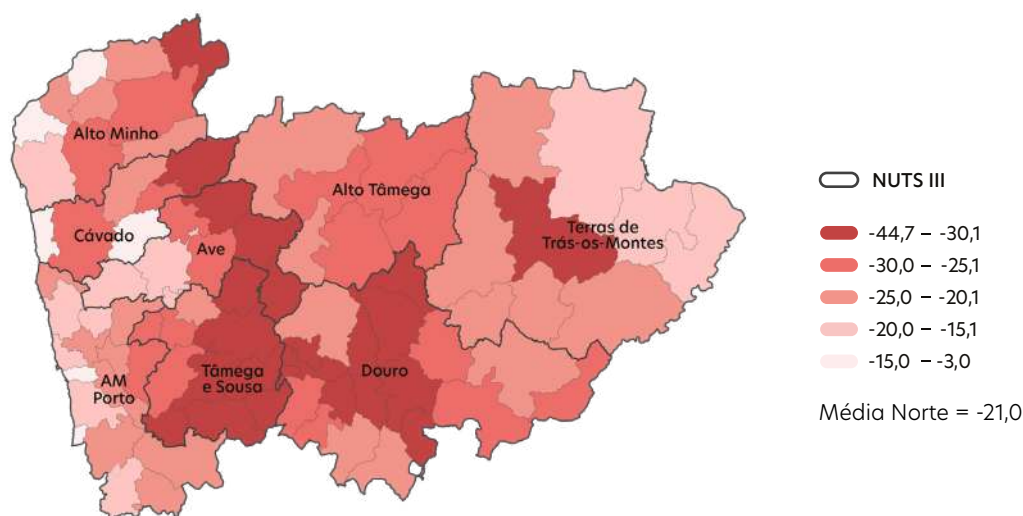


Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021

A Região do Norte e todas as suas NUTS III veem a sua população mais jovem descer a um ritmo bem superior ao da média do Continente (em 2021, tendo como referência 2001, observamos índices de cerca de 79 para o Continente e de 66 para o Norte). Entre as NUTS III, destacam-se, com uma diminuição mais intensa, o Tâmega e Sousa (índice 54 em 2021), o Alto Tâmega (55) e o Douro (56) e, com uma quebra mais moderada, a AM do Porto (72), o Cávado (70) e o Alto Minho (68).

Por sua vez, a Figura 2 mostra a comparação da população de 0-9 anos em 2011 e em 2021 nos concelhos da Região do Norte. Todos os concelhos sofrem uma diminuição da população deste grupo etário entre os dois últimos Censos, com registos entre -3% no Porto e -44,7% em Mesão Frio. Em mais de metade dos concelhos a quebra é superior a 25%.

Figura 2. Variação da população residente de 0-9 anos, entre 2011 e 2021, por concelhos da Região do Norte (%)



O mapa mostra que a redução da população de 0-9 anos é menor na faixa litoral e acentua-se na faixa intermédia da Região, com maior concentração em concelhos do Tâmega e Sousa, do Alto Tâmega e do Douro; nas Terras de Trás-os-Montes assinala-se a descida menos acentuada nos concelhos de Bragança, Vimioso e Torre de Moncorvo.

2.2

Frequência escolar da população jovem

Se a informação que acabamos de apresentar é dos Censos e se baseia nas respostas registadas no preenchimento do respetivo questionário individual, a que se segue é das estatísticas publicadas pela DGEEC e resulta do tratamento de informação com base em dados administrativos reportados pelos estabelecimentos de educação, ensino e formação.

Para o efeito que pretendemos, utilizamos estatísticas de educação que fazem a distinção entre as modalidades destinadas a jovens e as destinadas a adultos, pois interessa-nos destacar aqui a informação relativa a jovens, para uma maior aproximação à população em idade escolar (cf. Tabela 3). A frequência das modalidades de educação e formação básica e secundária destinadas a adultos será apresentada nos capítulos 5 (Tabela 11) e 6 (Tabela 14).

Tabela 3.

Crianças inscritas e alunos matriculados, no Continente e na Região do Norte, 2010/2011 e 2020/2021 (modalidades de educação e formação destinadas a JOVENS)

Nível de educação e ensino	Continente			NUTS II Norte			Norte/Continente (%)	
	2010/11	2020/21	Variação (%)	2010/11	2020/21	Variação (%)	2010/11	2020/21
Educação pré-escolar	260 533	238 618	-8,4	95 112	82 552	-13,2	36,5	34,6
Ensino Básico	1 038 605	859 553	-17,2	392 612	295 312	-24,8	37,8	34,4
1.º ciclo (curso geral)	434 907	352 581	-18,9	160 353	118 652	-26,0	36,9	33,7
2.º ciclo (curso geral)	241 969	194 231	-19,7	91 311	66 996	-26,6	37,7	34,5
3.º ciclo (curso geral)	323 843	299 799	-7,4	125 502	105 702	-15,8	38,4	35,3
Outras modalidades de formação (1)	37 886	12 942	-65,8	15 446	3 962	-74,3	40,8	30,6
Ensino secundário	325 472	332 189	2,1	126 653	120 457	-4,9	38,9	36,3
Cursos do ensino geral (2)	197 236	202 411	2,6	74 533	73 038	-2,0	37,8	36,1
Ensino artístico especializado	2 140	2 662	24,4	996	1 114	11,8	46,5	41,8
Cursos profissionais	106 381	109 585	3,0	41 812	39 000	-6,7	39,3	35,6
Cursos de aprendizagem	18 137	17 510	-3,5	8 464	7 305	-13,7	46,7	41,7
Cursos de Educação e Formação	1 578	21	-98,7	848	0	-100,0	53,7	0,0

Fontes: DGEEC, Estatísticas da Educação 2010/11 - Jovens e Perfil do aluno 2020/21.
 (1) Inclui cursos artísticos especializados, cursos profissionais, CEF, percursos curriculares alternativos e PIEF.
 (2) Inclui cursos tecnológicos, em 2010/2011, e cursos com planos próprios em 2020/2021.

A informação da Tabela 3, que compara os anos letivos 2010/2011 e 2020/2021, permite-nos concluir que:

- a quebra na educação pré-escolar e no ensino básico é bastante mais expressiva no Norte;
- no ensino básico, o Norte perde quase um quarto da frequência, com o contributo mais forte dos dois primeiros ciclos;
- a diminuição acentuada nas "outras modalidades de formação" no ensino básico deve-se sobretudo aos cursos de educação e formação (CEF);
- ocorre um ligeiro aumento (2,1%) da frequência no nível secundário no Continente e uma descida de quase 5% no Norte, com mais expressão nos cursos profissionais e nos cursos de aprendizagem;
- em consequência, o peso dos inscritos da RN no total do Continente diminui nos três níveis de educação e de ensino em análise.

Refira-se ainda que o peso das vias profissionalizantes no total das frequências de nível secundário não tem variado de modo significativo ao longo dos anos (de 40,4% em 2010/2011 a 38,4% em 2020/2021, na Região do Norte), valores muito próximos dos registados no Continente (38,7% em 2010/2011 e 38,3% em 2020/2021), mas sempre distantes da meta de 50%, reiterada ao longo dos anos e dos períodos de programação.

Cotejando a evolução da população residente (Tabela 1) e a dos inscritos no ensino e na formação na Região do Norte (Tabela 3), verificamos que, *grossa modo*:

- a diminuição da frequência na educação pré-escolar (-13,2%) é inferior à quebra da população de 3-5 anos (-21%), o que poderá ser explicado pelo aumento do nível de pré-escolarização;
- a diminuição da frequência no ensino básico (-24,8%) é pouco superior à da população de 6-14 anos (-22,5%), para o que poderá ter contribuído a descida da retenção escolar;
- a diminuição da frequência no ensino secundário (-4,9%) é claramente inferior à da população de 15-17 anos (-13,6%), o que, apesar da descida da retenção escolar, resultará do aumento dos índices de escolarização neste grupo etário e do prosseguimento de estudos para lá desta idade com o intuito de concluir os 12 anos de escolaridade.

Assinale-se, por fim, que as previsões da DGEEC de evolução das inscrições entre 2019/2020 e 2025/2026 apontam para a manutenção dos valores de frequência na educação pré-escolar e descida nos ensinos básico e secundário, em todos os casos com valores de quebra claramente superiores no Norte, que registaria a seguinte evolução entre os dois anos escolares referidos: -8,4% no 1.º ciclo, -23,9% no 2.º ciclo, -18,3% no 3.º ciclo e -16% no secundário.¹⁰

2.3

A evolução da transição e da conclusão nos ensinos básico e secundário

A redução do número de alunos inscritos, causada sobretudo pela quebra demográfica, também resultou, em menor grau, de mudanças no campo da educação.

A Região do Norte fez, no fim do século passado e no início deste, um percurso notável de aproximação aos valores médios nacionais, eles próprios em melhoria acentuada, no que respeita às taxas de escolarização da população jovem. Este percurso fez aumentar a frequência escolar ou mitigar a descida causada pela quebra demográfica, em especial no nível de educação secundária.

Ora, na última década, não só o ritmo de crescimento dos níveis de escolarização abrandou, por termos iniciado este período com valores elevados de frequência até aos 18 anos de idade, como a Região melhora expressivamente os resultados nos índices de transição e de conclusão nos ensinos básico e secundário, que passam a ser superiores aos das médias do Continente. Desta forma, à dinâmica demográfica junta-se a diminuição acentuada da retenção na escola, contribuindo ambas, embora com muito mais peso da primeira, para a redução dos efetivos escolares.

As Tabelas 4 e 5 e as Figuras 3 e 4 mostram o ritmo de diminuição dos valores da taxa de retenção e desistência nos ensinos básico e secundário, um indicador complementar do da transição e de conclusão. Numa perspetiva geral, os resultados na Região do Norte são claramente mais favoráveis do que os da média do Continente¹¹ e, na escala das NUTS III, o Alto Minho, o Ave, o Cávado e o Tâmega e Sousa apresentam os valores mais baixos, reunindo as Terras de Trás-os-Montes e o Alto Tâmega os mais elevados; a AMP e o Douro estão acima da média regional.

Depois de décadas com uma tendência de descida, acentuada a partir de 2012/2013, ocorre em 2020/2021 um aumento dos valores da retenção e desistência **no ensino básico**. Apesar desta evolução recente, em todos os territórios considerados no gráfico os valores de 2020/2021 são inferiores aos de 2018/2019, o ano letivo pré-pandemia.

¹⁰ Este modelo de previsão de alunos utiliza os últimos dados disponibilizados pelas Estatísticas da Educação e baseia-se no número de nados vivos e na proporção de alunos do mesmo ano escolar do ano letivo anterior (DGEEC, **Previsão do número de alunos em Portugal e por regiões, 2020-2026**).

¹¹ Esta informação é corroborada pelos resultados na conclusão dos ciclos de estudo no tempo esperado. Por exemplo, em 2020/2021, no Norte, entre os alunos entrados em 2018/2019 no 3.º ciclo do EB, 93% concluíram o ciclo, 5% estão matriculados neste nível de ensino mas não concluíram e 2% não estão matriculados; os valores respetivos para o Continente são: 89%, 8% e 3% (DGEEC, **Situação após 3 anos dos alunos que ingressaram no 3.º Ciclo do Ensino Básico**, janeiro de 2023).

Tabela 4.

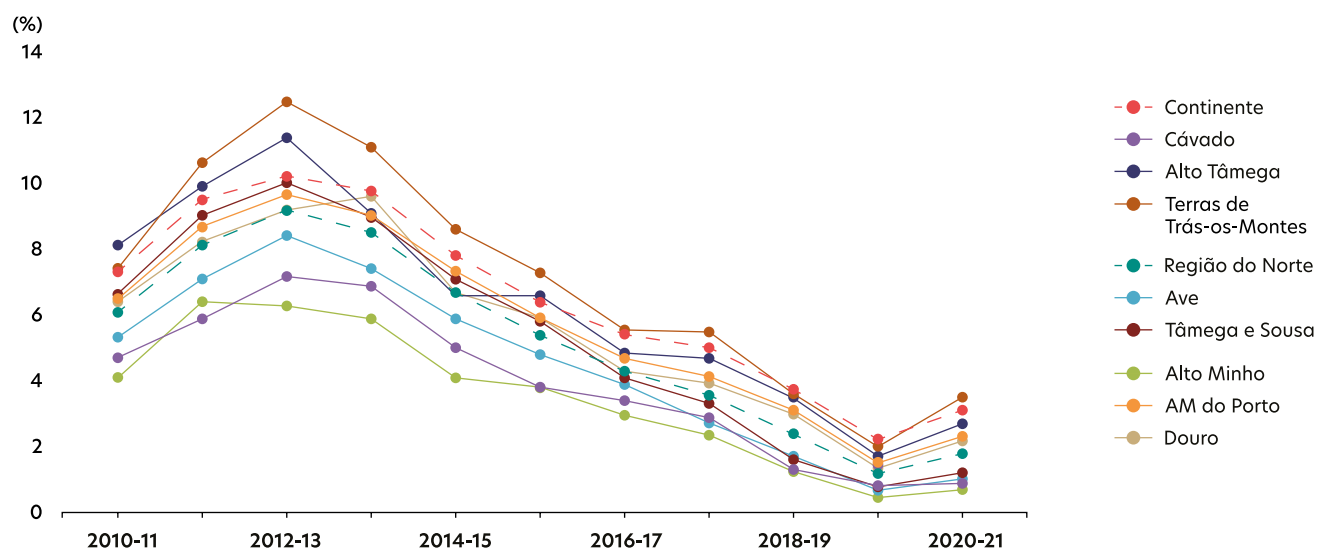
Taxa de retenção e desistência no ensino básico, no Continente, na NUTS II Norte e nas NUTS III da Região do Norte, de 2010-2011 a 2020-2021 (%)

NUT	Ano letivo	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Continente		7,3	9,5	10,2	9,8	7,8	6,4	5,4	5,0	3,7	2,2	3,1
Região do Norte		6,1	8,1	9,2	8,5	6,7	5,4	4,3	3,6	2,4	1,2	1,8
Alto Minho		4,1	6,4	6,3	5,9	4,1	3,8	3,0	2,4	1,3	0,5	0,7
Alto Tâmega		8,1	9,9	11,4	9,1	6,6	6,6	4,8	4,7	3,5	1,7	2,7
AM do Porto		6,5	8,7	9,7	9,1	7,3	5,9	4,7	4,1	3,1	1,5	2,3
Ave		5,3	7,1	8,4	7,4	5,9	4,8	3,9	2,7	1,7	0,7	1,0
Cávado		4,7	5,9	7,2	6,9	5,0	3,8	3,4	2,8	1,3	0,8	0,9
Douro		6,4	8,2	9,2	9,6	6,6	5,9	4,3	3,9	3,0	1,4	2,2
Tâmega e Sousa		6,6	9,0	10,0	9,0	7,1	5,8	4,1	3,3	1,6	0,7	1,2
Terras de Trás-os-Montes		7,4	10,6	12,5	11,1	8,6	7,3	5,5	5,5	3,6	2,0	3,5

Fonte: DGEEC, Regiões em números - Região Norte

Figura 3.

Taxa de retenção e desistência no ensino básico, no Continente, na NUTS II Norte e nas NUTS III da Região do Norte, de 2010-2011 a 2020-2021



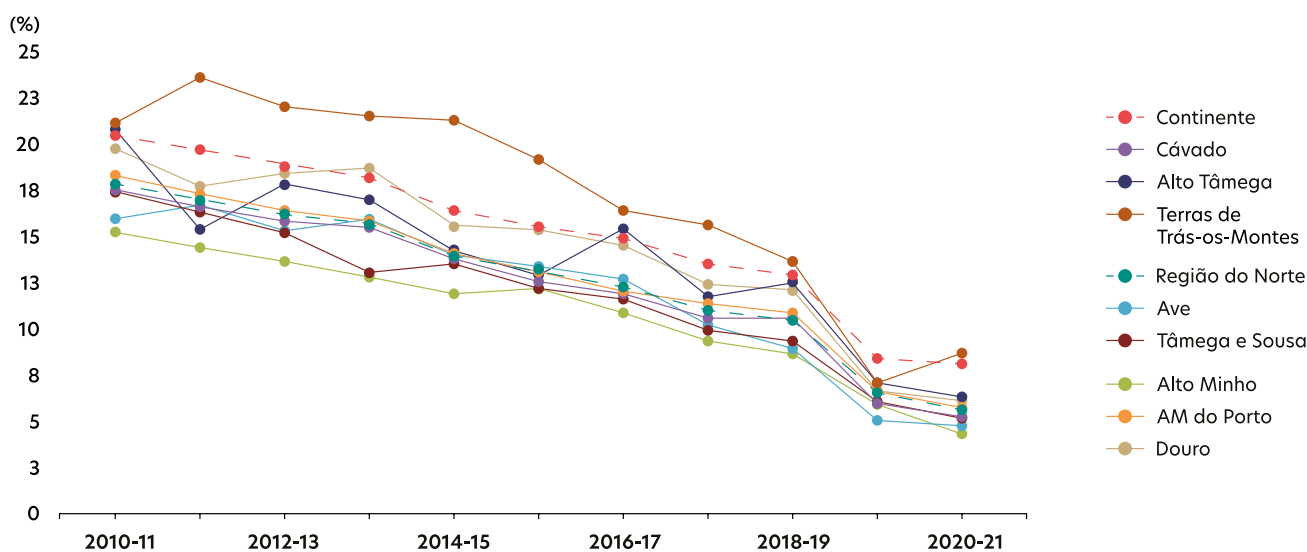
No **ensino secundário**, observa-se uma década de descida contínua, embora se verifique, em 2020/2021, uma desaceleração geral do ritmo nos níveis territoriais considerados, com exceção das Terras de Trás-os-Montes, onde ocorre uma subida. Também neste caso, o valor do último ano continua nitidamente abaixo do registado em 2018/2019, em todas as sub-regiões (cf. Tabela 5 e Figura 4).

Tabela 5.
Taxa de retenção e desistência no ensino secundário, no Continente, na NUTS II Norte e nas NUTS III da Região do Norte, de 2010-2011 a 2020-2021 (%)

NUTS I, II E III \ Ano letivo	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Continente	20,5	19,7	18,8	18,2	16,4	15,5	14,9	13,6	12,9	8,4	8,1
Região do Norte	17,9	17,0	16,2	15,6	14,0	13,3	12,3	11,0	10,5	6,5	5,7
Alto Minho	15,3	14,4	13,7	12,9	11,9	12,3	10,9	9,4	8,8	7,4	4,4
Alto Tâmega	20,8	15,4	17,8	17,0	14,3	13,0	15,5	11,7	12,5	6,3	6,3
AM do Porto	18,4	17,3	16,5	15,9	13,9	13,2	12,0	11,4	10,9	6,8	6,2
Ave	16,1	16,7	15,3	16,0	13,9	13,4	12,8	10,3	9,1	5,1	4,8
Cávado	17,5	16,6	15,9	15,5	13,8	12,6	11,9	10,6	10,6	6,1	5,3
Douro	19,8	17,7	18,4	18,7	15,6	15,4	14,6	12,5	12,1	6,6	5,8
Tâmega e Sousa	17,4	16,4	15,2	13,1	13,5	12,3	11,6	9,9	9,4	6,2	5,2
Terras de Trás-os-Montes	21,2	23,6	22,0	21,5	21,3	19,2	16,5	15,6	13,6	7,1	8,6

Fonte: DGEEC, Regiões em números - Região Norte

Figura 4.
Taxa de retenção e desistência no ensino secundário, no Continente, na NUTS II Norte e nas NUTS III da Região do Norte, de 2010-2011 a 2020-2021



Concluindo este capítulo: por mais eficazes que venham a ser os esforços que importa desenvolver em prol da sustentabilidade demográfica do país, como aponta a agenda temática “As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade” da Estratégia Portugal 2030,¹² é muito provável que se mantenham nos próximos anos as tendências recentes na evolução da população em idade escolar, obrigando a ajustamentos em diversas áreas da administração da educação, a começar pelo planeamento e pela gestão da rede educativa.

Uma das expressões das mudanças demográficas é a contínua redução do número de estabelecimentos públicos de educação e ensino, após a descida fortíssima que ocorreu na primeira década deste século, sobretudo no 1º ciclo do ensino básico.¹³ A frequente reconversão de edifícios escolares desocupados em equipamentos para idosos é uma metáfora da mudança em curso na demografia do país e da região.

¹² “A resposta a esse desafio beneficiará de uma abordagem transversal, (...), percorrendo diferentes políticas públicas e atuando em três dimensões fundamentais: I) aumentar a natalidade, garantindo que as famílias têm os filhos que querem ter; II) promover políticas migratórias e de integração de migrantes; III) enfrentar os desafios do envelhecimento.” (Acordo de Parceria 2021-2027, pág.35).

¹³ Como exemplo: em 2003/2004, havia 8 054 estabelecimentos públicos no Continente e 3 430 na Região do Norte que ministravam o 1º ciclo do ensino básico; em 2011/2012, os valores correspondentes foram 4 396 e 1 728; em 2020/2021, 3 344 e 1 214 (DGEEC, Estatísticas da Educação referentes a estes três anos letivos).





PARTE II

PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

3. Pré-escolarização

4. Escolarização na população de 15 a 23 anos

Trabalhamos nesta parte os níveis de pré-escolarização e as taxas de escolarização nos grupos compreendidos entre 15 e 23 anos, ou seja, não consideramos os grupos situados entre os seis e os 14 anos de idade, visto que apresentam uma escolarização praticamente total. Por outro lado, incluímos uma breve referência às diferenças entre Homens e Mulheres na educação a partir dos índices de escolarização nos residentes de 18-23 anos.

O capítulo dedicado à educação pré-escolar é antecedido por uma referência sumária às respostas sociais e educativas nos três primeiros anos de vida.

Oferta socioeducativa nos 0-2 anos de idade

Na estrutura de níveis educativos estabelecida pela Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, a educação pré-escolar, destinada às “crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico”, é o primeiro nível educativo. Antes dos três anos de idade, os serviços reconhecidos de acolhimento são as creches e as amas, que visam promover a socialização e o desenvolvimento das crianças e apoiar a compatibilização entre as funções parentais e a vida profissional.

Desde 2020 que decorre um programa governamental de apoio financeiro às famílias para o alargamento progressivo da gratuidade da frequência das creches. No entanto, em certos territórios do país, além das condições de frequência, também está em causa a disponibilidade de lugares em quantidade suficiente para responder à procura.

Os Censos não recolhem informação sobre a frequência das creches (grupos de crianças entre os quatro meses e os três anos de idade) e das amas (cuidam de uma ou mais crianças, até ao limite de quatro). O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), que tutela estas respostas sociais e as respetivas ofertas, trata e divulga informação, incluindo o cálculo da “taxa de cobertura” destas ofertas, com desagregação à escala concelhia.¹⁴

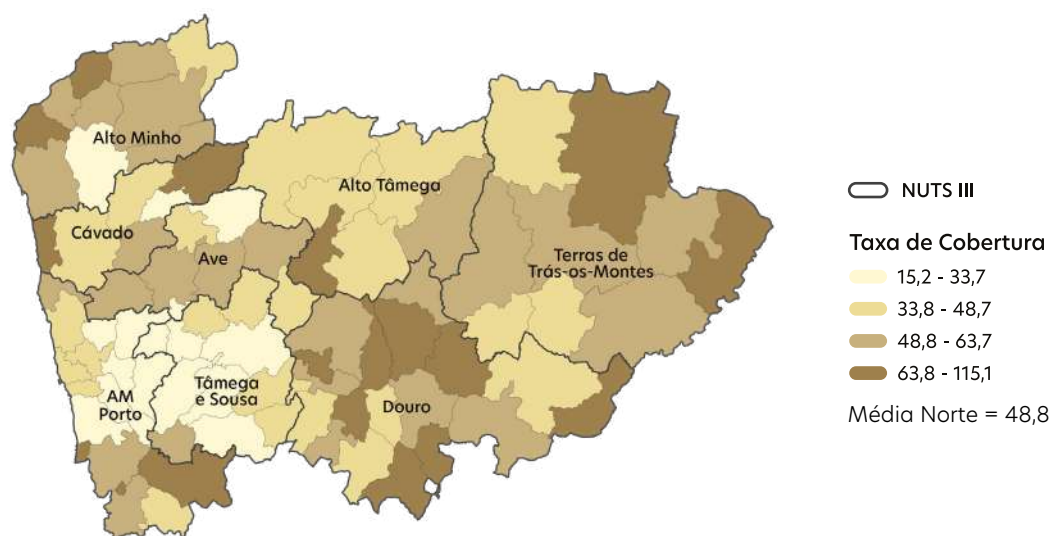


¹⁴ Para o cálculo da taxa de cobertura das respostas sociais para a primeira infância são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência das respostas em análise: $[(\text{capacidade total das respostas Creche + Ama}) / (\text{população 0 aos } < 3 \text{ anos})] \times 100$ (fonte: GEP/MTSSS, *Carta Social*, 2021).

Assim, para o ano de 2021, foi apurado um valor médio de 52,9% na taxa de cobertura das respostas sociais creche e ama, no Continente, quando em 2010 tinha sido 35,1%. Para esta evolução terão contribuído dois fatores: o aumento de lugares nessas respostas sociais (sobretudo devido às creches) e uma diminuição da população residente de 0-2 anos (como referência aproximada, verificou-se uma quebra de 16,7% neste grupo etário entre os recenseamentos de 2011 e 2021, sempre valores do Continente).

A Figura 5 revela uma concentração dos valores mais baixos nas NUTS III Tâmega e Sousa e AM do Porto, onde se situavam 10 dos 13 concelhos do Norte com um valor de taxa de cobertura inferior a 33%, em 2020.¹⁵ Os concelhos com os valores mais elevados encontram-se dispersos pela Região, mas estão mais presentes nas NUTS III Douro e Terras de Trás-os-Montes.

Figura 5.
Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, por concelhos da Região do Norte, 2020 (%)



Fonte: GEP/MTSSS, Carta social - Indicadores - Síntese - 1.ª Infância (creche)

Refira-se ainda que o distrito do Porto se destacava, em 2021, por apresentar a mais baixa taxa de cobertura (37,1%) em todo o país. Seguiam-se Setúbal, com 48,2%, e Lisboa, com 50,7%.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) tem-se destacado na defesa do reforço da “intencionalidade educativa” destes serviços para a primeira infância, embora sob uma perspetiva distinta do modelo pré-escolar e com a cooperação entre os ministérios responsáveis pela educação e pela segurança social.

Assim, em estudos e recomendações, defende que a educação dos 0 aos 3 anos: (I) é um direito das crianças e não apenas a resposta a uma necessidade social; (II) deve ser integrada numa educação para a infância que abranja os seis primeiros anos de vida; (III) deve ser acessível, em especial para as crianças de famílias pobres ou inseridas em grupos sociais desfavorecidos; (IV) deve contar com profissionais credenciados e oferecer condições de funcionamento adequadas.¹⁶

Recentemente, o mesmo Conselho reafirmou a importância do investimento na primeira infância: “O Conselho Nacional de Educação (...) tem recomendado o investimento na qualidade da educação das crianças dos 0 aos 3 anos e a promoção de uma responsabilidade social alargada no apoio ao seu desenvolvimento e proteção.”¹⁷

Em novembro de 2022, o Conselho Europeu decidiu rever a meta europeia estabelecida em 2002, em Barcelona (a saber: uma taxa de participação de 33% das crianças com menos de três anos), adotando um novo compromisso: que “até 2030, pelo menos 45% das crianças com menos de três anos participem na EAPI [Educação e Acolhimento na Primeira Infância]”¹⁸

¹⁵ Por não ter sido possível aceder em tempo útil para este trabalho a informação relativa a 2021, recorremos a dados publicados referentes ao ano 2020.

¹⁶ Ver, entre outras, a **Recomendação 3/2011** do CNE sobre *A Educação dos 0 aos 3 anos*.

¹⁷ CNE, **Parecer sobre Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**, publicado no Diário da República, em 21 de abril de 2021.

¹⁸ Conselho Europeu, **RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO sobre educação e acolhimento na primeira infância: as metas de Barcelona para 2030**, 29 de novembro de 2022.

3. Pré-escolarização

A educação pré-escolar concorre para o desenvolvimento pessoal e social das crianças, é uma base para as aprendizagens na escola e ao longo da vida e, quando acessível a todos, contribui para a redução do peso das desigualdades socioeconómicas e culturais na vida das crianças.

Apesar de esta ser uma modalidade educativa de frequência facultativa tem-se verificado uma progressiva aproximação à universalização, na perspetiva da oferta. Assim, a Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, estabeleceu a universalização da educação pré-escolar “para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos de idade”, o que “implica, para o Estado, o dever de garantir a existência de uma rede de educação pré-escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas e o de assegurar que essa frequência se efetue em regime de gratuidade da componente educativa” (art.º 4.º). Com a Lei n.º 65/2015, de 3 de julho, o regime de universalidade e de gratuidade da componente letiva passa a aplicar-se também a todas as crianças a partir do ano em que atinjam os quatro anos de idade.

Diversas disposições programáticas posteriores apontam para a criação de condições para a universalização da oferta a partir dos três anos, como é o caso da **Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030**, que define como objetivo “Reforçar os apoios à frequência de [da educação] pré-escolar assegurando às famílias de menores recursos um acesso tendencialmente gratuito, tornando a frequência da educação pré-escolar obrigatória a partir dos três anos de idade no médio prazo.”

No mesmo sentido, uma das metas europeias de monitorização do progresso nas prioridades estratégicas para o período 2021-2030, que incide na participação na educação na primeira infância, abrange as crianças com três anos, como veremos.

3.1 Oferta e frequência

Em 2020/2021, no Continente, havia um total de 5 470 estabelecimentos com oferta de educação pré-escolar, sendo 60,1% públicos, 22,4% privados dependentes do Estado e 17,5 % privados independentes do Estado. Na Região do Norte, o peso da rede pública é maior, visto que 66,3% dos 1 936 estabelecimentos são públicos, 21,7% são privados dependentes do Estado e 11,9% privados independentes.

Entre 2010/2011 a 2020/2021, no Continente, ocorreu uma quebra no número de estabelecimentos (-14,7%), em especial da rede pública (-19,8%), apresentando o Norte uma diminuição superior, com -21,4% no total e -26,3% na rede pública.¹⁹

Na Região do Norte, o valor da taxa bruta de pré-escolarização foi de 38,7%, em 1991, de 53,8% em 2001, e de 86,3%, em 2011.²⁰ Nestas décadas, a Região do Norte aproximou-se do valor médio do Continente, deixando de apresentar o valor mais baixo entre as NUTS II. Como referimos no primeiro capítulo, os

Censos de 2021 já não permitem calcular a taxa bruta de pré-escolarização. Refira-se, no entanto, que, com outra base de informação, a DGEEC apurou os valores de 95,0% para o Continente e 98,5% para a Região do Norte, em 2020/2021.²¹

Quanto à distribuição por idade das crianças matriculadas na rede pública (que acolhia 53,7% da frequência total no Continente e 57,7% no Norte), verifica-se que, em 2020/2021, no Continente, as crianças de 5 e mais anos representavam 47,0% do total da frequência, enquanto as de três anos representavam 20,7%. Na Região do Norte, os valores correspondentes eram 41,4% e 24,8%; na AM de Lisboa são 58,7% e 10,9%. Recorde-se que a prioridade de admissão é das crianças de cinco anos e, depois, das de quatro.²²

¹⁹ DGEEC, *Estatísticas da Educação 2010/2011 e 2020/2021*.

²⁰ Por taxa bruta de pré-escolarização entendeu-se a relação, expressa em percentagem, entre o número total de crianças residentes em dado território que frequentam a educação pré-escolar e o número total de crianças de 3-5 anos que residem nesse território. Estes valores, calculados com base nos Censos de 1991, 2001 e 2021, constam dos relatórios anteriores.

²¹ DGEEC, *Perfil do aluno 2020-2021*.

²² Os números das frequências mostram que na rede pública do Continente, em particular na AM de Lisboa e, em menor grau, no Algarve, há um peso mais elevado das crianças com 5 e mais anos, o que, desconhecendo-se fatores explicativos das diferenças regionais relacionados com as opções das famílias, será justificado pelas insuficiências da oferta, em especial da rede pública da educação pré-escolar, a que se poderão juntar limitações da rede pública do primeiro ciclo para acolher crianças nascidas entre 15 de setembro e 31 de dezembro, que, querendo, não têm vaga nas escolas do 1.º ciclo, no ano em que perfazem seis anos de idade.

3.2 Pré-escolarização nas crianças com 4 e 5 anos de idade

Utilizamos os resultados dos Censos 2021 para cálculo da taxa de pré-escolarização nestes dois anos de idade, comparando com os resultados do recenseamento anterior, trabalhados da mesma forma.²³

Restringimos a análise a estes dois níveis etários porque consideramos que as crianças com 4 e 5 anos no momento censitário têm todas a idade para a frequência da educação pré-escolar,²⁴ o que não acontece com as de 3 anos no mesmo momento; por outro lado, se frequentam o “sistema de ensino”, as crianças de 4 e 5 anos só o podem fazer na educação pré-escolar, ao contrário das de 6 anos no momento censitário, que poderiam frequentar a educação pré-escolar ou já o ensino básico.

Na comparação entre os dois recenseamentos, os progressos são um pouco mais expressivos nos 5 anos (+6,0 p.p. no Continente e +6,9 p.p. no Norte), com valores próximos de 90%, do que nos 4 anos (+4,7 p.p. no Continente e +4,0 p.p. no Norte), com 83,5% no Norte e 81,3% no Continente, em 2021. Apesar da redução das distâncias entre as NUTS II, a AM de Lisboa e o Algarve mantêm os valores mais baixos, em especial nos 4 anos, pois apresentam diferenças expressivas entre os dois anos de idade em análise (cf. Tabela 6 e Figura 6).

Tabela 6.

Taxa de pré-escolarização nos 4-5 anos de idade, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021 e 2011 (%)

NUTS	4 anos de idade			5 anos de idade			4 + 5 anos de idade		
	2021	2011	Variação (p.p.)	2021	2011	Variação (p.p.)	2021	2011	Variação (p.p.)
Alto Minho	87,5	86,0	1,5	91,5	86,2	5,3	89,5	86,1	3,5
Cávado	87,5	82,8	4,7	91,2	85,2	6,0	89,3	84,0	5,3
Ave	82,6	76,1	6,6	88,0	80,1	7,9	85,3	78,1	7,2
AM do Porto	83,2	77,6	5,6	90,5	83,6	6,9	86,9	80,7	6,1
Alto Tâmega	82,9	84,1	-1,1	89,4	83,1	6,3	86,0	83,6	2,5
Tâmega e Sousa	78,8	74,5	4,3	89,3	80,9	8,4	84,0	77,8	6,2
Douro	85,0	84,5	0,5	89,5	83,3	6,2	87,2	83,9	3,4
Terras de Trás-os-Montes	83,1	83,7	-0,5	86,0	82,6	3,4	84,6	83,1	1,5
Norte	83,5	78,8	4,7	90,0	83,2	6,9	86,8	81,0	5,7
Centro	85,6	84,5	1,1	90,5	85,8	4,7	88,1	85,2	2,9
AM de Lisboa	76,8	70,5	6,3	88,2	81,9	6,3	82,5	76,3	6,2
Alentejo	81,5	81,9	-0,3	87,1	83,0	4,1	84,3	82,4	1,9
Algarve	77,5	71,7	5,8	87,5	80,4	7,0	82,5	76,2	6,3
Continente	81,3	77,3	4,0	89,2	83,2	6,0	85,3	80,3	4,9

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021.

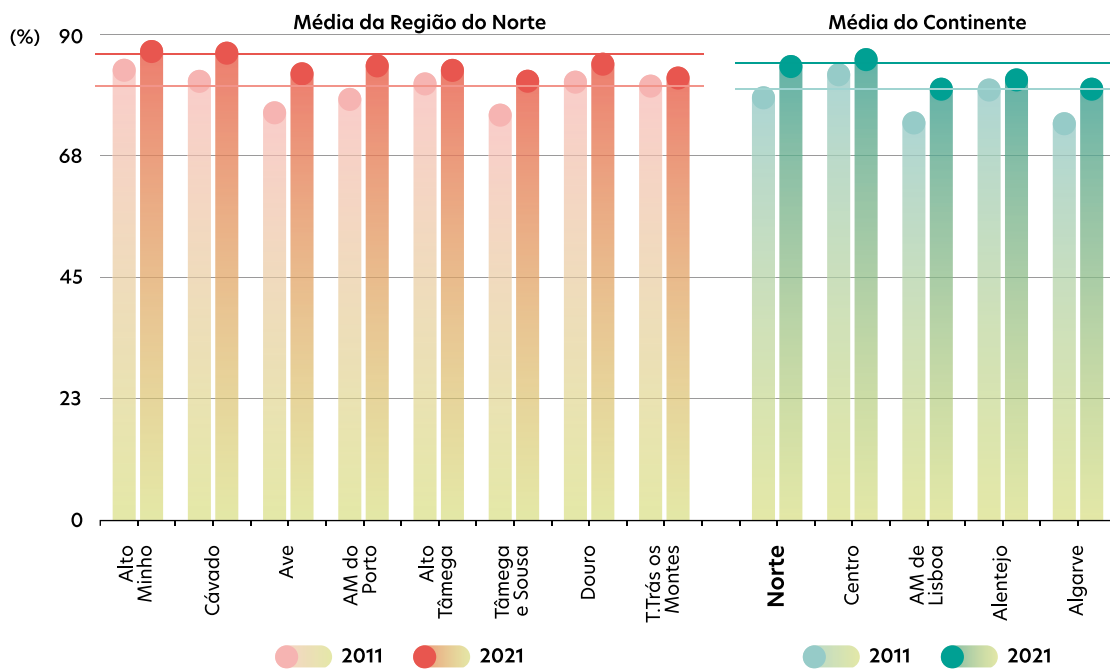
Quanto às NUTS III da Região do Norte, também se verifica uma aproximação de resultados, em especial nos 5 anos, visto que nos 4 anos ainda há uma diferença de 8,7 p.p. entre os valores extremos, sobretudo devido ao valor mais baixo no Tâmega e Sousa. Em geral, regista-se um progresso mais notório no Ave e no Tâmega e Sousa, que apresentavam os valores mais baixos em 2011; os mais elevados estão no Alto Minho e no Cávado.

²³ Por pré-escolarização nos 4 e 5 anos entende-se a relação percentual entre o número de crianças desta idade residentes em dado território que frequentam a educação pré-escolar e o número total de crianças da mesma idade que residem nesse mesmo território.

²⁴ O questionário dos Censos indicava: “Assinale «Está a frequentar» no caso das crianças que frequentam o pré-escolar”.

Figura 6.

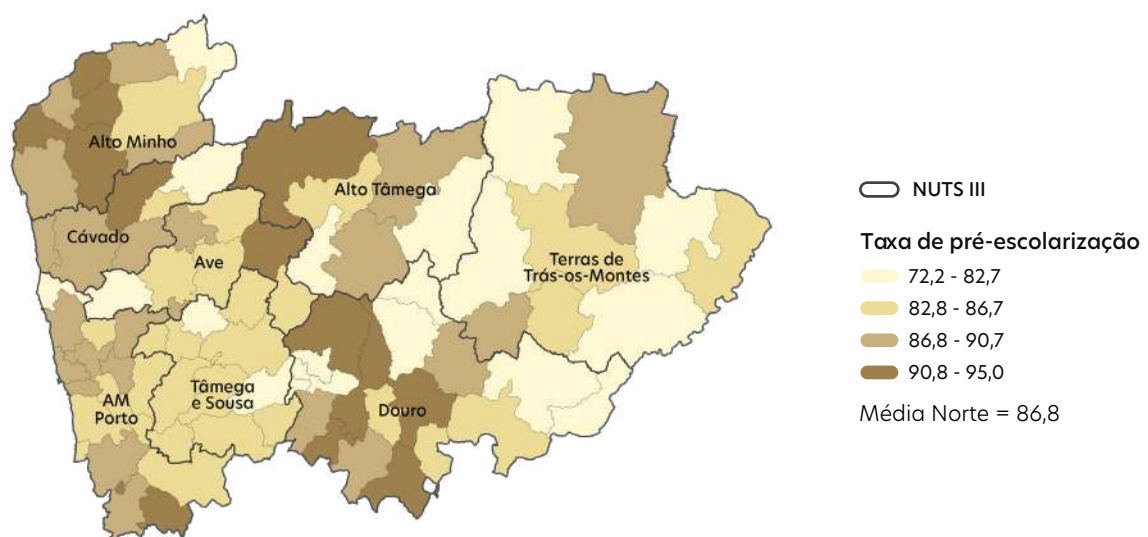
Taxa de pré-escolarização nos 4-5 anos de idade, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2011 e 2021 (%)



A distribuição por concelho não revela um padrão nítido, embora se verifique uma maior concentração de valores mais elevados no Alto Minho e no Douro e dos valores mais baixos nas Terras de Trás-os-Montes e no Tâmega e Sousa (cf. Figura 7).

Figura 7.

Taxa de pré-escolarização nos 4-5 anos de idade, por concelhos da Região do Norte. 2021 (%)



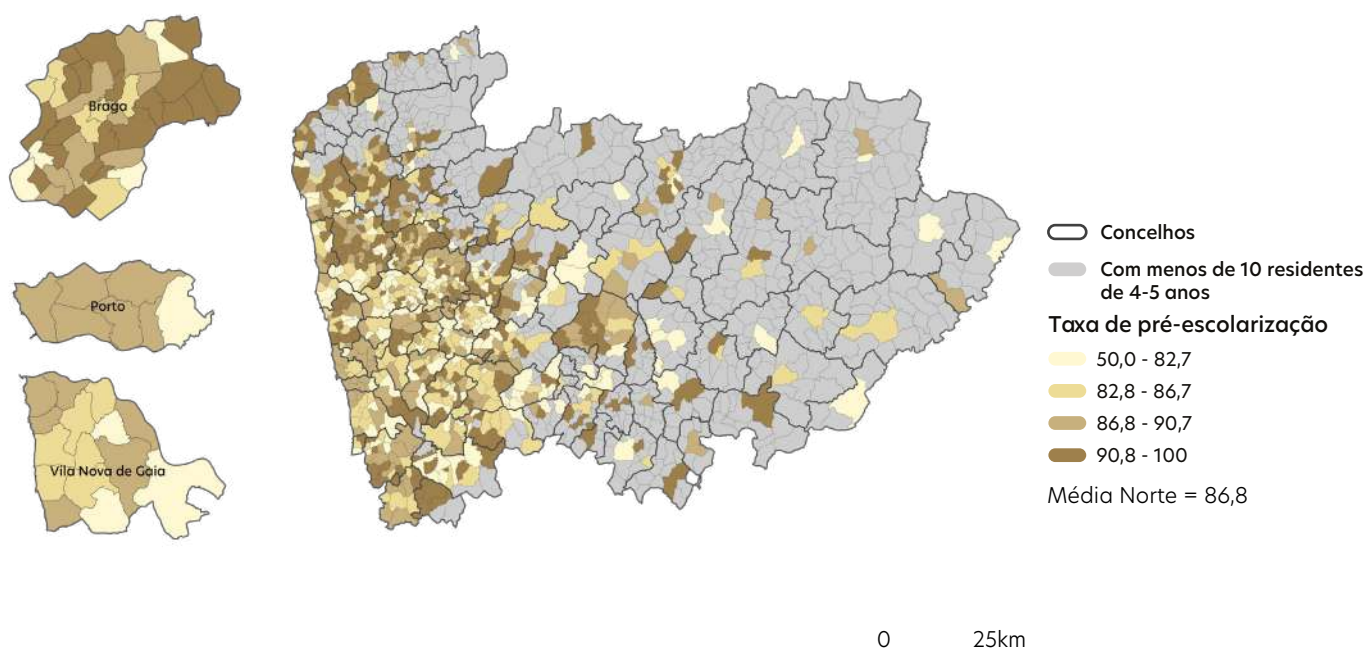
Por freguesia

Como a educação pré-escolar será o tema de uma das metas de monitorização da aplicação da Estratégia Europa 2030, entendemos fazer uma análise por freguesia, apesar da diferente abrangência dos indicadores e das limitações decorrentes de haver um número elevado de freguesias com nenhuma ou com poucas crianças de 4 e 5 anos de idade. De facto, não consideramos para este efeito os resultados

de 670 freguesias com menos de 10 residentes deste grupo etário (cf. Figura 8).

Destacamos os três concelhos com mais habitantes na Região do Norte: em Vila Nova de Gaia, os valores extremos são 78,2% e 90,6%, no Porto, são 78,2% e 90,4%, e em Braga são 75% e 100%.

Figura 8. Taxa de pré-escolarização nos 4-5 anos de idade, por freguesias da Região do Norte, 2021 (%)



Meta europeia para 2030

Uma das sete metas europeias de monitorização do progresso nas prioridades estratégicas no período 2021-2030 incide na educação pré-escolar: "pelo menos 96% das crianças entre os três anos e a idade de início do ensino obrigatório deverão participar na educação e acolhimento na primeira infância até 2030".²⁵

Refira-se que, em 2021, os valores apurados para este indicador eram 93,0% na UE 27 e 92,9% em Portugal.²⁶

²⁵ Resolução do Conselho sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação rumo ao Espaço Europeu da Educação e mais além (2021-2030) (JO C 66 de 26.2.2021).

²⁶ Comissão Europeia, Monitor da Educação e da Formação de 2022 e respetiva fonte.

7

SALA DE ESTUDO



4. Escolarização na população de 15 a 23 anos

Nas últimas décadas, a sociedade portuguesa registou um aumento constante e progressivo nos índices de escolarização da população jovem. Após a muito tardia universalização da frequência nas idades correspondentes ao ensino primário - 1.º ciclo do ensino básico - nas décadas de 1960 e 1970, a quase universalização nos 10-11 anos foi atingida na década de 1980²⁷ e a dos 12-14 anos na década de 1990, quando já vigorava a obrigatoriedade da frequência escolar até os jovens concluírem o 9.º ano de escolaridade ou perfazerem 15 anos de idade. De facto, em 2001, a escolarização nos residentes de 12-14 anos tinha atingido, em 2001, 97,5% no Continente e 96,9% na Região do Norte.

Os Censos de 2011 confirmaram que a primeira década do século XXI assistiu a um aumento expressivo da frequência escolar no grupo de 15-17 anos, então ainda não abrangido pela obrigatoriedade da frequência escolar e formativa até aos 18 anos. Importaria verificar se os Censos de 2021 confirmavam a aproximação à frequência escolar universal neste grupo etário e conhecer a amplitude do crescimento da escolarização no grupo seguinte (18-23 anos).

Trabalhamos os dados referentes aos grupos de 15-17 e de 18-23 anos: em 2021, o primeiro grupo está abrangido pela escolaridade obrigatória e corresponde à idade prevista para a frequência do ensino secundário; o segundo está além da escolaridade obrigatória e corresponde aproximadamente à idade prevista para a frequência do ensino superior.

²⁷ Este objetivo foi sendo atingido com dificuldade. Um exemplo: "Nos distritos a Norte do Douro, dos 60 338 alunos que completaram a 2.ª fase do ensino primário [4.º ano de escolaridade], em 1983, houve 9 522 que não se matricularam no ensino preparatório [5.º ano de escolaridade], ou seja, 15,8%." Razões invocadas para a fuga à matrícula: dificuldades económicas, distância casa/escola, emigração, doença, necessidade de cooperação nos trabalhos agrícolas e domésticos, desinteresse pelo prosseguimento de estudos, dificuldades de aprendizagem, etc. (CCRN, 1987).

4.1 Escolarização na população de 15-17 anos

A obrigatoriedade da frequência da educação e da formação até à conclusão do ensino secundário ou até aos 18 anos de idade foi instaurada em 2009, com efeitos substantivos a partir do ano letivo 2012/2013.²⁸ A análise das taxas de escolarização dos jovens com 15, 16 e 17 anos em 2011 mostrou que esta determinação legal se inseria num contexto de evolução positiva e não denotava um voluntarismo

excessivo.²⁹ De facto, a dificuldade já não estava tanto na universalização do acesso e da frequência, mas no nível escolar atingido, dado o insucesso que se ia acumulando durante o percurso escolar nos ensinos básico e, sobretudo, secundário. Em 2021, atingimos no Continente um valor de 98,3%, que compara com 93,2% em 2011, 81% em 2001 e 62,6% em 1991 (cf. Tabela 7 e Figura 9).

Tabela 7.

Taxa de escolarização da população residente de 15-17 anos, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011, 2001 e 1991

NUTS	(%)				Variação (em p.p)	
	2021	2011	2001	1991	2011-2021	1991-2021
Alto Minho	98,6	93,6	78,3	49,7	5,0	48,9
Cávado	98,5	93,4	74,5	44,5	5,0	54,0
Ave	98,8	92,5	70,5	39,8	6,4	59,0
AM do Porto	98,3	93,2	77,5	55,6	5,2	42,7
Alto Tâmega	98,3	91,5	79,5	52,3	6,8	46,0
Tâmega e Sousa	98,3	89,7	60,3	30,2	8,6	68,1
Douro	98,5	94,2	78,7	51,8	4,4	46,7
Terras de Trás-os-Montes	97,9	92,8	85,0	63,6	5,1	34,3
Norte	98,4	92,7	74,4	48,8	5,7	49,6
Centro	98,6	94,1	84,6	61,9	4,5	36,7
AM de Lisboa	98,0	93,5	87,5	82,1	4,5	15,9
Alentejo	97,7	92,5	83,5	65,8	5,2	31,9
Algarve	97,6	91,9	85,1	73,8	5,7	23,8
Continente	98,3	93,2	81,0	62,6	5,1	35,7

Fonte: INE - Censos 1991, 2001, 2011 e 2021.

Legenda: Taxa de escolarização = Relação percentual entre o nº de residentes do grupo etário X-Y que frequentam qualquer nível de ensino e o total de residentes do mesmo grupo etário.

Apesar de ter reduzido a distância face às outras regiões na década de 1990, a Região do Norte ainda se destacava em 2001 por obter valores bastante abaixo dos das outras NUTS II, todos estes acima da média do Continente e próximos entre si. O contributo da Região do Norte será decisivo para a evolução verificada na década seguinte e para a redução das assimetrias. Em 2021, na continuação das tendências apuradas no período entre 1991 e 2011, já todas as NUTS II apresentam valores superiores a 97,5%, que não se afastam mais de 0,7 p.p. do valor médio do Continente.

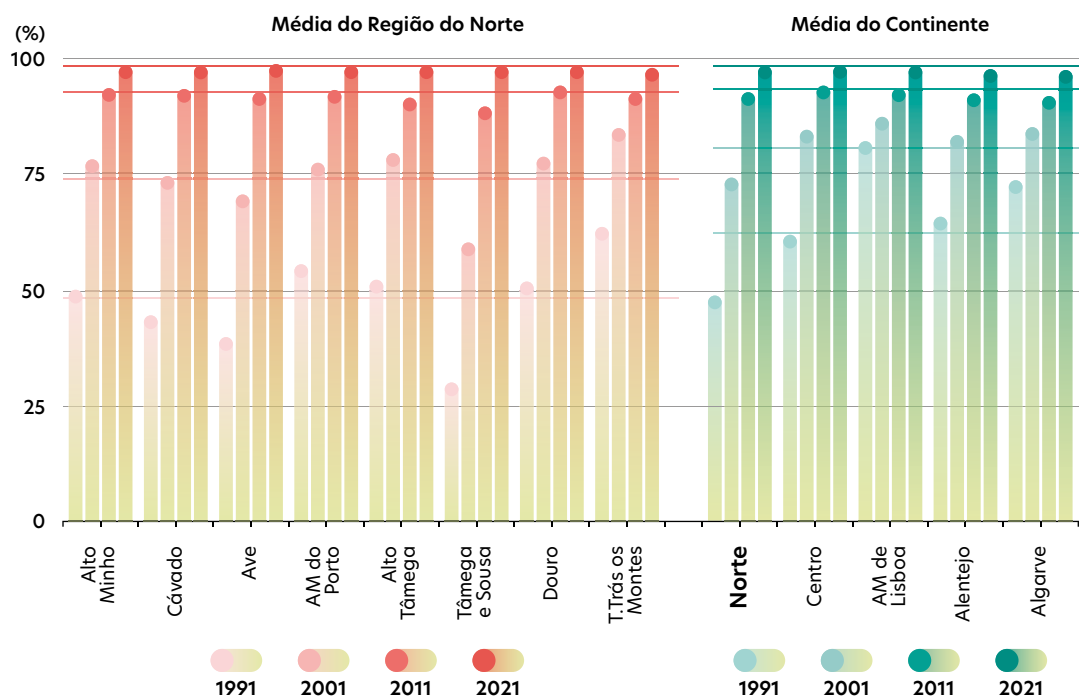
Também nas NUTS III da Região do Norte os valores não se distanciam mais de 0,5 p.p. do valor médio da Região e do Continente, culminando o processo de aproximação muita intensa dos territórios mais distantes nas décadas anteriores. No espaço de uma geração (1991-2021), a NUTS III do Tâmega e Sousa aumentou em 68,1 p.p. o seu resultado, de 30,2% para 98,3%.

²⁸ De acordo com o número 4 do artigo 2.º da Lei 85/2009, de 27 de agosto, "a escolaridade obrigatória cessa: a) Com a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário da educação; ou b) Independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino, no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos."

²⁹ Por taxa de escolarização entende-se a relação, expressa em percentagem, entre o número de indivíduos de um determinado grupo etário que frequenta o sistema de ensino, em qualquer nível de escolaridade, num dado território e o número total de indivíduos deste grupo etário que residem nesse território.

Figura 9.

Taxa de escolarização da população de 15-17 anos, por NUTS II do Continente e por NUTS III da Região do Norte, 1991, 2001, 2011 e 2021 (%)



Por concelho, ocorre uma apreciável redução da dispersão dos resultados, porquanto os valores variam agora entre 94,1% e 100%; em 2011, os valores variavam entre 86,8% e 97,9% e, em 2001, entre 50,4% e 90%. Em 2001, notava-se uma “especialização” territorial nítida neste indicador: os cinco concelhos do Vale do Sousa a norte do Rio Douro e o concelho contíguo de Marco de Canaveses obtinham, destacados, os seis valores concelhios mais baixos; em 2011, ainda se mantinha essa tendência, mas muito menos nítida. Em 2021 as diferenças estão esbatidas, pelo que não se justifica a sua apresentação em mapa por concelhos.

Em **conclusão**, no que respeita à idade de permanência na educação e na formação, a escolaridade obrigatória é quase universalmente cumprida, confirmando a percepção de que foi crescentemente rápido o ritmo de aproximação ao cumprimento das sucessivas escolaridades obrigatórias decretadas nas últimas décadas (6, 9 e 12 anos). Quanto à obrigatoriedade por via da conclusão do ensino secundário, estamos mais longe do cumprimento universal, apesar da evolução positiva, como veremos adiante, quando tratarmos o nível de conclusão do ensino secundário entre os adultos mais jovens, já abrangidos por esta obrigatoriedade.

Na Região do Norte, um em cada 62 jovens dos 15 aos 17 anos de idade não frequentava qualquer nível de educação escolar; a mesma relação foi de um para catorze em 2011, de um para quatro em 2001 e de um para dois em 1991.

Múltiplos fatores contribuíram para o aumento da escolarização e a diminuição do insucesso e do abandono escolares nesta faixa etária nos últimos vinte anos. Entre eles, teremos o investimento dos governos, das autarquias e das famílias na educação, a mudança sociocultural que levou a considerar a adolescência como tempo de educação e formação, a melhoria das condições socioeconómicas, o alargamento da escolaridade universal e obrigatória, o investimento em escolas e equipamentos, a melhoria das condições de acesso e de frequência, a começar na educação pré-escolar, ou o progressivo aumento da escolaridade dos pais dos alunos, em particular das mães. Lugar de relevo deve ainda ser atribuído à diversificação da oferta escolar, com a expansão do ensino profissional e de outras modalidades de dupla certificação, em especial o alargamento desta oferta às escolas secundárias, apesar das dificuldades vividas na concretização desta opção, como sublinha o CNE: “A evolução das taxas de escolarização de nível secundário muito deve, de facto, à expansão dos percursos de dupla certificação, com evidente destaque para a oferta e procura dos cursos profissionais”, o que gerou um “profundo impacto na extraordinária redução do abandono escolar precoce e na qualificação dos jovens oriundos de meios mais desfavorecidos.”³⁰

³⁰ Recomendação n.º 1/2022 do Conselho Nacional de Educação *Perspetivar o futuro do ensino profissional*, 2021.

4.2 Escolarização na população de 18-23 anos

Importa ter presente que, embora a frequência do ensino superior seja a que predomina neste grupo etário, ainda é muito significativo o peso dos jovens integrados neste grupo, em especial os de 18 ou 19 anos, que frequentam ensino ou formação de nível secundário.

Após o acentuado aumento dos valores dos índices de escolarização deste grupo etário na década de 90, bem expresso no crescimento da frequência geral do ensino superior, ocorreu uma desaceleração deste crescimento na primeira década do século XXI. Já na segunda década, verifica-se um crescimento da frequência no nível superior, mais acentuado nos estabelecimentos de ensino sediados no Norte,

como apresentamos no capítulo 7, designadamente na Tabela 18. Assim, entre 2001 e 2011, a média do Continente teve um incremento de 8,6 p.p. na escolarização neste grupo etário, atingindo 52,9%, para o que muito contribuíram as regiões do Norte e do Centro. A diferença entre os valores extremos diminuiu e o Norte deixou de ter o valor mais baixo, que passa a encontrar-se no Algarve.

Na década seguinte, ocorre uma desaceleração do incremento (+4,9 p.p. no Continente e +5,7 p.p. no Norte), com uma ligeira aproximação desta Região à média do Continente. A AM de Lisboa e o Centro obtêm os valores mais elevados, o Algarve o mais baixo (cf. Tabela 8 e Figura 10).

Tabela 8.
Taxa de escolarização da população residente de 18-23 anos, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011, 2001 e 1991

NUTS	(%)				Variação (em p.p)	
	2021	2011	2001	1991	2011-2021	1991-2021
Alto Minho	55,3	50,6	39,7	23,1	4,8	32,2
Cávado	58,6	52,3	36,0	22,1	6,4	36,5
Ave	53,7	47,4	31,9	16,6	6,2	37,1
AM do Porto	56,6	51,6	43,0	28,1	5,1	28,5
Alto Tâmega	57,4	52,6	44,8	24,6	4,8	32,8
Tâmega e Sousa	47,2	40,3	23,5	11,9	6,9	35,3
Douro	59,5	53,5	43,3	25,0	6,0	34,5
Terras de Trás-os-Montes	67,7	58,2	54,8	33,8	9,6	33,9
Norte	55,6	49,9	38,6	23,5	5,7	32,1
Centro	59,9	55,5	45,8	30,0	4,4	29,9
AM de Lisboa	60,5	56,2	51,9	45,9	4,3	14,6
Alentejo	55,4	50,8	43,3	29,5	4,6	25,9
Algarve	51,1	48,3	43,3	28,8	2,8	22,3
Continente	57,8	52,9	44,3	31,4	4,9	26,4

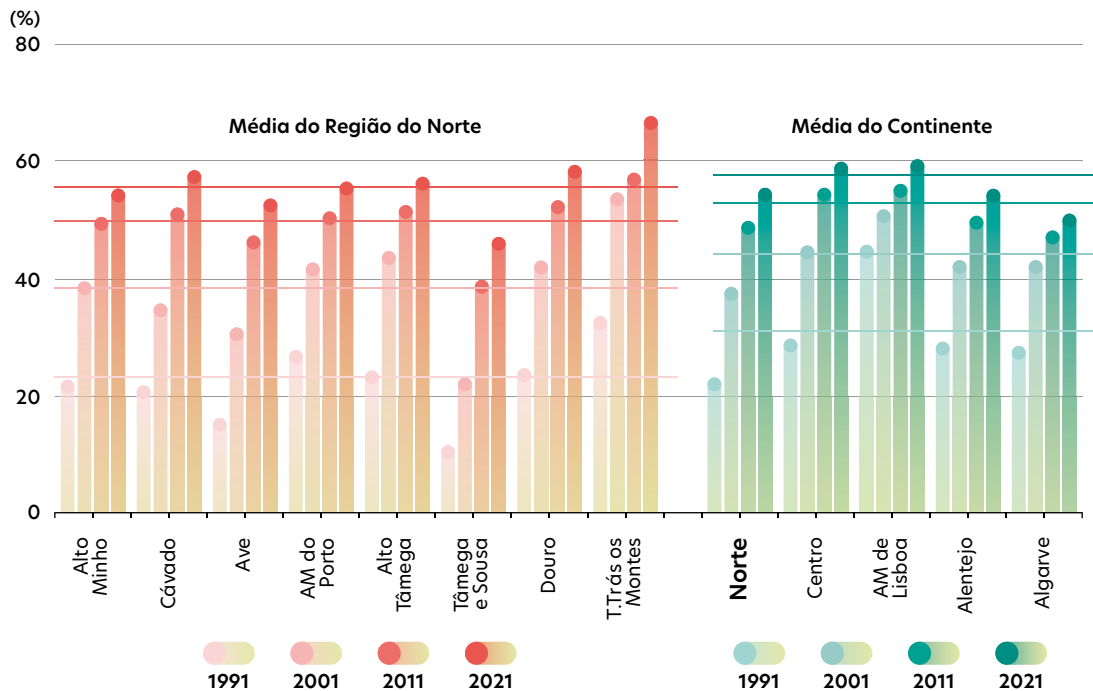
Fonte: INE - Censos 1991, 2001, 2011 e 2021.

Legenda: Taxa de escolarização = Relação percentual entre o nº de residentes do grupo etário X-Y que frequentam qualquer nível de ensino e o total de residentes do mesmo grupo etário.

Na escala das NUTS III, em 2011, o Tâmega e Sousa distinguia-se com o valor mais baixo (40,3%), ainda distante dos valores das outras sub-regiões, em particular das Terras de Trás-os-Montes (58,2%). Em 2021, os valores dessas NUTS III, que se mantiveram nos extremos, foram, respetivamente, 47,2% e 67,7%, com a NUTS III transmontana a registar o maior crescimento.

Figura 10.

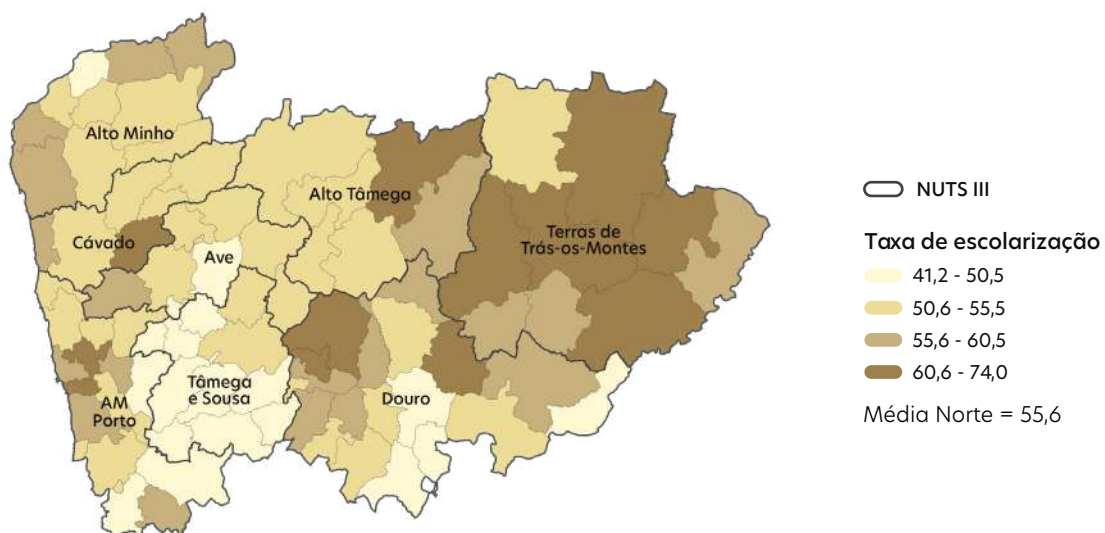
Taxa de escolarização da população residente de 18-23 anos, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 1991, 2001, 2011 e 2021 (%)



No que se refere à dimensão concelhia, os valores extremos, que em 2011 eram 36% e 61,5%, são agora 41,2% e 74%, permanecendo a concentração dos valores mais baixos no Tâmega e Sousa; os valores mais elevados situavam-se no interior transmontano e em concelhos com maiores concentrações urbanas (cf. Figura 11).

Figura 11.

Taxa de escolarização da população residente de 18-23 anos, por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)



Ainda na escala concelhia, a redução de disparidade de resultados é ilustrada pela alteração no valor da relação entre os oito resultados concelhios mais elevados e os oito mais baixos, que é de 3,42 em 1991, de 2,54 em 2001, de 1,57 em 2011 e de 1,49 em 2021.³¹ Observa-se, assim, na última década uma redução menos significativa do que a que encontramos noutros indicadores.

³¹ Manteve-se o uso desta quantidade (oito) porque corresponde aproximadamente a 10% do total dos concelhos da Região (84 concelhos em 1991 e 86 nos restantes anos).

4.3

Escolarização de Homens e Mulheres na população de 18-23 anos³²

Em Portugal, ao longo das últimas décadas, as Mulheres têm construído percursos escolares mais prolongados e mais bem-sucedidos do que os dos Homens, o que tem estado bem patente, entre muitos outros exemplos, nos valores da taxa de saída precoce da educação e da formação e nos índices de frequência e de conclusão do ensino superior.

Assim, em 2001, no Continente, na população de 18-23 anos, frequentavam a escola 49,4% das Mulheres e 39,4% dos Homens (diferença de 10 p.p.); em 2011, são, respetivamente, 56% e 49,8% (a diferença diminuiu para 6,2 p.p.); em 2021, temos 61,7% das Mulheres e 54,1% dos Homens, ou seja, a diferença aumentou para 7,6 p.p. (cf. Tabela 9 e Figura 12).

Tabela 9.

Taxa de escolarização na população de 18-23 anos, Mulheres e Homens, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001

NUTS	M (%)			H (%)			Diferença (M-H, em p.p.)		
	2021	2011	2001	2021	2011	2001	2021	2011	2001
Alto Minho	61,0	54,3	44,5	49,9	46,9	34,9	11,1	7,4	9,6
Cávado	63,9	56,6	40,3	53,6	48,0	31,6	10,2	8,6	8,7
Ave	59,1	51,8	36,1	48,6	43,1	27,7	10,5	8,7	8,4
AM do Porto	60,2	54,3	46,8	53,2	48,8	39,2	7,1	5,5	7,6
Alto Tâmega	62,6	58,0	53,5	52,3	47,1	36,7	10,3	10,9	16,8
Tâmega e Sousa	52,7	45,1	27,1	42,0	35,7	20,1	10,7	9,5	7,0
Douro	64,1	57,3	50,4	55,1	49,8	36,7	9,0	7,6	13,7
Terras de Trás-os-Montes	72,5	63,9	64,2	63,0	52,1	45,8	9,5	11,8	18,4
Norte	60,1	53,6	43,0	51,3	46,2	34,2	8,8	7,4	8,8
Centro	64,3	59,2	51,8	55,8	51,9	40,0	8,6	7,3	11,8
AM de Lisboa	63,0	57,8	56,3	58,0	54,6	47,5	5,0	3,2	8,8
Alentejo	60,5	55,2	50,3	50,8	46,6	36,7	9,8	8,6	13,6
Algarve	54,7	50,9	49,7	47,8	45,9	37,0	6,9	5,0	12,7
Continente	61,7	56,0	49,4	54,1	49,8	39,4	7,6	6,2	10,0

Fonte: INE - Censos 1991, 2001, 2011 e 2021.

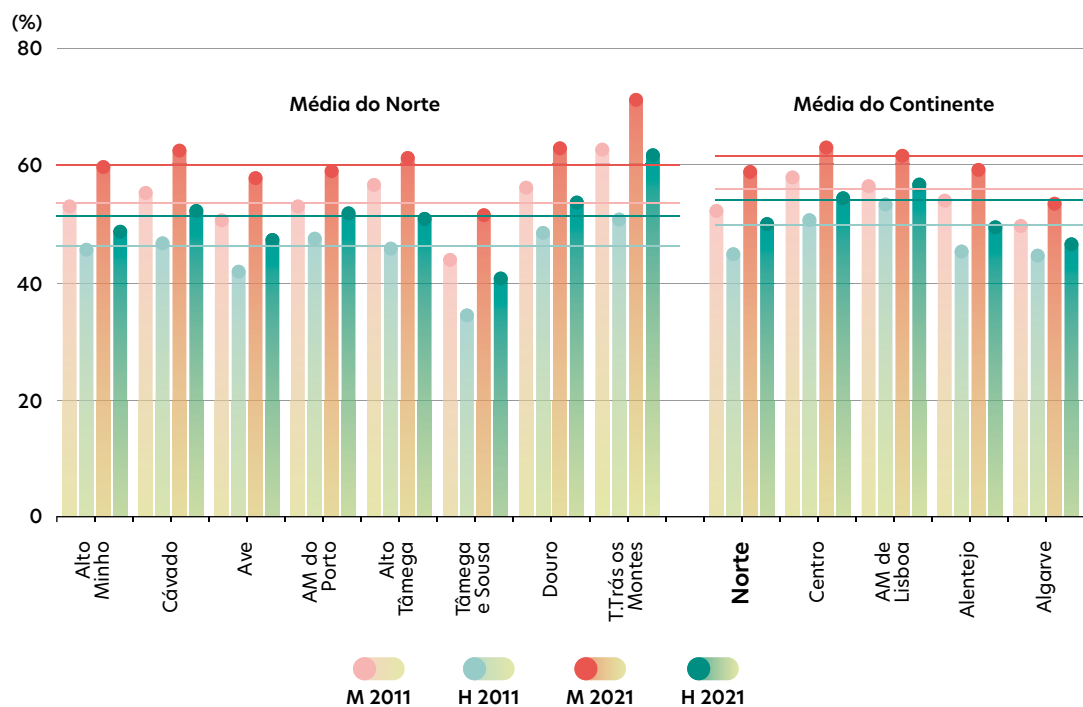
Legenda: Taxa de escolarização = Relação percentual entre o nº de residentes do grupo etário X-Y que frequentam qualquer nível de ensino e o total de residentes do mesmo grupo etário.

De facto, em todas as NUTS II, aumenta no último decénio a diferença de escolarização de Homens e de Mulheres, mantendo-se as posições relativas, com o Norte a apresentar um valor dessa diferença (8,8 p.p.) superior à média do Continente.

³² Ao contrário dos relatórios anteriores, não apresentamos dados referentes ao grupo de 15-17 anos, visto que os valores de escolarização próximos da universalização da frequência são acompanhados de uma redução generalizada das diferenças entre Mulheres e Homens. Assim, em 2001, na Região do Norte, neste grupo etário, frequentavam a escola 78% das Mulheres e 71% dos Homens. Em 2011, esses valores eram, respetivamente, 94% e 91,4%, ou seja, a diferença diminuiu de 7 p.p. para 2,6 p.p.

Figura 12.

Taxa de escolarização da população residente de 18-23 anos, Mulheres e Homens, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2011 e 2021 (%)



No que diz respeito às NUTS III da Região do Norte, apenas as Terras de Trás-os-Montes e o Alto Tâmega, que em 2011 apresentavam os valores mais elevados, registam na última década uma ligeira descida na diferença de resultados de Homens e Mulheres. Nas outras seis NUTS III a evolução da escolarização das Mulheres foi mais positiva do que a dos Homens, alargando as diferenças, com realce para o Alto Minho, como também mostra a Figura 12.

Em **síntese**, no grupo etário e nos níveis de desagregação territorial aqui considerados, os valores de escolarização das Mulheres são sempre superiores aos dos Homens, tendo mesmo ocorrido na última década um aumento generalizado dessa diferença.

As diferenças entre Mulheres e Homens na educação

Não é só em Portugal que as Mulheres frequentam a escola durante mais tempo e concluem mais os ciclos de estudo do que os Homens, pois tal ocorre na generalidade dos países que integram a União Europeia ou a OCDE. No entanto, a situação é muito variada, de acordo com o nível e as áreas de formação. A Tabela 10 apresenta uma seleção de indicadores que ilustram as diferenças nos resultados da educação em Portugal.

Tabela 10.
Resultados de Mulheres e de Homens em diversos indicadores de educação

Indicadores	Mulheres	Homens
Conclusão no Tempo Esperado, Continente, 2020 (DGEEC)	%	
3.º ciclo do ensino básico	89	83
Ensino secundário - cursos científico-humanísticos	70	63
Ensino secundário - cursos profissionais	71	61
Diplomadas(os), Continente, 2020/2021 (DGEEC)	%(M+H=100%)	
Nos cursos científico-humanísticos, secundário	56,6	43,4
Nos cursos profissionais, secundário	42,8	57,2
Nos cursos TeSP	44,3	55,7
Nas licenciaturas	59,5	40,5
Nos mestrados	59,8	40,2
Nos doutoramentos	50,9	49,1
No ensino superior - Área TIC	19,1	80,9
No ensino superior - Área Saúde e proteção social	79,3	20,7
Escolaridade, Portugal, 2021 (INE)	%	
Saída precoce da escola, 18-24 anos	4,1	7,7
Conclusão do ens. superior, 25-34 anos	56,5	38,3
PISA 2018, Portugal (IAVE)	Pontuação	
Leitura	504	480
Matemática	488	497
Ciências	489	494

Sabemos que os resultados das mulheres na educação e na formação ainda não têm a devida correspondência nos campos do trabalho e da sua remuneração, na participação política ou nas condições de compatibilização entre a vida profissional e a familiar.

Por outro lado, há fatores socioeconómicos e culturais que condicionam as escolhas e os percursos escolares, como se pode observar, por exemplo, na distribuição das inscrições no ensino superior nas áreas TIC e nas áreas de saúde e proteção social.





PARTE III

NÍVEIS DE

ENSINO COMPLETOS

NA POPULAÇÃO ADULTA JOVEM

5. Conclusão do ensino básico na população de 20 a 29 anos
6. Conclusão do ensino secundário na população de 20 a 29 anos
7. Conclusão do ensino superior na população de 25 a 34 anos

Nos três capítulos desta parte, analisa-se a evolução dos níveis de ensino completos nos grupos de adultos mais jovens, abrangendo a conclusão do ensino básico, do ensino secundário e do ensino superior.

Deixamos de incluir a conclusão do 6.º ano de escolaridade, pois já encontramos, em 2011, na população de 15-19 anos, valores de 97% no Continente e 97,6% na Região do Norte.

Na informação tratada nesta parte, não está em causa a frequência escolar, mas a conclusão dos ciclos de estudo e a obtenção da respetiva certificação, ou seja, analisa-se as habilitações escolares atingidas pela população residente de grupos compreendidos entre os 20 e os 29 anos, no ensino básico (9.º ano de escolaridade) e no ensino secundário, e entre os 25 e 34 anos, no ensino superior. É ainda observada a saída da escola sem conclusão do ensino secundário na população de 18-24 anos.

Na pergunta relativa ao nível de ensino mais elevado que o inquirido completou, o questionário do Recenseamento de 2021 considerava as seguintes opções:

- Nenhum
- Ensino básico 1º ciclo (atual 4.º ano/antiga instrução primária/4.ª classe)
- Ensino básico 2º ciclo (atual 6.º ano/antigo ciclo preparatório)
- Ensino básico 3º ciclo (atual 9.º ano/antigo 5.º liceal)

- Ensino secundário (atual 12.º ano/antigo 7.º liceal/ano propedêutico)
- Ensino pós-secundário (Cursos de especialização tecnológica não superior)

- Curso técnico superior profissional
- Bacharelato (inclui antigos cursos médios)
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

Para simplificar o tratamento dos resultados, agregamos aqui a informação em três níveis: (I) ensino básico completo (9.º ano de escolaridade ou equivalente), (II) ensino secundário completo ou equivalente, incluindo o ensino pós-secundário, e (III) ensino superior completo, do curso técnico superior profissional ao doutoramento.

Nos dois primeiros casos - básico e secundário -, consideramos toda a população residente que concluiu pelo menos o nível escolar em análise.



5. Conclusão do ensino básico na população de 20 a 29 anos

Este capítulo analisa a conclusão da escolaridade de nove anos por parte de residentes para quem esta escolaridade já foi obrigatória. Sabemos que muitos jovens, a maioria dos quais após a idade legal, saíram da escola sem concluir o 9.º ano de escolaridade; mais tarde, um número significativo destes beneficiou de diversas oportunidades de formação e de reconhecimento e certificação de aprendizagens e competências, destinadas a adultos, designadamente: Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), Formações Modulares Certificadas e procedimentos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC).

A frequência da educação e formação para jovens foi tratada no subcapítulo 2.2, em especial na Tabela 3; a Tabela 11 apresenta a evolução da frequência nas modalidades destinadas a adultos.

Tabela 11.

Frequência das modalidades de educação e formação destinadas a adultos no ensino básico, no Continente e na Região do Norte, 2011/2012 e 2020/2021

Modalidades de educação e formação	Continente			NUTS II Norte			Norte/Continente (%)	
	2011/12	2020/21	Variação (%)	2011/12	2020/21	Variação (%)	2011/12	2020/21
Ensino básico (total)	67 192	18 477	-72,5	30 419	7 437	-75,6	45,3	40,3
Cursos de Educação e Formação de Adultos	19 804	10 546	-46,7	7 993	3 566	-55,4	40,4	33,8
Ensino recorrente	0	95	*	0	0	*	*	0,0
RVCC	46 061	7 554	-83,6	21 953	3 807	-82,7	47,7	50,4
Formações modulares	1 327	282	-78,7	473	64	-86,5	38,4	22,7

Fonte: DGEEC, Perfil do aluno 2011/12 e Perfil do aluno 2020/21

Ocorre uma diminuição muito acentuada da frequência na última década. Nos cursos EFA, há uma quebra nos anos mais recentes, pois são cada vez em menor número os adultos jovens que não completaram o ensino básico na idade esperada ou são

outras as vias escolhidas para a recuperação; por sua vez, o número de inscritos em processos de RVCC desceu abruptamente de 2011/2012 para 2012/2013 e continuou a diminuir até meados da década, tendo aumentado desde então.³³

³³ Como veremos a diversos títulos, a educação de adultos é uma das áreas em que as mudanças das opções políticas mais se fizeram sentir ao longo dos anos.

5.1

Conclusão do ensino básico na população de 20-24 anos

Em 2011, neste grupo etário, num cenário de melhoria generalizada dos resultados (+15,7 p.p. no Continente, entre 2001 e 2011), a Região do Norte obteve a progressão mais elevada (+23,5 p.p.), aproximando-se então da média do Continente. Em 2021, verifica-se uma aproximação generalizada à conclusão universal deste nível de ensino, o que implica a redução das diferenças entre territórios: o Norte ultrapassa a média da Continente, quando vinte anos antes era a única NUTS II com valor (bastante) inferior a esta média (cf. Tabela 12 e Figura 13).

Tabela 12.

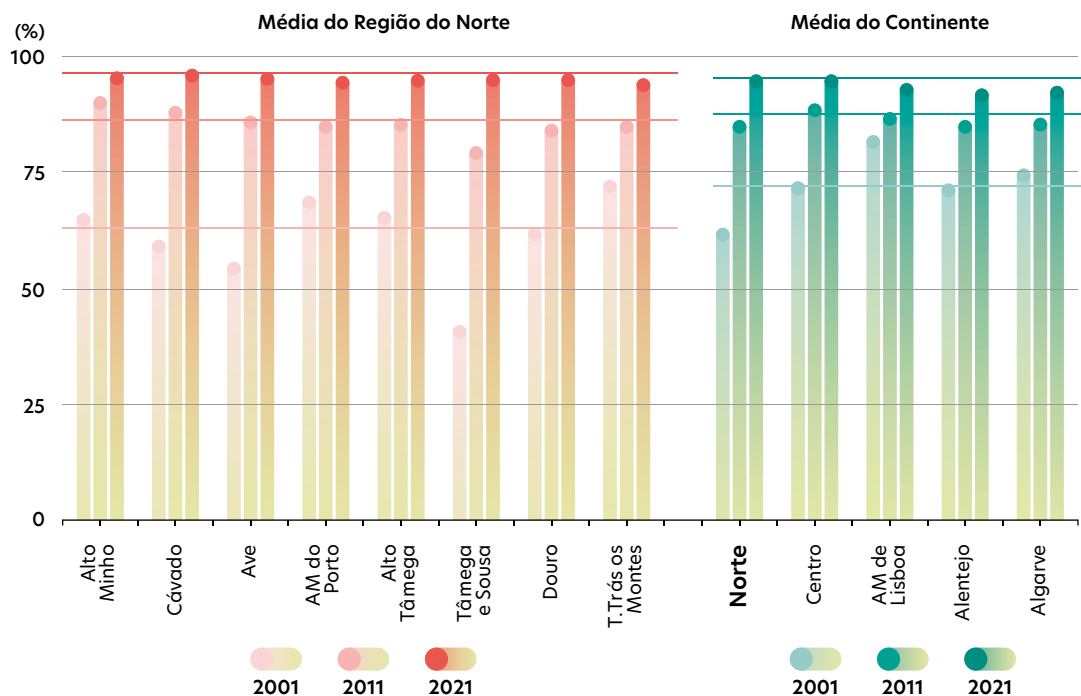
População residente de 20-24 anos que concluiu pelo menos o ensino básico (9.º ano de escolaridade), por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001

NUTS	2021 (%)	2011 (%)	2001 (%)	Variação (p.p.) 2011-2021	Variação (p.p.) 2001-2021
Alto Minho	98,1	92,3	66,9	5,8	31,2
Cávado	98,3	90,5	61,2	7,9	37,2
Ave	97,9	88,2	56,3	9,7	41,6
AM do Porto	96,9	87,1	70,7	9,8	26,2
Alto Tâmega	97,3	87,7	67,2	9,6	30,2
Tâmega e Sousa	97,4	81,5	42,5	15,9	54,8
Douro	97,1	86,3	63,9	10,8	33,2
Terras de Trás-os-Montes	96,2	87,4	74,1	8,8	22,2
Norte	97,3	87,2	63,7	10,1	33,6
Centro	97,1	90,8	73,8	6,3	23,3
AM de Lisboa	95,5	88,8	83,9	6,7	11,6
Alentejo	94,1	87,1	73,5	7,1	20,7
Algarve	94,7	87,7	76,7	7,0	18,0
Continente	96,4	88,4	72,7	8,0	23,7

Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021.

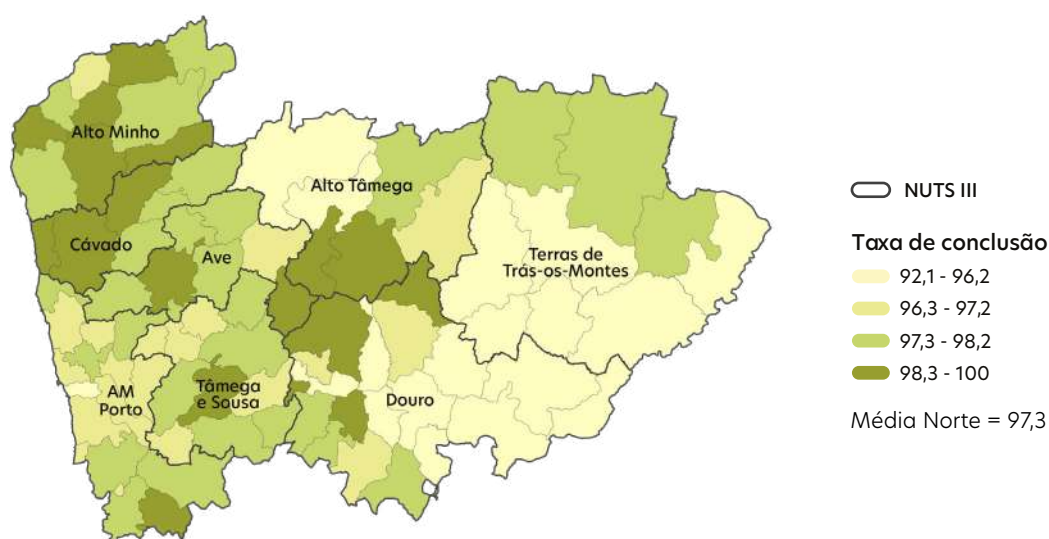
Este progresso na Região do Norte nos últimos dez anos tem expressão mais vincada nas NUTS III que apresentavam os valores mais baixos em 2011 – Tâmega e Sousa (+15,9 p.p.) e Douro (+10,8 p.p.) –, pelo que os valores sub-regionais são agora todos superiores a 96%. A mudança no Tâmega e Sousa é especialmente notável: entre 2001 e 2021 regista um aumento de 54,8 p.p., atingindo agora a média da Região.

Figura 13. População residente de 20-24 anos que concluiu pelo menos o ensino básico (9.º ano de escolaridade), por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2001, 2011 e 2021 (%)



A Figura 14 apresenta a distribuição dos resultados por concelho.

Figura 14. População residente de 20-24 anos que concluiu pelo menos o ensino básico (9.º ano de escolaridade), por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)



Destaca-se uma maior presença dos valores mais elevados no Alto Minho e no Cávado e numa área central de diferentes NUTS III e dos valores mais baixos no Douro e nas Terras de Trás-os-Montes. Os valores concelhios extremos são agora 100% e 92,1%, quando eram 94,6% e 74,5% em 2011.

5.2

Conclusão do ensino básico (9.º ano) na população de 25-29 anos

Este grupo etário apresenta em 2021 resultados globais próximos dos 95%. Em 2011, no quadro de uma melhoria geral dos valores (+24 p.p. no Continente), a Região do Norte tinha obtido a alteração mais elevada (+33,3 p.p.), aproximando-se da média do Continente, de que estava muito afastada em 2001.

Dada a continuação da evolução positiva na comparação entre 2011 e 2021 (+12,3 p.p.), a Região apresenta agora um resultado superior ao da média do Continente. Neste como no grupo de 20-24 anos, o Centro e o Norte obtêm valores ligeiramente acima da média do Continente e a AM de Lisboa ligeiramente abaixo, encontrando-se os valores mais baixos no Alentejo e no Algarve (cf. Tabela 13 e Figura 15).

Tabela 13.

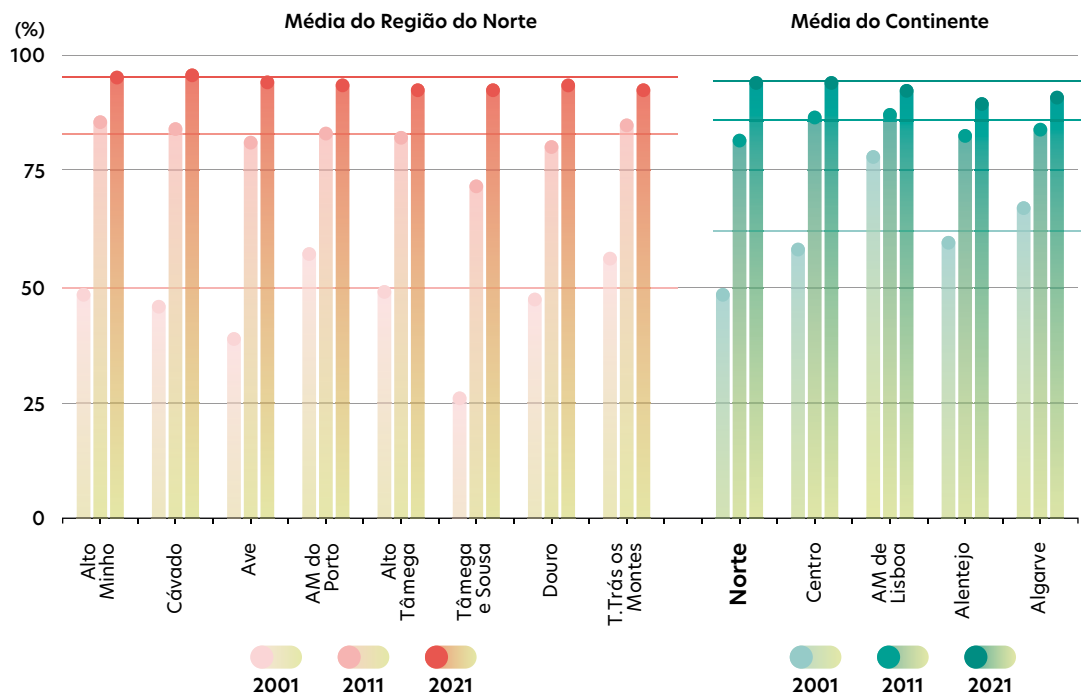
População residente de 25-29 anos que concluiu pelo menos o ensino básico (9.º ano de escolaridade), por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001

NUTS	2021 (%)	2011 (%)	2001 (%)	Varição (p.p.) 2011-2021	Varição (p.p.) 2001-2021
Alto Minho	97,1	87,4	50,1	9,7	47,0
Cávado	97,4	85,7	47,4	11,6	50,0
Ave	96,3	82,8	40,3	13,5	56,0
AM do Porto	95,4	84,9	58,7	10,5	36,7
Alto Tâmega	94,2	84,0	50,6	10,2	43,6
Tâmega e Sousa	94,2	73,4	27,5	20,8	66,7
Douro	95,1	81,8	49,0	13,4	46,2
Terras de Trás-os-Montes	94,1	86,7	57,8	7,4	36,3
Norte	95,6	83,4	50,1	12,3	45,5
Centro	95,6	88,3	59,7	7,3	35,9
AM de Lisboa	94,0	88,9	79,9	5,1	14,1
Alentejo	91,3	84,4	61,1	6,9	30,2
Algarve	92,6	85,8	68,5	6,8	24,1
Continente	94,7	86,2	62,2	8,5	32,5

Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021.

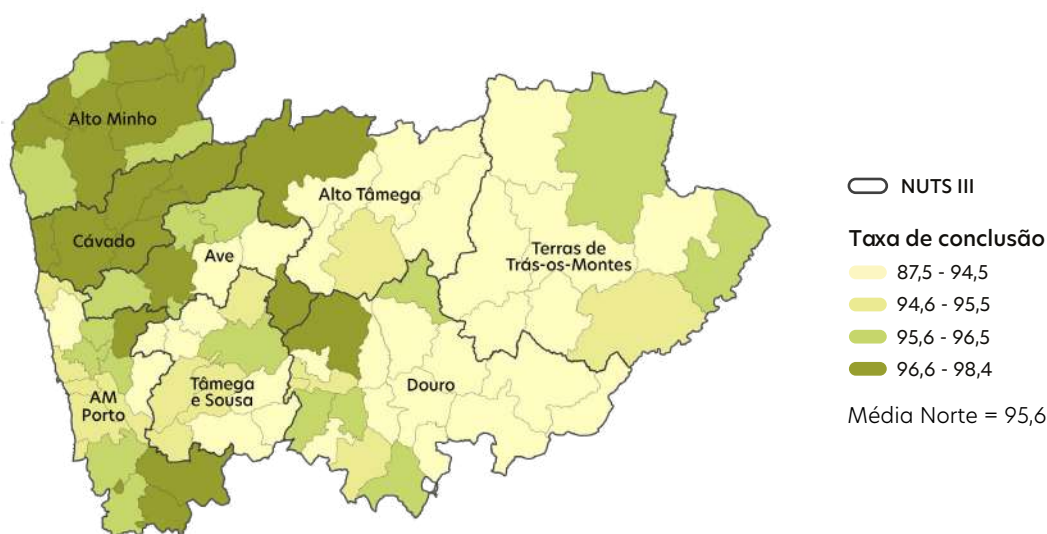
A melhoria de resultados na Região do Norte é mais intensa nas NUTS III que apresentavam os valores mais baixos em 2011 - Tâmega e Sousa (+20,8 p.p.), Ave (+13,5 p.p.) e Douro (+13,4 p.p.) -, estando agora os valores sub-regionais muito próximos. Também neste indicador se destaca o Tâmega e Sousa na diferença de resultados obtidos em 2001 e 2021 (+66,7 p.p.), a que juntam o Ave (+56 p.p.) e o Cávado (+50 p.p.), registando este último os valores mais elevados também neste grupo etário.

Figura 15. População residente de 25-29 anos que concluiu pelo menos o ensino básico (9.º ano de escolaridade), por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2001, 2011 e 2021 (%)



A Figura 16 expressa, na dimensão concelhia, essas maiores distâncias, realçando uma concentração dos valores mais baixos no Tâmega e Sousa e nas três NUTS III mais interiores e uma presença mais notória dos valores mais elevados no Alto Minho e no Cávado. Os valores extremos são agora 98,4% e 87,5%, quando em 2001 eram 77% e 21,8%.

Figura 16. População residente de 25-29 anos que concluiu pelo menos o ensino básico (9.º ano de escolaridade), por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)



A redução das disparidades tem neste indicador mais um exemplo: a relação entre os oito resultados concelhios mais elevados e os oito mais baixos, que era de 2,66 em 2001 e de 1,28 em 2011, é de 1,08 em 2021.

6. Conclusão do ensino secundário na população de 20 a 29 anos

Em 2009 foi instaurada a obrigatoriedade da frequência da educação e da formação até à conclusão do ensino secundário ou até se perfazer os 18 anos de idade, tendo efeitos para os que completavam esta idade em 2012.³⁴ Assim, o nível secundário de ensino e formação já foi obrigatório para todos os que em 2021 estão incluídos na população de 20-24 anos e para parte dos que então integraram o grupo de 25-29 anos.

Os adultos, também os incluídos nestes grupos etários, puderam concluir este nível educativo pela frequência das diversas modalidades de ensino secundário (Cursos Científico-Humanísticos, Cursos Profissionais, Cursos de Aprendizagem, etc.) ou usufruíram de outras oportunidades de educação e de formação, designadamente no âmbito do ensino recorrente e dos Cursos de Educação e Formação da Adultos (EFA), das Formações Modulares Certificadas e em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC).

A frequência das modalidades de formação para jovens foi apresentada no subcapítulo 2.2, em especial na Tabela 3; a Tabela 14 mostra a frequência das modalidades destinadas a adultos.

Tabela 14.

Frequência das modalidades de educação e formação destinadas a adultos no ensino secundário, no Continente e na Região do Norte, 2011/2012 e 2020/2021

Modalidades de educação e formação	Continente			NUTS II Norte			Norte/Continente (%)	
	2011/12	2020/21	Variação (%)	2011/12	2020/21	Variação (%)	2011/12	2020/21
Ensino secundário (total)	60 995	41 670	-31,7	23 327	13 948	-40,2	38,2	33,5
Cursos de Educação e Formação de Adultos	26 696	18 998	-37,6	10 059	5 432	-56,0	37,7	26,6
Ensino recorrente	5 735	3 789	-33,9	2 052	1 007	-50,9	35,8	26,6
RVCC	28 092	18 383	-34,6	11 089	7 411	-33,2	39,5	40,3
Formações modulares	472	500	5,9	127	98	-22,8	26,9	19,6

Fonte: DGEEC, Perfil do aluno 2011/12 e Perfil do aluno 2020/21

No período considerado, ocorre uma diminuição das inscrições nestas vias de educação e formação, embora menos acentuada do que a verificada no ensino básico. Nos cursos EFA, há uma tendência para a estabilização nos últimos anos, após uma descida abrupta entre 2011/2012 e 2012/2013; o número de inscritos em processos de RVCC também desceu muito neste intervalo e continuou a diminuir até meados da década, tendo aumentado desde então.

³⁴ Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto.

6.1

Conclusão do ensino secundário na população de 20-24 anos

Neste grupo etário, em 2011, num contexto de melhoria generalizada dos resultados (+17 p.p. no Continente), a Região do Norte obteve a progressão mais elevada (+21 p.p.), aproximando-se da média do Continente.

Em 2021, o Continente (com +22,5 p.p. entre os dois últimos Censos) situa-se nos 84%, valor que é ultrapassado nas Regiões Norte (+26,2 p.p. no mesmo intervalo) e Centro (cf. Tabela 15 e Figura 17).

Tabela 15.

População residente de 20-24 anos que concluiu pelo menos o ensino secundário, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001

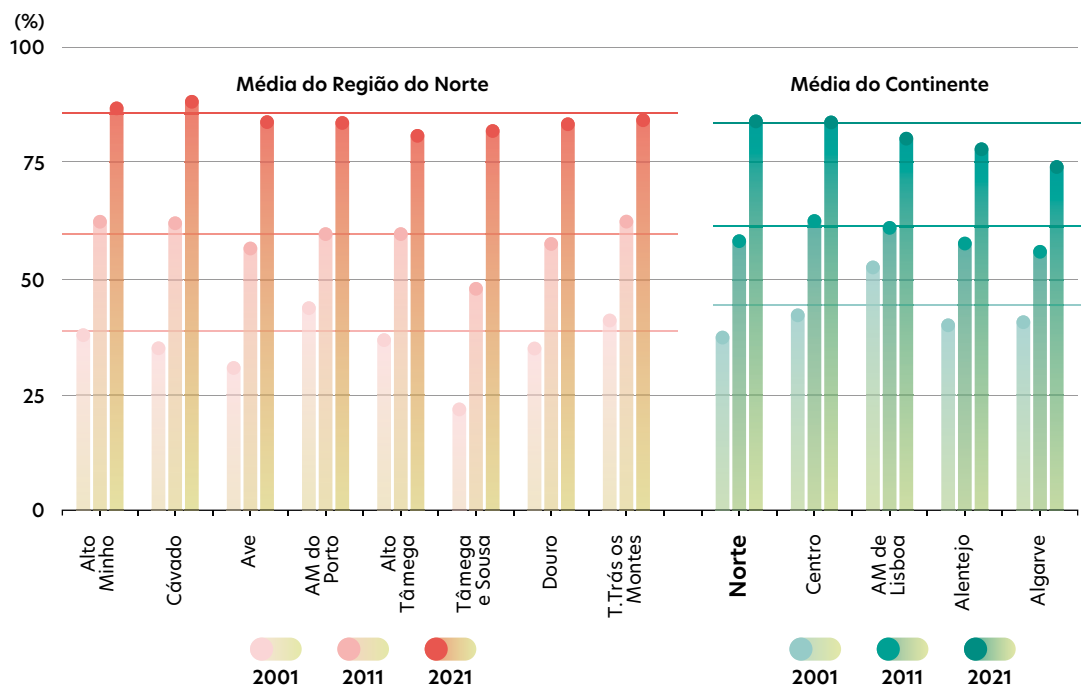
NUTS	2021 (%)	2011 (%)	2001 (%)	Variação (p.p.) 2011-2021	Variação (p.p.) 2001-2021
Alto Minho	88,8	64,2	39,6	24,5	49,1
Cávado	90,2	63,9	36,7	26,3	53,5
Ave	85,9	58,5	32,4	27,4	53,5
AM do Porto	85,6	61,5	45,5	24,1	40,1
Alto Tâmega	82,8	61,4	38,4	21,4	44,4
Tâmega e Sousa	84,0	49,6	23,4	34,4	60,6
Douro	85,4	59,4	36,7	26,0	48,7
Terras de Trás-os-Montes	86,2	64,1	42,8	22,1	43,4
Norte	86,1	60,0	39,0	26,2	47,1
Centro	86,0	64,4	43,9	21,6	42,1
AM de Lisboa	82,3	62,9	54,3	19,4	28,0
Alentejo	79,9	59,6	41,8	20,3	38,1
Algarve	76,1	57,7	42,6	18,5	33,6
Continente	84,1	61,6	44,7	22,5	39,4

Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021.

As mudanças entre Censos são mais acentuadas nas NUTS III que apresentavam inicialmente os valores mais baixos. Em 2001, os valores extremos encontravam-se no Tâmega e Sousa (23,4%) e na AM do Porto (45,5%), a única NUTS III da Região que então ultrapassava a média do Continente; em 2011, a distância encurtou, entre o Tâmega e Sousa (49,6%) e o Alto Minho (64,2%); em 2021, temos uma distância de 7,4 p.p. entre o Alto Tâmega (82,8%) e o Cávado (90,2%).

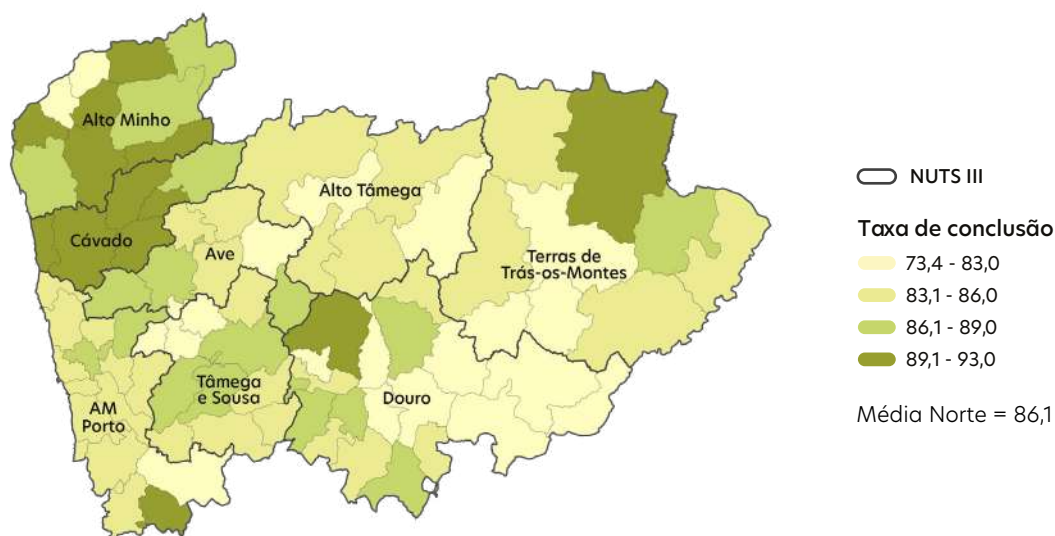
Impõe-se destacar, também neste caso, a evolução no Tâmega e Sousa, que, partindo de uma posição bastante aquém da das outras NUTS III, se aproxima da média regional, graças à alteração de +60,6 p.p., nas duas décadas, e de +34,4 p.p., na última década. Também o Ave e o Cávado, com +53,5 p.p., entre 2001 e 2021, registam diferenças substantivas, com o Cávado a obter o melhor resultado entre as NUTS III, em 2021.

Figura 17. População residente de 20-24 anos que concluiu pelo menos o ensino secundário, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2001, 2011 e 2021 (%)



A Figura 18 realça uma concentração dos valores mais elevados no Cávado, no Alto Minho e nos concelhos de Vila Real e Bragança, e dos mais baixos no Douro e nas Terras de Trás-os-Montes. Os valores concelhios extremos são 93% e 73,4%, quando eram 74% e 42,2% em 2011.

Figura 18. População residente de 20-24 anos que concluiu pelo menos o ensino secundário, por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)



Assinale-se que, apesar de o grupo de 20-24 anos em 2021 ter sido abrangido pela nova escolaridade obrigatória (idade de 18 anos ou conclusão de nível secundário de ensino), apenas cerca de 85% dos jovens integrados neste grupo tinham concluído o ensino secundário.

6.2

Conclusão do ensino secundário na população de 25-29 anos

Neste grupo etário, que, recorde-se, só foi parcialmente abrangido pela nova obrigatoriedade escolar, os valores do Continente e da Região do Norte situam-se ligeiramente acima dos 80%. Em 2001, pouco mais de um terço da população de 25-29 anos (34,3%) tinha concluído o ensino secundário, na Região do Norte.

Entre 2001 e 2011, o Norte e o Centro foram as NUTS II que mais se aproximaram dos valores registados na AM de Lisboa, muito superiores. Na década seguinte, esta tendência mantém-se, com destaque para o Norte, com um valor já ligeiramente superior ao do Continente, graças aos quase 25 p.p. de acréscimo. No conjunto das duas décadas, temos +37,6 p.p. no Continente e +46,5 p.p. no Norte (cf. Tabela 16 e Figura 19).

Tabela 16.

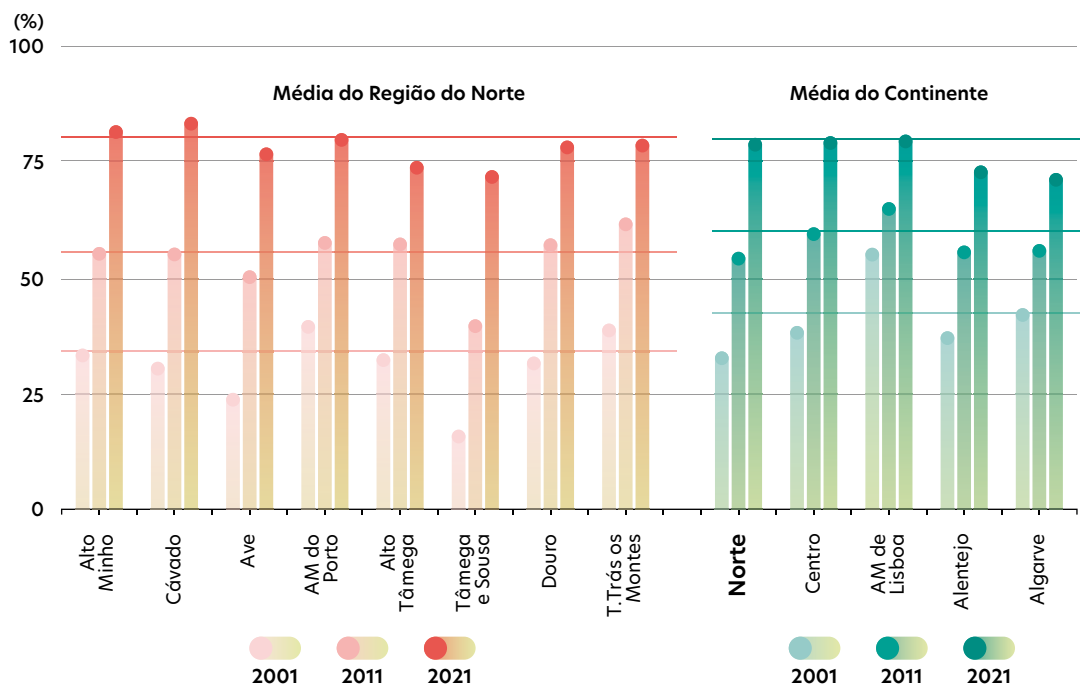
População residente de 25-29 anos que concluiu pelo menos o ensino secundário, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001

NUTS	2021 (%)	2011 (%)	2001 (%)	Varição (p.p.) 2011-2021	Varição (p.p.) 2001-2021
Alto Minho	83,5	57,1	35,0	26,4	48,5
Cávado	85,3	56,8	32,1	28,5	53,2
Ave	78,7	51,9	25,4	26,8	53,3
AM do Porto	81,8	59,4	41,2	22,4	40,7
Alto Tâmega	75,9	59,2	33,9	16,7	42,0
Tâmega e Sousa	73,8	41,3	17,4	32,4	56,4
Douro	80,1	58,9	33,1	21,2	47,0
Terras de Trás-os-Montes	80,6	63,5	40,3	17,2	40,3
Norte	80,8	55,9	34,3	24,9	46,5
Centro	81,0	61,3	39,9	19,7	41,1
AM de Lisboa	81,4	66,8	56,9	14,6	24,5
Alentejo	74,7	57,3	38,8	17,4	35,9
Algarve	73,2	57,7	43,8	15,5	29,4
Continente	80,3	60,5	42,7	19,9	37,6

Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021.

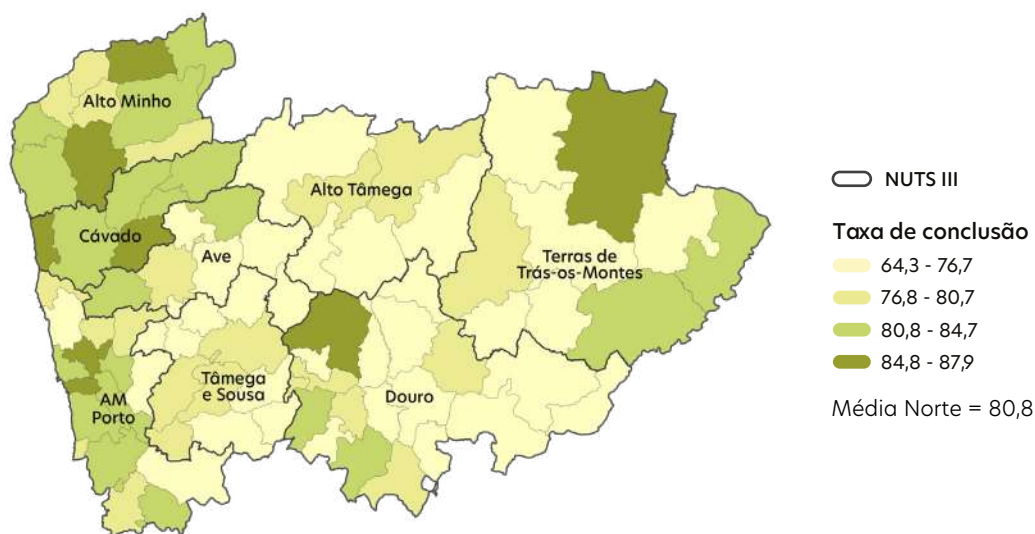
À escala das NUTS III da Região do Norte, a distância entre os valores extremos reduz-se, encontrando-se agora o mais elevado no Cávado (85,3%) e o mais baixo no Tâmega e Sousa (73,8%). No entanto, é nesta NUTS III que se regista uma maior diferença entre Censos, considerando a última década (32,4 p.p.) ou as duas décadas em análise (56,4 p.p.).

Figura 19. População residente de 25-29 anos que concluiu pelo menos o ensino secundário, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2001, 2011 e 2021 (%)



A Figura 20 realça uma concentração dos valores mais baixos no Tâmega e Sousa, no Douro e no Alto Tâmega e uma dispersão dos valores mais elevados, embora com uma presença mais visível nas NUTS III Cávado e Alto Minho. Os valores extremos são 87,9% e 64,3%, quando em 2011 foram de 70,6% e 33,7% e em 2001 eram 62,8% e 13,7%.

Figura 20. População residente de 25-29 anos que concluiu pelo menos o ensino secundário, por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)



A relação entre os oito resultados concelhios mais elevados e os oito mais baixos, que era de 3,50 em 2001 e de 1,72 em 2011, é agora de 1,25.

6.3

População residente de 18-24 anos que tem no máximo o 3.º ciclo do ensino básico completo e não frequenta o sistema de ensino

Incluímos esta informação por ser **próxima** do indicador usado à escala europeia para monitorizar a redução do abandono precoce de educação e formação, um dos objetivos emblemáticos das estratégias Europa 2020 e Europa 2030.

O indicador *Taxa de abandono precoce de educação e formação (Série 2021 - %)*, utilizado pelo INE e pelo Eurostat, corresponde a: “[População residente com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3.º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência/ População residente com idade entre 18 e 24 anos]*100”. Assim, no numerador estão as pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos que declaram: a) não possuir o ensino secundário completo e b) não ter recebido nenhum tipo de educação (formal ou não formal) na semana de referência ou nas três semanas anteriores à semana de referência; no denominador considera-se a população total do mesmo grupo etário. O valor anual apurado é a média dos resultados dos quatro inquéritos trimestrais do ano de referência.³⁵

Desta forma, o âmbito do numerador aqui trabalhado – residentes de 18-24 anos que não estão a frequentar o sistema de ensino e não concluíram o ensino secundário (têm no máximo o 3.º ciclo do ensino básico) - é um pouco mais restrito e os resultados apurados são obrigatoriamente mais elevados, diríamos mais negativos, do que os obtidos no indicador dos Inquéritos ao Emprego, visto que não contemplam a situação referida na alínea b). Por outro lado, haverá diferenças justificadas pelas metodologias e pelos momentos de recolha de informação, ou seja, a média de quatro inquéritos trimestrais em 2021, num caso, e o questionário no momento censitário, no outro.

De facto, o resultado alcançado no indicador utilizado neste relatório, a partir dos dados do recenseamento, é de 11,6% para Portugal e de 10,2% para a Região do Norte, enquanto o resultado no indicador Taxa de abandono precoce de educação e formação para o ano de 2021 é de 5,9% e 4,1%, respetivamente.



Indicador Europa 2020

A exemplo da União Europeia, Portugal estabeleceu como meta para 2020 um valor de 10% no indicador de abandono precoce de educação e formação. O caminho a percorrer era bastante exigente em Portugal, dado que, em 2011, o resultado neste indicador era de 13,5% na média dos 27 Estados-Membros e de 23,0% em Portugal. No entanto, o progresso que se tinha verificado na primeira década deste século legitimava a ambição da meta.

Assim, em 2020, a meta foi alcançada na União Europeia a 27, com um valor médio de 9,9%, e em Portugal, com 8,9%, tendo a Região do Norte ficado aquém da meta, com 10,5%. Em 2021, foram obtidos os seguintes valores: 9,7% na UE, 5,9% em Portugal e 4,1% na Região do Norte (Eurostat e INE, com base nos inquéritos trimestrais ao emprego).

³⁵ INE, **Metainformação**. Quanto à comparação entre anos, **refere o INE**: “O questionário do Inquérito ao Emprego, na série de dados iniciada no 1.º trimestre de 2021, apresenta um maior detalhe na captação de atividades de aprendizagem não formal. Esta circunstância pode ter impacto nos resultados dos indicadores para os quais é utilizada esta informação, quando comparados com os da série de dados em vigor do 1.º trimestre de 2011 ao 4.º trimestre de 2020”.

Apesar de designado como “Taxa de abandono precoce de educação e formação”, este indicador mede o impacto geral da escolarização no grupo etário situado imediatamente pós-idade de escolaridade obrigatória (18-24 anos). De outra natureza é a recolha de informação específica sobre o abandono escolar que ocorre nos que ainda estão na faixa etária de escolaridade obrigatória, a sua dimensão e a sua localização.

Em 2001, entre as NUTS III do Continente, o Norte destacava-se pelo valor mais elevado e a AM de Lisboa pelo valor mais baixo. Mesmo com uma melhoria assinalável (-22,4 p.p. entre 2001 e 2011), a Região do Norte ainda apresentava, em 2011, um resultado (28,9%) superior à média do Continente (26,5%), situando-se os valores extremos no Algarve (29,5%) e no Centro e na AM de Lisboa, as duas regiões com 24,1%.

Na última década, o Norte volta a apresentar a alteração mais expressiva (-18,6 p.p.), obtendo em 2021 um valor que, tal como o da Região Centro, já é inferior ao valor médio do Continente. Nestes vinte anos, o Continente regista uma quebra de 33 p.p., sendo 41 p.p. o valor correspondente no Norte (cf. Tabela 17 e Figura 21).

Tabela 17.

População residente de 18-24 anos que concluiu no máximo o 3º ciclo do ensino básico e não frequenta o sistema de ensino, por NUTS II do Continente e por NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001

NUTS	2021 (%)	2011 (%)	2001 (%)	Varição (p.p.) 2011-2021	Varição (p.p.) 2001-2021
Alto Minho	8,1	24,7	50,1	-16,6	-42,0
Cávado	7,1	25,5	54,4	-18,4	-47,3
Ave	10,6	30,7	58,6	-20,1	-48,0
AM do Porto	10,6	27,4	45,0	-16,8	-34,4
Alto Tâmega	13,2	27,0	47,5	-13,8	-34,3
Tâmega e Sousa	12,3	38,9	68,9	-26,6	-56,6
Douro	10,4	27,4	49,5	-17,0	-39,1
Terras de Trás-os-Montes	10,0	24,1	39,9	-14,1	-29,9
Norte	10,2	28,9	51,2	-18,6	-41,0
Centro	10,1	24,1	43,9	-14,1	-33,9
AM de Lisboa	11,6	24,1	34,0	-12,5	-22,4
Alentejo	14,6	27,9	45,4	-13,4	-30,9
Algarve	17,3	29,5	44,5	-12,2	-27,2
Continente	11,2	26,5	44,2	-15,3	-33,0
Portugal	11,6	27,1	44,8	-15,5	-33,2

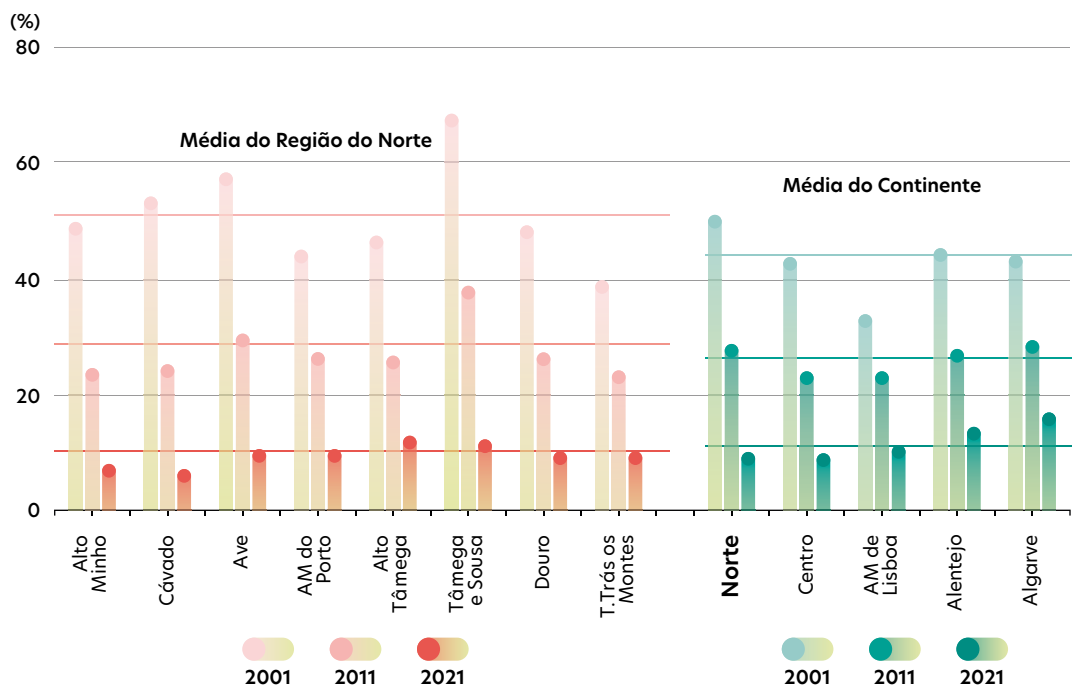
Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021.

No que respeita às NUTS III, entre 2001 e 2011, as sub-regiões que apresentavam os valores mais elevados em 2001 foram as que registaram um progresso mais expressivo (Tâmega e Sousa – bem destacada –, Ave e Cávado). Apesar disto, mantinha-se em 2011 uma apreciável distância entre o resultado do Tâmega e Sousa – 38,9% – e o das Terras de Trás-os-Montes, com 24,1%.

Na década seguinte, a descida dos valores é novamente acentuada, com destaque para o Tâmega e Sousa (-26,6 p.p.), encontrando-se agora os valores mais baixos no Cávado e no Alto Minho. Apenas o Tâmega e Sousa e o Alto Tâmega apresentam valores superiores à média do Continente.

Figura 21.

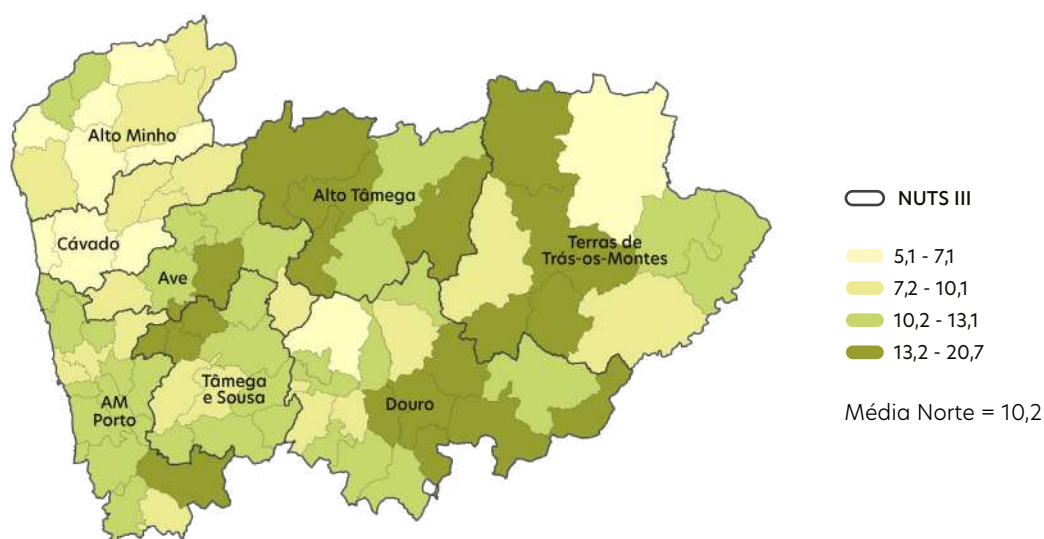
População residente de 18-24 anos que concluiu no máximo o 3.º ciclo do ensino básico e não frequenta o sistema de ensino, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2001, 2011 e 2021 (%)



A Figura 22 realça uma maior presença dos valores mais elevados em concelhos do Alto Tâmega, do Tâmega e Sousa, do Douro e de Trás-os-Montes e dos mais baixos nos concelhos do Cávado e do Alto Minho. No entanto, nota-se uma grande diversidade interna nos espaços intermunicipais, em especial nas NUTS III Douro e Terras de Trás-os-Montes. Os valores extremos, que eram 45,9% e 14,2% em 2011, são agora 20,7% e 5,1%.

Figura 22.

População residente de 18-24 anos que concluiu no máximo o 3.º ciclo do ensino básico e não frequenta o sistema de ensino, por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)

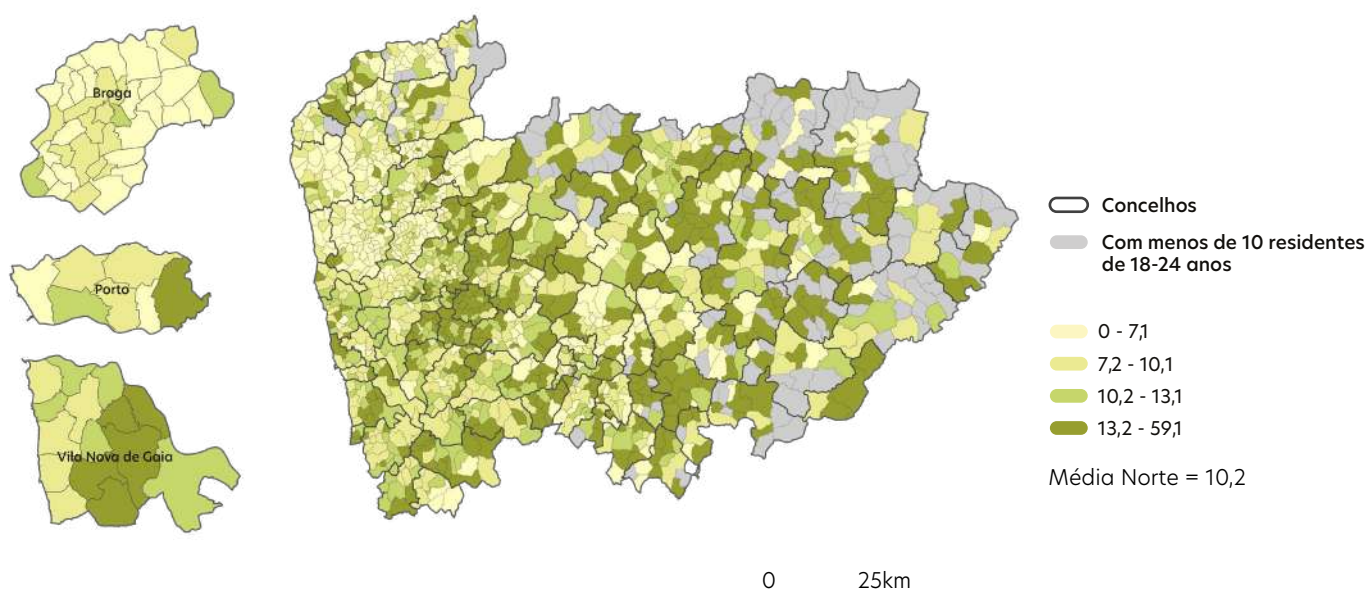


Por freguesia

Atendendo à relevância deste indicador, dada a sua proximidade com um indicador da Estratégia Europa 2030, e como exemplo ilustrativo das disparidades intraconcelhias, apresentamos os resultados pelas freguesias da Região do Norte. Não consideramos para este efeito os resultados de 151 freguesias com menos de 10 residentes deste grupo etário (cf. Figura 23).

Destacamos os três concelhos com mais habitantes na Região do Norte: em Vila Nova de Gaia, os valores extremos são 7,6% e 14,8%; no Porto, são 6,2% e 22%; e em Braga são 1,9% e 11,1%.

Figura 23. População residente de 18-24 anos que concluiu no máximo o 3.º ciclo do ensino básico e não frequenta o sistema de ensino, por freguesias da Região do Norte, 2021 (%)



Meta europeia para 2030

Entre os indicadores europeus de monitorização do progresso nas prioridades estratégicas no período 2021-2030 mantém-se um do período anterior, com um novo valor da meta: *a percentagem de alunos que abandonam prematuramente a educação e a formação deverá ser inferior a 9% até 2030 (18-24 anos)*.³⁶ Como referimos, em 2021, registava-se 9,7% na UE, 5,9% em Portugal e 4,1% na Região do Norte (Eurostat e INE, com base nos inquéritos trimestrais ao emprego).

³⁶ Resolução do Conselho sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação rumo ao Espaço Europeu da Educação e mais além (2021-2030) (JO C 66 de 26.2.2021). Este indicador será complementado por um outro conexo respeitante à conclusão do ensino secundário, que medirá a percentagem de pessoas entre os 20 e os 24 anos com, pelo menos, uma habilitação de nível secundário. Em 2021, temos 85,3% na UE 27 e 89,6% em Portugal (Eurostat).

7. Conclusão do ensino superior na população de 25 a 34 anos

Os níveis de conclusão do ensino superior por parte da população residente num dado território resultam não só da formação obtida pela população que aí residia quando fez o seu percurso escolar mas também da capacidade de retenção e atração de pessoas com habilitações de nível superior, para o que contribuem fatores como a localização das empresas e das instituições públicas ou do terceiro setor que empregam profissionais com mais elevada escolaridade, o acesso a habitação e a equipamentos de saúde e de educação, as condições socioculturais e ambientais, os transportes e outros serviços.

Desta forma, os valores alcançados refletem a concentração do emprego para os mais escolarizados em determinados territórios, designadamente na aglomeração constituída pelo concelho do Porto e por alguns dos concelhos contíguos e nas “cidades médias” da Região do Norte, que acolhem as sedes das instituições de ensino superior públicas.

Na primeira década deste século, ocorreu uma desaceleração no crescimento do número total de inscritos nas diversas modalidades de ensino superior. Seja pelos efeitos da quebra demográfica, seja pelos limites que decorrem do número dos que concluem o ensino secundário, seria mui-

to difícil manter o ritmo de crescimento da frequência verificado nas décadas anteriores. De facto, em 2010/2011 o número de inscritos estava próximo do atingido no início do século.

Na década seguinte, temos uma descida significativa até ao ano 2014/2015 e, desde então, um aumento progressivo de inscrições no ensino superior. Esta recuperação teve o contributo da modalidade de formação mais recente - os cursos de técnicos superiores profissionais (TeSP). Criados em 2014, estes cursos, integrados no ensino superior, mas não conferentes de grau académico, têm atraído novos públicos, em particular os provenientes das vias profissionais de formação de nível secundário. No Continente, em 2020/2021, estavam inscritos nestes cursos 17 669 estudantes, 7 303 dos quais em estabelecimentos na Região do Norte. Esta nova modalidade substituiu, de algum modo, os cursos de especialização tecnológica (CET), formação pós-secundária que se mantém, embora tenha sido descontinuada nas instituições do ensino superior.³⁷

A Tabela 18 compara as inscrições no ensino superior português, no início e no fim da última década, de acordo com a localização das instituições de ensino superior.

Tabela 18.
Inscritos no ensino superior nos estabelecimentos do Continente e da Região do Norte, 2010/2011 e 2020/2021

Graus e modalidades	Continente			NUTS II Norte			Norte/Continente (%)	
	2010/11	2020/21	Variação (%)	2010/11	2020/21	Variação (%)	2010/11	2020/21
Ensino superior (total)	388 843	405 579	4,3	123 754	137 008	10,7	31,8	33,8
Cursos técnico superior profissional	*	17 669	*	*	7 303	*	*	41,3
Licenciaturas	250 096	231 432	-7,5	78 544	76 261	-2,9	31,4	33,0
Mestrados	115 777	129 697	12,0	38 717	45 466	17,4	33,4	35,1
Doutoramentos	18 134	23 394	29,0	5 309	7 183	35,3	29,3	30,7
Especializações e outros	4 836	3 387	-30,0	1 184	795	-32,9	24,5	23,5
ES universitário público	186 814	203 413	8,9	52 912	57 648	9,0	28,3	28,3
ES universitário privado	60 452	53 072	-12,2	23 755	22 966	-3,3	39,3	43,3
ES politécnico público	114 167	125 801	10,2	33 615	43 163	28,4	29,4	34,3
ES politécnico privado	27 410	23 293	-15,0	13 472	13 231	-1,8	49,1	56,8

Fonte: DGEEC, Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior

³⁷ Em 2020/2021, estavam inscritos nos CET, em instituições de ensino não superior, 4 888 alunos no Continente e 1 064 na Região do Norte. Em 2011/2012, estavam inscritos 9 511 alunos no Continente, sendo 2 833 em estabelecimentos de ensino não superior; os valores correspondentes para a RN eram de 2 600 e 751 inscritos (DGEEC, Estatísticas da Educação, 2011/2012 e 2020/2021).

As alterações entre os dois anos podem ser caracterizadas pelas seguintes facetas:

- aumento geral da frequência, com mais expressão nos estabelecimentos sediados no Norte (+10,7%) do que na média do Continente (+4,3%);³⁸
- um aumento das inscrições nos mestrados e nos doutoramentos e uma ligeira quebra nas licenciaturas;
- na Região do Norte, este aumento deve-se mais ao ensino politécnico (+19,8%) do que ao universitário (+5,1%);
- a frequência geral aumenta no ensino público (+16,5%) e diminui no ensino privado (-2,8%);
- em 2020/2021, o peso da Região no total do Continente varia entre 28,3% no ensino universitário público e 56,8% no politécnico privado.

A informação que apresentamos de seguida já não respeita à frequência, mas à conclusão do ensino superior nos grupos etários em análise, que fica aquém do que indicariam os níveis da frequência, dados os efeitos do insucesso e do abandono.³⁹

7.1 Conclusão do ensino superior na população de 25-29 anos

Entre 2001 e 2021, é a Região do Norte que mais aumenta a conclusão do ensino superior nesta faixa etária (+24,5 p.p.), alcançando agora um valor próximo da média do Continente. Mesmo com a redução das diferenças, a AM de Lisboa continua a destacar-se com o resultado mais elevado (cf. Tabela 19 e Figura 24).

Tabela 19.
População residente de 25-29 anos que concluiu o ensino superior, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001

NUTS	2021 (%)	2011 (%)	2001 (%)	Variação (p.p.) 2011-2021	Variação (p.p.) 2001-2021
Alto Minho	36,7	25,5	13,4	11,2	23,4
Cávado	43,3	28,5	13,0	14,9	30,4
Ave	35,2	24,5	9,3	10,7	25,8
AM do Porto	41,5	30,8	17,9	10,7	23,6
Alto Tâmega	34,0	27,4	13,2	6,6	20,9
Tâmega e Sousa	27,8	17,3	6,4	10,5	21,4
Douro	37,5	27,8	13,4	9,6	24,1
Terras de Trás-os-Montes	42,0	32,8	16,5	9,2	25,5
Norte	38,7	27,6	14,2	11,1	24,5
Centro	38,7	29,8	16,0	8,9	22,7
AM de Lisboa	43,1	34,4	25,4	8,6	17,7
Alentejo	30,4	23,6	13,7	6,8	16,7
Algarve	28,4	24,2	15,4	4,1	13,0
Continente	39,1	29,7	17,9	9,5	21,2
Portugal	38,6	29,1	17,6	9,5	21,0

Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021.

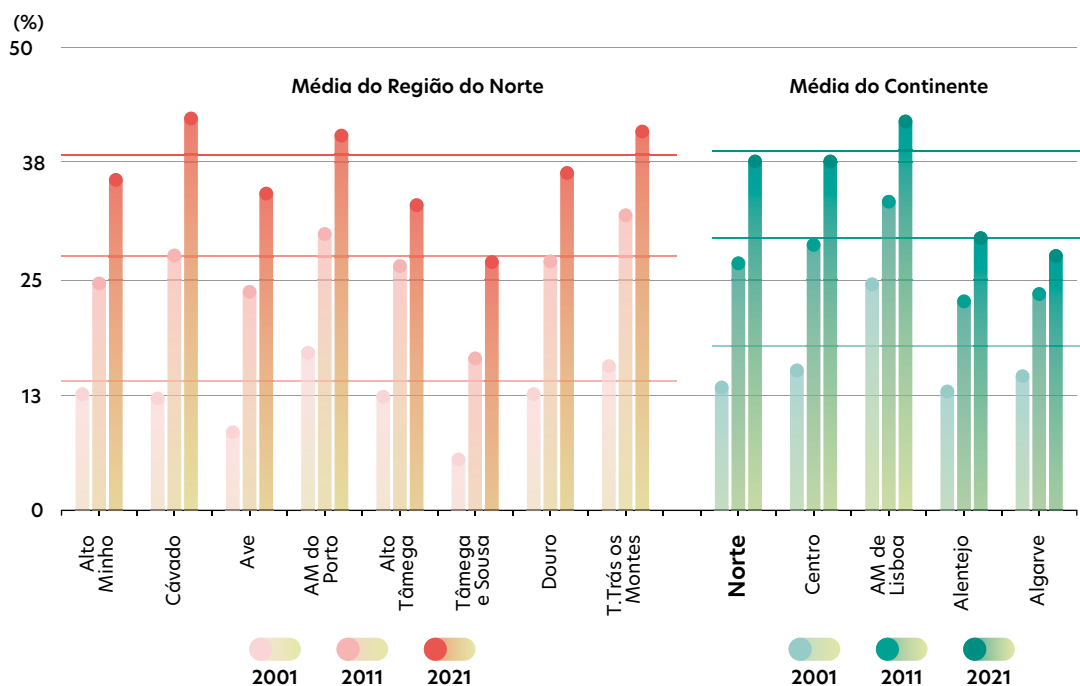
³⁸ De facto, atingido um ponto alto em 2010/2011, ocorreu uma descida significativa do número de inscritos até 2014/2015 (-11,6% no Continente e -9% no Norte), a que se seguiu uma subida. Estas alterações da frequência ajudarão a explicar por que parece ter saído do espaço público, nos anos mais recentes, a preocupação com a necessidade de reestruturação de uma rede de ensino superior considerada sobredimensionada na primeira metade da última década.

³⁹ A promoção de um programa específico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para enfrentar o insucesso e reduzir o abandono é um sinal da dimensão do problema. Apresentado em 28 de outubro de 2022, o "Programa de Promoção de Sucesso e Redução de Abandono no Ensino Superior" visa "estimular o desenvolvimento de mecanismos de apoio à integração académica dos novos estudantes e à promoção do seu sucesso".

À escala das NUTS III, em 2001, os valores extremos encontravam-se na AM do Porto (17,9%) e no Tâmega e Sousa (6,4%); em 2011, mantêm-se nos mesmos espaços, mas são 30,8% e 17,3%, respetivamente. Em 2021, os valores extremos situam-se no Cávado (43,3%) e no Tâmega e Sousa (27,8%). De facto, o Cávado tem o aumento mais robusto entre 2001 e 2021 (+30,4 p.p.), ultrapassando a AM do Porto e as Terras de Trás-os-Montes. Por outro lado, apesar da recuperação, o Tâmega e Sousa continua a destacar-se pelo valor mais baixo.

Figura 24.

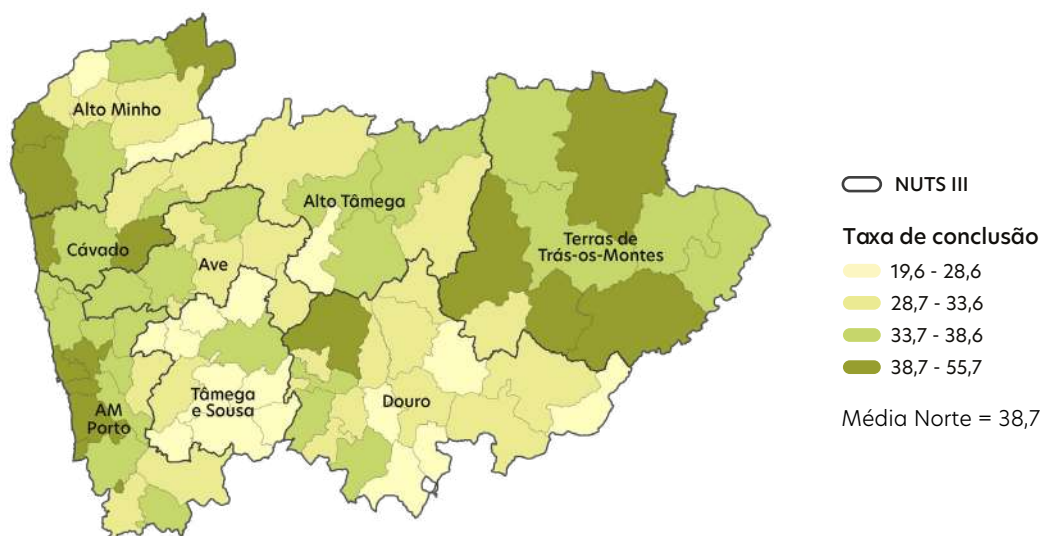
População residente de 25-29 anos que concluiu o ensino superior, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2001, 2011 e 2021 (%)



A Figura 25 mostra que os valores concelhios mais elevados estão dispersos, localizando-se, em especial, nos concelhos com maiores aglomerados urbanos e sedes de instituições do ensino superior, enquanto os mais baixos têm mais presença no Tâmega e Sousa e no Douro. Note-se a grande diversidade interna no Alto Minho e no Douro.

Figura 25.

População residente de 25-29 anos que concluiu o ensino superior, por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)



Os valores concelhios extremos, que eram 33,2% e 4,1% em 2001, são 55,7% e 19,6% em 2021.

7.2 Conclusão do ensino superior na população de 30-34 anos

Como referimos, este indicador foi utilizado pela União Europeia para aferir o cumprimento de uma das metas emblemáticas da Estratégia Europa 2020.

Indicador Europa 2020

Tanto a União Europeia como Portugal definiram como meta para 2020 para o indicador população com idade compreendida entre 30 e 34 anos que concluiu estudos superiores ou obteve certificação equivalente um valor de 40%. Também neste caso, o caminho a percorrer era muito exigente para Portugal: em 2011, a conclusão do ensino superior no grupo de 30-34 anos era de 26,7% em Portugal, 23,6% na Região do Norte e 34,6% na média dos 27 Estados-Membros; apesar de claramente positiva, a evolução em Portugal na década anterior (2001-2011) não se destacara de forma tão nítida quanto noutros indicadores, pois o progresso médio na União Europeia atinge 11,8 p.p., enquanto em Portugal se cifrara em 14,4 p.p.

Em 2020, tanto Portugal, com 39,6%, como a Região do Norte, com 39,3%, ficaram muito perto da meta, atingida na UE, com 41,1%. Já em 2021 aquela meta foi ultrapassada, quando Portugal obtém um valor de 43,7%, que é de 42,5% na Região do Norte, e a UE 27 regista 41,6% (Eurostat e INE, com base nos inquéritos trimestrais ao emprego).

Segundo os resultados dos recenseamentos, os valores de conclusão do ensino superior no grupo de 30-34 anos duplicaram na primeira década do século (de 14,4% para 29%, no Continente) e mais do que duplicaram no Norte (de 11% para 25,8%); a AM de Lisboa mantinha uma grande distância das outras quatro NUTS II do Continente (cf. Tabela 20 e Figura 26).

Entre 2011 e 2021, a Região do Norte regista o aumento mais elevado (+10 p.p.), aproximando-se da média do Continente (37,5%); a AM de Lisboa continua com um valor claramente mais elevado, com as duas regiões mais a sul a distanciarem-se das outras três.

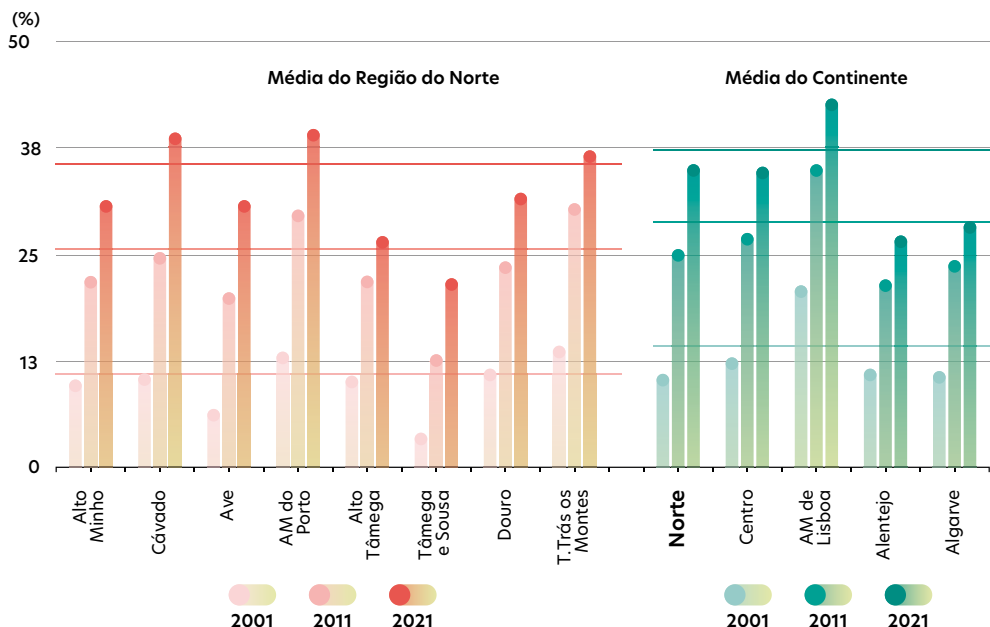
Tabela 20.
População residente de 30-34 anos que concluiu o ensino superior, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001

NUTS	2021 (%)	2011 (%)	2001 (%)	Varição (p.p.) 2011-2021	Varição (p.p.) 2001-2021
Alto Minho	31,7	22,6	10,3	9,1	21,4
Cávado	39,6	25,5	10,9	14,1	28,7
Ave	31,6	20,7	6,9	10,9	24,7
AM do Porto	40,0	30,5	13,7	9,5	26,3
Alto Tâmega	27,4	22,6	10,9	4,8	16,6
Tâmega e Sousa	22,5	13,5	4,1	9,1	18,4
Douro	32,5	24,4	11,6	8,2	20,9
Terras de Trás-os-Montes	37,6	31,2	14,4	6,4	23,1
Norte	35,9	25,8	11,0	10,0	24,8
Centro	35,6	27,7	13,0	7,9	22,6
AM de Lisboa	43,7	35,8	21,5	7,8	22,1
Alentejo	27,4	22,3	11,7	5,2	15,8
Algarve	29,1	24,5	11,4	4,6	17,7
Continente	37,5	29,0	14,4	8,5	23,1
Portugal	36,9	28,6	14,2	8,3	22,7

Na escala intermunicipal, em 2001, os valores extremos encontravam-se nas Terras de Trás-os-Montes (14,4%) e no Tâmega e Sousa (4,1%); dez anos depois, mantinham-se nos mesmos espaços, mas com 31,2% e 13,5%, respetivamente; em 2021, os valores

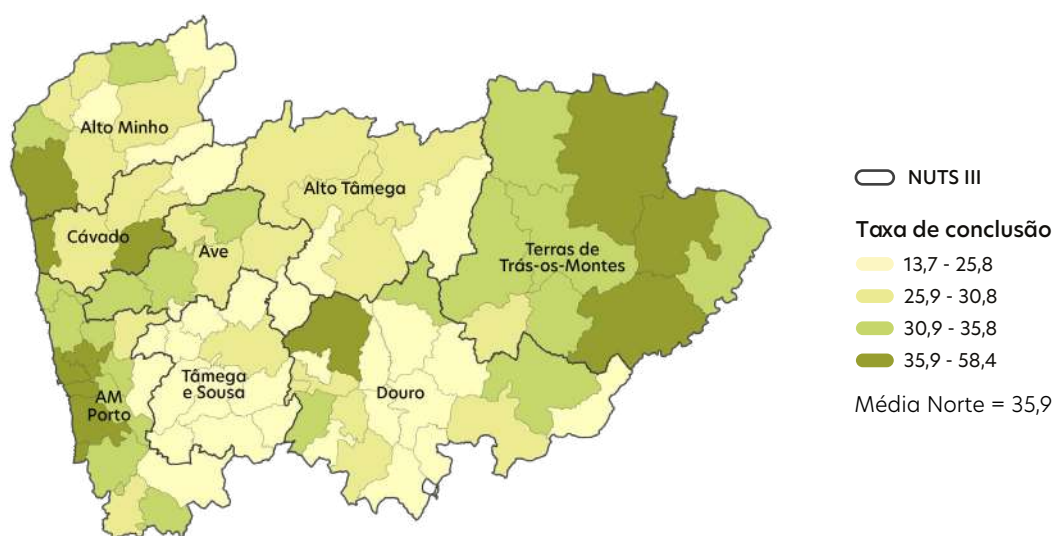
extremos situam-se na AM do Porto (40%) e no Tâmega e Sousa (22,5%). Entre as NUTS III do Norte, o Cávado obtém o maior aumento, atingindo em 2021 um valor muito próximo do da AM do Porto.

Figura 26. População residente de 30-34 anos que concluiu o ensino superior, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2001, 2011 e 2021 (%)



Também neste grupo etário, os valores concelhios mais elevados estão dispersos, localizando-se na faixa mais litoral, nas Terras de Trás-os-Montes e nos concelhos onde se situavam as “capitais de distrito”, enquanto os mais baixos se concentram nas NUTS III Tâmega e Sousa, Alto Tâmega e Douro. Em 2011, os valores extremos eram 48,1% e 9,1%; em 2021, são 58,4% e 13,7% (cf. Figura 27).

Figura 27. População residente de 30-34 anos que concluiu o ensino superior, por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)



A relação entre os oito resultados concelhios mais elevados e os oito mais baixos registava em 2011 um valor elevado – 3,33 – que expressava bem a dimensão das assimetrias neste nível de habilitação; em 2021, essa relação apresenta o valor de 2,49, ainda muito elevado.

7.3

Conclusão do ensino superior na população de 25-34 anos

A agregação dos grupos de 25-29 e de 30-34 anos vai ao encontro da alteração do indicador emblemático europeu que, para 2030, mudou de 30-34 para 25-34 anos, permitindo uma aferição mais próxima da idade média de conclusão de um grau do ensino superior.

Como seria de esperar, os valores médios obtidos mantêm as tendências comuns aos dois grupos – aumento mais expressivo no Norte, com aproximação deste à média nacional, valor destacado de Lisboa, evolução mais lenta no Alentejo e no Algarve – como se pode reconhecer na Tabela 21 e na Figura 28.

Tabela 21.

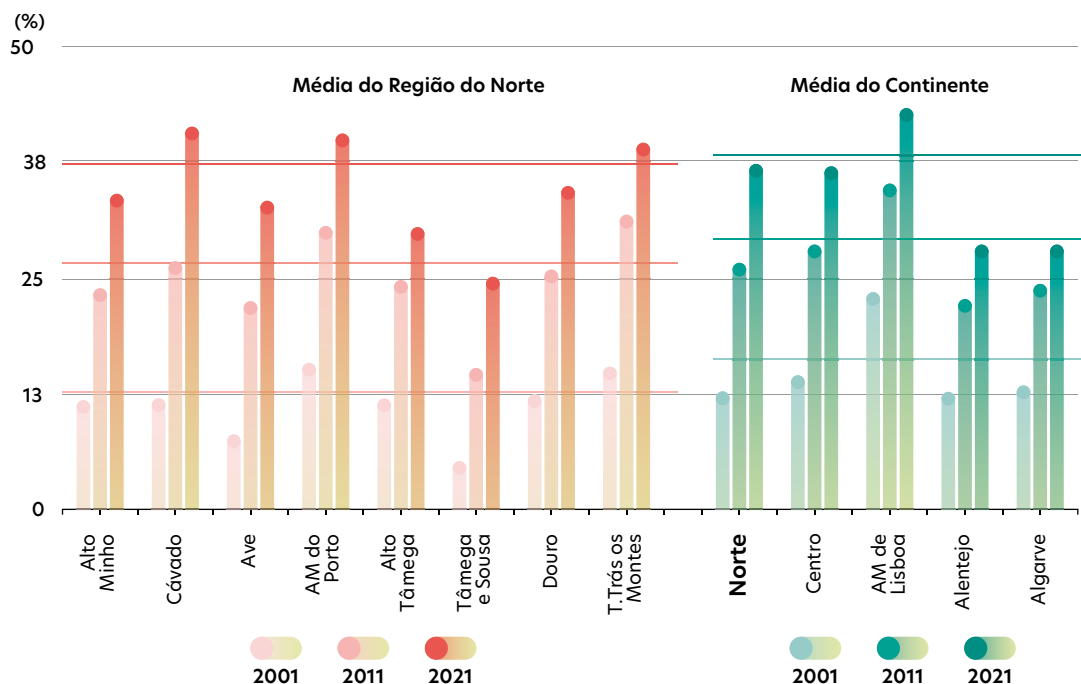
População residente de 25-34 anos que concluiu o ensino superior, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001

NUTS	2021 (%)	2011 (%)	2001 (%)	Variação (p.p.) 2011-2021	Variação (p.p.) 2001-2021
Alto Minho	34,2	23,9	11,9	10,2	22,3
Cávado	41,5	26,9	12,0	14,6	29,5
Ave	33,4	22,5	8,1	10,9	25,3
AM do Porto	40,7	30,6	15,9	10,1	24,9
Alto Tâmega	30,6	24,9	12,0	5,7	18,5
Tâmega e Sousa	25,2	15,3	5,3	9,9	20,0
Douro	35,0	26,0	12,5	9,0	22,5
Terras de Trás-os-Montes	39,7	31,9	15,5	7,8	24,3
Norte	37,3	26,7	12,7	10,6	24,6
Centro	37,1	28,6	14,5	8,5	22,6
AM de Lisboa	43,4	35,2	23,6	8,2	19,8
Alentejo	28,9	22,9	12,7	6,0	16,1
Algarve	28,8	24,4	13,5	4,4	15,3
Continente	38,3	29,3	16,2	9,0	22,1
Portugal	37,8	28,9	16,0	8,9	21,8

Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021.

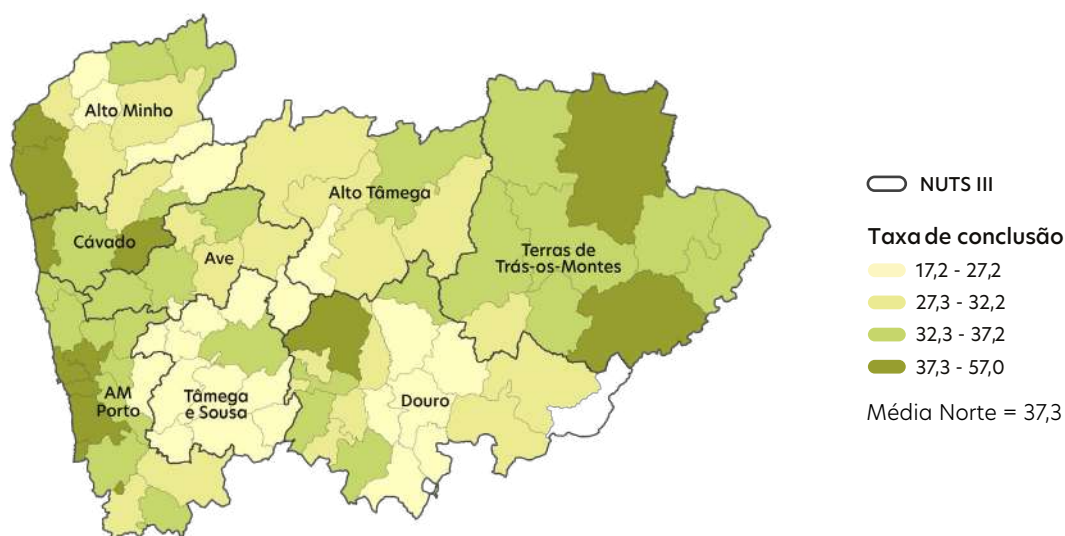
À escala das NUTS III, o Cávado apresenta o valor mais elevado da Região do Norte, mantendo-se o Tâmega e Sousa com o valor claramente mais baixo, apesar de este ser em 2021 quase o quádruplo do que era em 2001, tão baixo era o valor de partida.

Figura 28. População residente de 25-34 anos que concluiu o ensino superior, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2001, 2011 e 2021 (%)



O mapa da Figura 29, que sintetiza os dois mapas anteriores, mostra que os valores mais elevados estão nos concelhos com sedes de universidades e de politécnicos e nalguns concelhos limítrofes, enquanto os mais baixos se concentram nas NUTS III Tâmega e Sousa, Alto Tâmega e Douro. Os valores extremos são 57,0% e 17,2%.

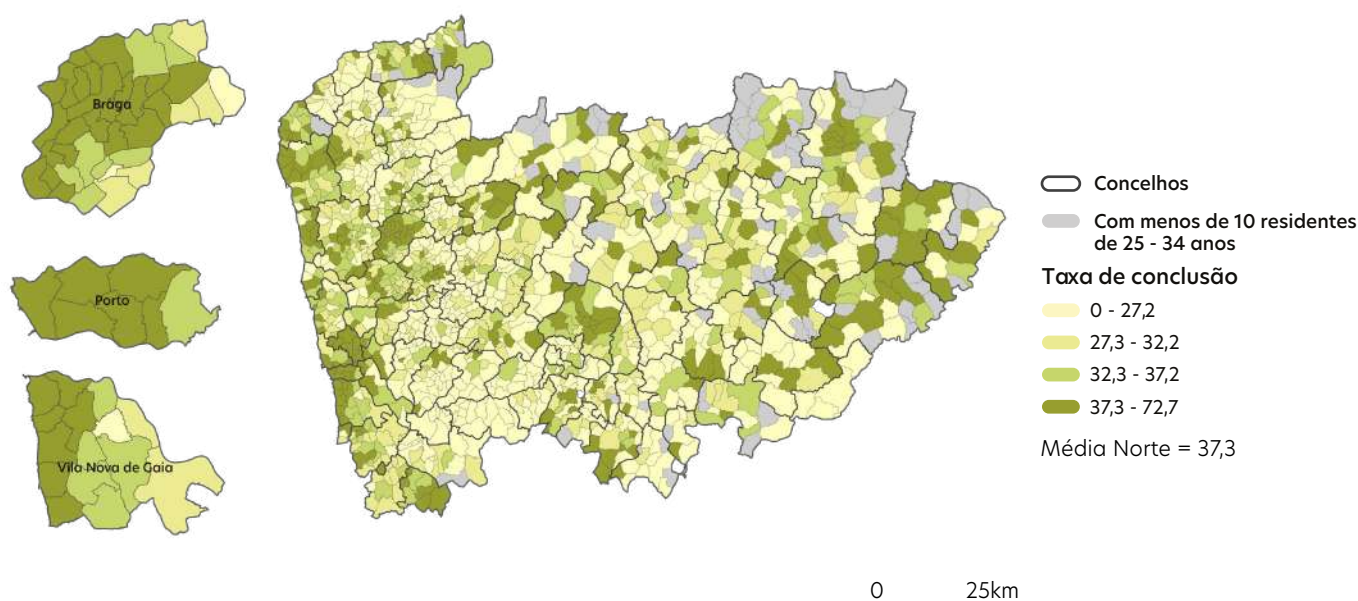
Figura 29. População residente de 25-34 anos que concluiu o ensino superior, por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)



Por freguesia

Atendendo à relevância deste indicador, dada a sua proximidade com o indicador da Estratégia Europa 2030, e como exemplo ilustrativo das disparidades intraconcelhias, apresentamos os resultados pelas freguesias da Região do Norte. Não consideramos para este efeito os resultados de 95 freguesias com menos de 10 residentes deste grupo etário (cf. Figura 30).

Figura 30. Conclusão do ensino superior na população de 25-34 anos, por freguesias da Região do Norte, 2021 (%)




Para melhor observação das diferenças intraconcelhias, destacamos os resultados nos três concelhos com mais população na Região do Norte: em Vila Nova de Gaia, os valores extremos são 50,2% e 24,9%, no Porto, são 64,2% e 32,5 %, e em Braga são 71,2% e 25,6%.



Meta europeia para 2030

Uma das metas europeias de monitorização do progresso nas prioridades estratégicas no período 2021-2030 é a seguinte: *a percentagem de adultos do grupo etário dos 25-34 anos com diploma de ensino superior deverá ser de, pelo menos, 45% até 2030.*⁴⁰ Em 2021, foram registados os valores de 47,5% para Portugal e de 41,2% para a UE 27 (Eurostat e INE, com base nos inquéritos trimestrais ao emprego).

⁴⁰ Resolução do Conselho sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação rumo ao Espaço Europeu da Educação e mais além (2021-2030) (JO C 66 de 26.2.2021).



PARTE IV

NÍVEIS DE ENSINO COMPLETOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 25 E MAIS ANOS

8. Conclusão do ensino básico na população com 25 e mais anos
9. Conclusão do ensino secundário na população com 25 e mais anos
10. Conclusão do ensino superior na população com 25 e mais anos

Após a escolarização dos jovens em idade escolar (parte II) e a habilitação escolar dos adultos jovens (parte III), apresentamos os resultados relativos a toda a população com 25 e mais anos que reside nos territórios considerados. Não nos restringimos à população considerada em idade ativa porque importa considerar o peso crescente dos grupos etários mais idosos.

Esta análise da estrutura de habilitações escolares da população adulta permitirá medir os efeitos do sistema educativo, **ao longo de muitas décadas**, tanto na escolarização das crianças e dos jovens como nos dispositivos de educação e de formação de adultos. Porque expressam resultados de longa duração, as comparações internacionais nestes indicadores, nomeadamente no âmbito da UE e da OCDE, continuam a ser bastante penosas para Portugal e, ainda mais, para a Região do Norte.

Para definir o nível de ensino mais elevado usamos a agregação das opções previstas no questionário do recenseamento como explicitámos na apresentação da parte III. Recordamos que, nos ensinos básico (9.º ano de escolaridade) e secundário, consideramos todos os residentes que atingiram pelo menos esse nível.

No caso do ensino superior, autonomizamos a análise da distribuição pelo território dos residentes com o grau de doutor.

Esta parte inicia-se com uma breve referência à evolução dos valores de analfabetismo.

Analfabetismo na população com 10 e mais anos

Nas últimas décadas, a sociedade portuguesa orientou os seus meios para a escolarização dos mais jovens, as diversas modalidades de ensino recorrente e a formação dos ativos e, regra geral, não investiu com a mesma intensidade numa educação de adultos menos escolar e profissionalizante e mais inserida em processos de promoção socioeducativa e de inclusão social.

O analfabetismo foi crescentemente entendido como um problema com pouco impacto económico e social, porque bastante circunscrito à população mais idosa, ou como uma manifestação residual de

um atraso acumulado que se vai esbatendo com a alfabetização quase universal das camadas mais jovens e o desaparecimento natural das mais idosas.

E assim tem acontecido, pois verifica-se uma progressiva redução do analfabetismo. Na Região do Norte, a evolução nos últimos quarenta anos foi a seguinte: 19,5% em 1981, 12,9% em 1991, 8,3% em 2001, 5,0% em 2011 e 3,0% em 2021. O valor que a Região do Norte apresenta em 2021 é o da média do Continente, enquanto a AM de Lisboa (2,0%) e o Alentejo (5,4%) conservam os valores extremos (cf. Tabela 22).⁴¹

Tabela 22.

Taxa de analfabetismo na população residente com 10 e mais anos por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001 (%)

NUTS	2021			2011	2011
	M	H	Total (HM)	Total (HM)	Total (HM)
Alto Minho	5,4	2,3	4,0	6,9	11,6
Cávado	3,6	1,6	2,7	4,5	7,6
Ave	4,0	2,1	3,1	5,1	8,5
AM do Porto	2,8	1,4	2,1	3,4	5,8
Alto Tâmega	8,5	4,8	6,7	10,7	16,4
Tâmega e Sousa	4,8	2,8	3,8	6,3	10,3
Douro	6,7	4,0	5,4	8,7	13,7
Terras de Trás-os-Montes	7,6	4,5	6,1	10,2	15,7
Norte	3,9	2,0	3,0	5,0	8,3
Centro	4,8	2,3	3,7	6,4	10,9
AM de Lisboa	2,7	1,3	2,0	3,2	5,7
Alentejo	6,8	3,9	5,4	9,6	15,9
Algarve	3,6	2,7	3,1	5,4	10,4
Continente	4,0	2,0	3,0	5,2	8,9

Fonte: INE - Censos 2001, 2011 e 2021.

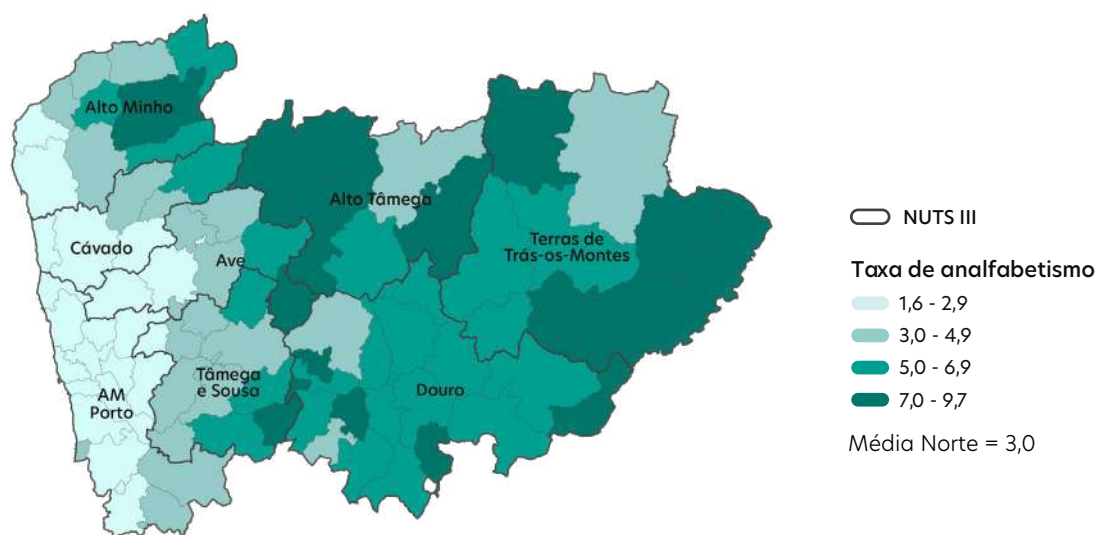
⁴¹ O INE considera analfabeto "o indivíduo com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever, i.e., incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa".

O nível de analfabetismo das Mulheres continua a ser aproximadamente o dobro do dos Homens: na Região do Norte, em 2011, 6,6% das Mulheres e 3,2% dos Homens eram analfabetos, ao passo que em 2021 os valores são 3,9% e 2,0%, respetivamente.

As NUTS III da Região do Norte que em 2011 detinham os valores mais elevados - Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes e Douro - são as que apresentam uma evolução mais positiva, pelo que há uma redução da distância destes três territórios em relação à AM do Porto, a NUTS III com o valor mais baixo.

De facto, os resultados confirmam que o analfabetismo tem uma geografia definida: à escala concelhia, nota-se a relação entre as áreas com valores mais elevados neste indicador e as áreas de baixa densidade onde é maior o peso da população com 65 e mais anos (cf. Figura 31 e Tabela A.1).

Figura 31. Taxa de analfabetismo na população residente com 10 e mais anos, por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)



À escala concelhia, os valores variam agora entre 9,7% e 1,6%, quando variavam entre 16,1% e 2,5%, em 2011, e 24% e 4,8% em 2001.

8. Conclusão do ensino básico na população com 25 e mais anos

Na conclusão do 9.º ano de escolaridade ou equiparado, verifica-se na última década um aumento na ordem dos 13 p.p., tanto no Continente como na Região do Norte, alteração semelhante à que encontramos na década anterior. O valor registado nesta Região mantém-se abaixo da média do Continente e muito distante do valor da AM de Lisboa. De facto, a distância entre os valores extremos, as NUTS II Norte e AM de Lisboa, é agora de 17 p.p., pouco inferior à que existia entre as mesmas regiões em 2011 (18,2 p.p.).

Tabela 23.

População residente com 25 e mais anos que concluiu pelo menos o ensino básico (9.º ano), por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001

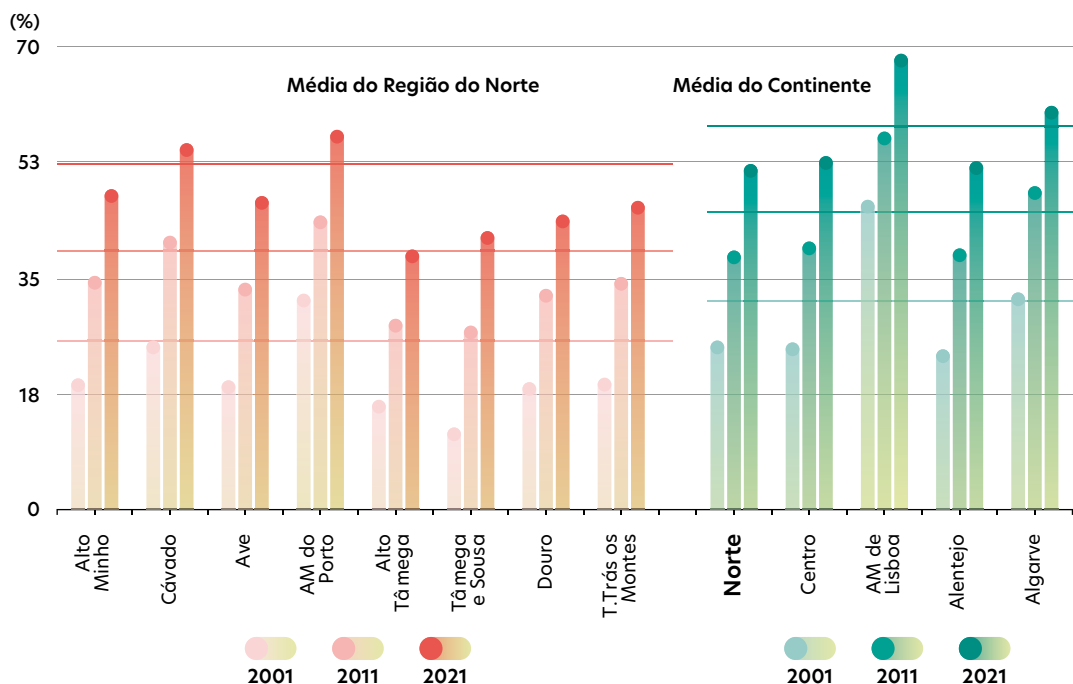
NUTS	(%)			Variação (p.p.)	
	2021	2011	2001	2011-2021	2001-2021
Alto Minho	48,8	35,5	20,0	13,3	28,8
Cávado	55,9	41,7	25,9	14,2	30,0
Ave	48,1	34,6	19,8	13,5	28,3
AM do Porto	57,9	44,8	32,9	13,1	25,0
Alto Tâmega	39,4	29,0	16,8	10,4	22,6
Tâmega e Sousa	42,6	28,2	12,6	14,4	30,0
Douro	45,1	33,6	19,4	11,5	25,7
Terras de Trás-os-Montes	46,9	35,4	20,1	11,5	26,8
Norte	52,7	39,4	25,8	13,3	26,9
Centro	53,9	40,8	25,5	13,1	28,4
AM de Lisboa	69,7	57,6	47,1	12,1	22,6
Alentejo	53,2	39,7	24,4	13,5	28,8
Algarve	61,5	49,2	33,1	12,3	28,4
Continente	58,3	45,3	31,8	13,0	26,5

Fonte: INE - Censos 2001, 2011 e 2021.

Não há alterações significativas na posição relativa das NUTS III do Norte: o Cávado e o Tâmega e Sousa registam os maiores aumentos na comparação intercensitária e o Alto Tâmega o menor. A AM do Porto e o Cávado destacam-se com os valores mais elevados, embora ainda um pouco aquém da média do Continente (cf. Tabela 23 e Figura 32).

Figura 32.

População residente com 25 e mais anos que concluiu pelo menos o ensino básico (9.º ano), por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2001, 2011 e 2021 (%)

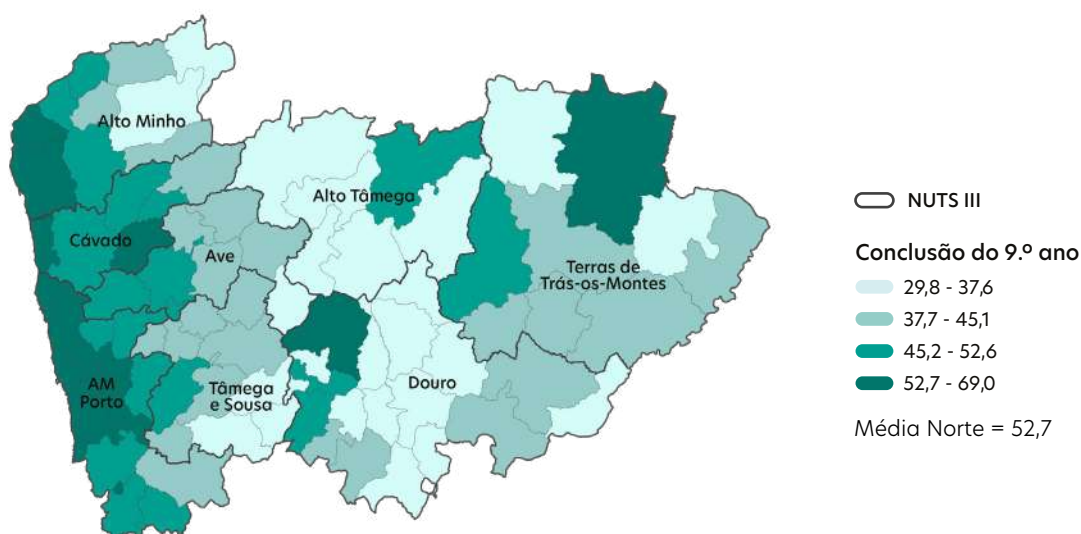


Por concelho, os valores extremos eram, em 2011, 19,1% e 56% e são, em 2021, 29,8% e 69%. Refira-se que todos os concelhos da Região do Norte apresentam valores inferiores ao valor global da AM de Lisboa e apenas seis concelhos obtêm um resultado superior à média do Continente, a saber: Porto, Braga, Maia, Matosinhos, Vila Real e Vila Nova de Gaia.

A Figura 33 mostra a concentração dos resultados mais elevados na faixa mais litoral ou nos maiores aglomerados urbanos de toda a Região, enquanto os resultados mais baixos estão dispersos pelo território, ainda que com mais incidência nas NUTS III Alto Tâmega e Douro.

Figura 33.

População residente com 25 e mais anos que concluiu pelo menos o ensino básico, por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)



9. Conclusão do ensino secundário na população com 25 e mais anos

Na conclusão do ensino secundário, entre 2001 e 2011, ocorreu um aumento médio próximo dos 9 p.p., um pouco acima no Continente e um pouco abaixo na Região do Norte. Nos dez anos seguintes, regista-se um incremento maior, próximo dos 13 p.p., com uma ligeira ampliação da distância entre o valor do Norte e o do Continente, por força da evolução na AM de Lisboa (cf. Tabela 24 e Figura 34).

Tabela 24.

População residente com 25 e mais anos que concluiu pelo menos o ensino secundário, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001

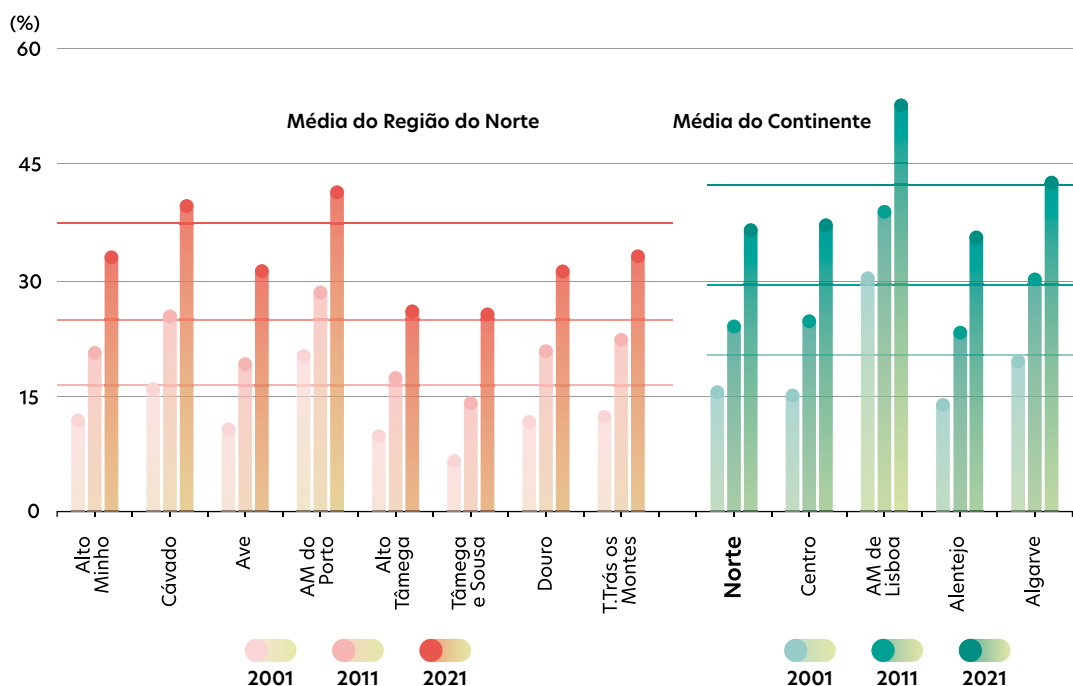
NUTS	(%)			Variação (p.p.)	
	2021	2011	2001	2011-2021	2001-2011
Alto Minho	34,0	21,6	12,9	12,4	21,1
Cávado	40,5	26,4	16,9	14,1	23,6
Ave	32,2	20,1	11,6	12,1	20,6
AM do Porto	42,5	29,5	21,2	13,0	21,3
Alto Tâmega	27,1	18,4	10,8	8,7	16,3
Tâmega e Sousa	26,6	15,1	7,5	11,5	19,1
Douro	32,1	21,8	12,6	10,3	19,5
Terras de Trás-os-Montes	34,2	23,3	13,3	10,9	20,9
Norte	37,6	25,0	16,5	12,6	21,1
Centro	38,2	25,8	16,0	12,4	22,2
AM de Lisboa	53,9	40,1	31,3	13,8	22,6
Alentejo	36,7	24,3	14,8	12,4	21,9
Algarve	43,6	31,1	20,5	12,5	23,1
Continente	42,6	29,6	20,4	13,0	22,2

Fonte: INE - Censos 2001, 2011 e 2021.

Também a distância entre a AM do Porto e o Tâmega e Sousa aumentou ligeiramente e mantém-se muito elevada, entre 42,5% e 26,6%. Nos últimos vinte anos, o Cávado apresenta o maior aumento (+23,6 p.p.) e o Alto Tâmega o menor (+16,3 p.p.).

Figura 34.

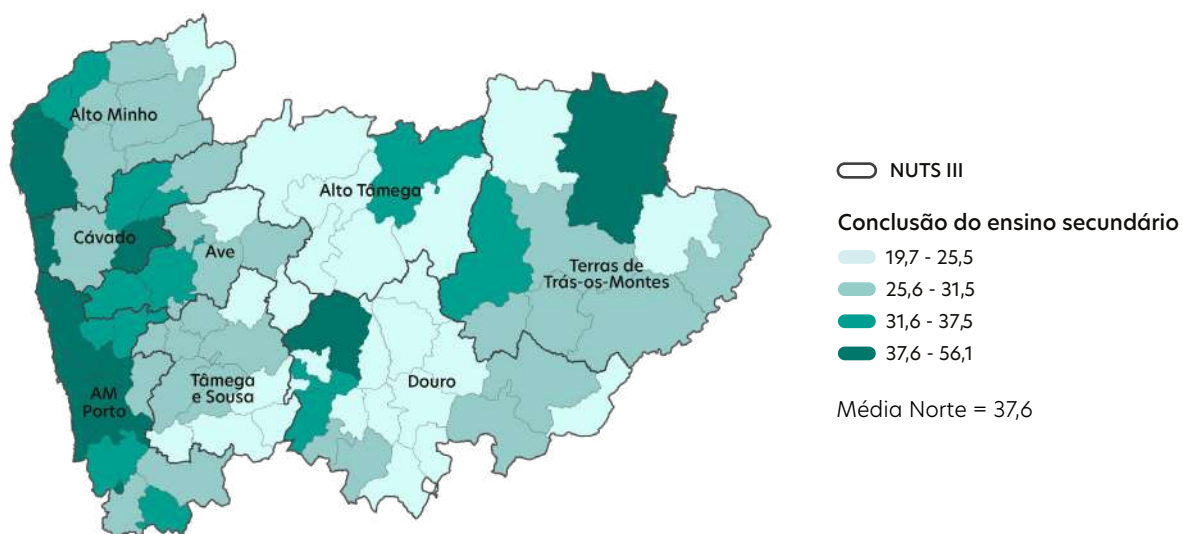
População residente com 25 e mais anos que concluiu pelo menos o ensino secundário, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2001, 2011 e 2021 (%)



Por concelho, os valores situam-se entre 19,7% e 56,1%. A Figura 35 ilustra a concentração dos resultados mais elevados nos concelhos mais litorais ou nos concelhos com maiores centros urbanos, enquanto há uma maior presença dos resultados mais baixos na área central da Região.

Figura 35.

População residente com 25 e mais anos que concluiu pelo menos o ensino secundário, por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)



Comparações nos grupos entre 25 e 64 anos (União Europeia, Portugal e Região do Norte)

Para uma melhor perceção da evolução comparada dos resultados nos grupos etários predominantemente em idade ativa (quatro grupos decenais entre 25 e 64 anos), recorreremos à comparação entre Portugal e a União Europeia a 27, segundo informação do Eurostat e do INE, de acordo com estimativas baseadas na aplicação trimestral do Inquérito ao Emprego.

Para a comparação entre a Região do Norte e Portugal, utilizamos os resultados dos Censos. Trata-se, assim, de duas fontes de informação com universos, metodologias, datas e objetivos diferentes (cf. Tabela 25).

Tabela 25.

População com 25-64 anos que completou pelo menos o ensino secundário, na UE, em Portugal e na Região do Norte, 2021 e 2011 (%)

Grupos etários	UE 27 – Eurostat			Portugal – Eurostat/INE			Portugal – Censos			NUTS II Norte – Censos		
	2021	2011	Variação 2021-2011 (p.p.)	2021	2011	Variação 2021-2011 (p.p.)	2021	2011	Variação 2021-2011 (p.p.)	2021	2011	Variação 2021-2011 (p.p.)
25-34 anos	85,2	80,9	4,3	83,3	56,0	27,3	76,3	57,4	18,9	75,8	52,5	23,3
35-44 anos	82,6	76,7	5,9	69,1	38,7	30,4	65,7	42,0	23,7	60,6	33,7	26,9
45-54 anos	78,0	71,4	6,6	54,8	24,4	30,4	49,2	27,8	21,4	40,4	21,4	19,0
55-64 anos	72,5	62,2	10,3	36,7	18,3	18,4	32,8	17,8	15,0	25,5	14,0	11,5
25-64 anos	79,3	73,0	6,3	59,5	34,6	24,9	54,5	36,7	17,8	48,3	30,7	17,6

Fontes: Eurostat, Population by educational attainment level, sex and age (UE 27 e Portugal) e INE, Censos 2011 e 2021 (Portugal e NUTS II Norte)

De acordo com os dados do Eurostat: na década 2011-2021, prossegue a aproximação de Portugal à média europeia, com uma evolução de 24,9 p.p. no grande grupo de 25-64 anos, enquanto na UE 27 a variação é de 6,3 p.p. Os resultados variam muito de acordo com os grupos etários: em 2021, Portugal está próximo da média europeia no grupo de 25-34 anos, mas a distância vai aumentando nos grupos seguintes, sendo o valor europeu quase o dobro do português no grupo de 55-64 anos.

Na análise dos resultados dos Censos, observamos que a Região do Norte se aproximou da média nacional nos dois grupos mais jovens (25-34 e 35-44 anos) e se afastou nos dois grupos mais velhos, pelo que, em geral, mantém uma distância de cerca de 6 p.p. em relação à média nacional.

Duas notas gerais. A primeira: com os muito baixos níveis de escolaridade na população com mais idade

de e a recuperação nas camadas mais jovens, Portugal é um dos países com maior diferença de escolaridade entre as gerações. Na Região do Norte, as diferenças ainda são mais acentuadas, dada a recuperação mais rápida verificada nas camadas mais jovens.

A segunda: como veremos adiante, em especial na Tabela 27 sobre a População residente de 25-64 anos que completou o ensino superior, na UE, em Portugal e na Região do Norte, Portugal situa-se mais próximo da média europeia na conclusão do ensino superior do que está na do ensino secundário. Assim, no grande grupo de 25-64 anos, em 2021, a distância é de quase 20 p.p. no ensino secundário (Eurostat), mas é apenas de 2,3 p.p. no ensino superior, mostrando que a fragilidade na estrutura de habilitações da nossa população adulta ainda se situa predominantemente nos ensinos básico e secundário.

10. Conclusão do ensino superior na população com 25 e mais anos

Neste nível de ensino, ganha pertinência a observação que repetimos ao longo deste relatório: os níveis de escolaridade da população residente em idade adulta dependem dos efeitos da educação e da formação no território em causa, mas também das deslocações da população e da desigual capacidade de retenção e de atração dos territórios.

Entre 2001 e 2011, tínhamos encontrado um aumento médio na ordem dos 6 p.p., um pouco acima no Continente e um pouco abaixo na Região do Norte, com a AM de Lisboa a distinguir-se como a única NUTS II com o valor superior à média do Continente. Entre 2011 e 2021, as tendências são semelhantes: aumento médio de 6 p.p., um pouco abaixo na Região do Norte, com a AM de Lisboa a destacar-se ainda mais, pois é a NUTS II que obtém o maior aumento (cf. Tabela 26 e Figura 36).

Tabela 26.

População residente com 25 e mais anos que concluiu o ensino superior, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001

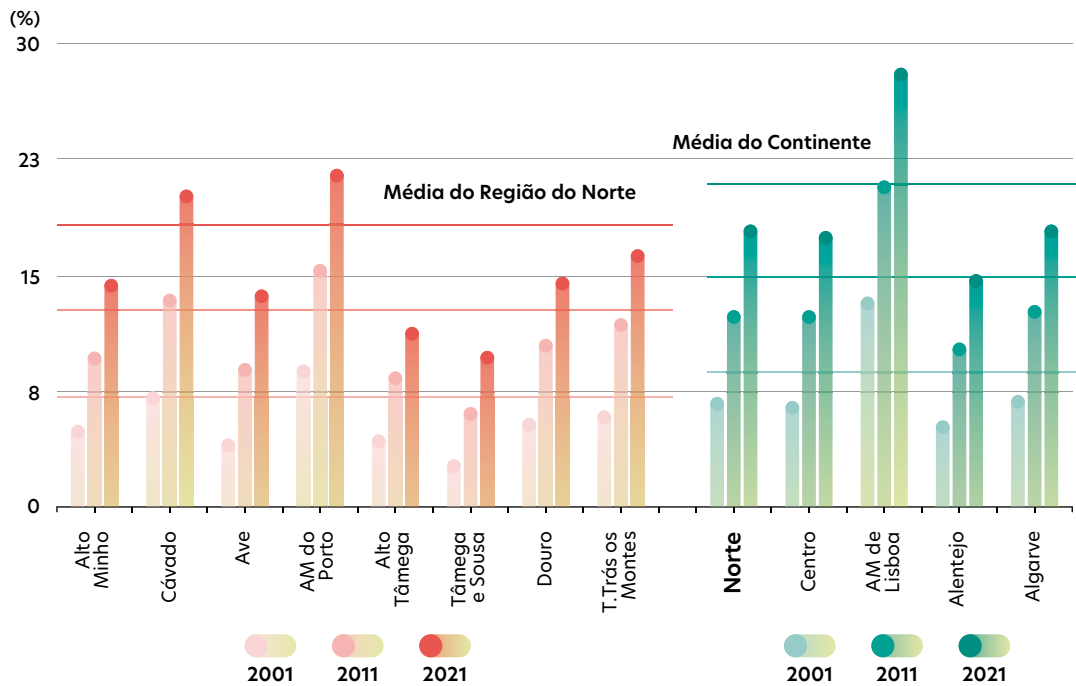
NUTS	(%)			Variação (p.p.)	
	2021	2011	2001	2011-2021	2001-2021
Alto Minho	14,9	10,2	5,4	4,7	9,5
Cávado	20,7	13,9	7,5	6,8	13,2
Ave	14,2	9,4	4,5	4,8	9,7
AM do Porto	22,1	15,8	9,3	6,3	12,8
Alto Tâmega	11,8	8,8	4,7	3,0	7,1
Tâmega e Sousa	10,2	6,5	3,1	3,7	7,1
Douro	15,0	11,0	5,9	4,0	9,1
Terras de Trás-os-Montes	16,8	12,3	6,3	4,5	10,5
Norte	18,4	12,9	7,2	5,5	11,2
Centro	18,0	12,8	6,9	5,2	11,1
AM de Lisboa	28,6	21,3	13,7	7,3	14,9
Alentejo	15,2	10,7	5,7	4,5	9,5
Algarve	18,3	13,1	7,3	5,2	11,0
Continente	21,0	15,0	8,8	6,0	12,2

Fonte: INE - Censos 2001, 2011 e 2021.

Por NUTS III, o Cávado e a AM do Porto registam os maiores aumentos e o Alto Tâmega e o Tâmega e Sousa os menores, pelo que crescem as diferenças. Apenas a AM do Porto e o Cávado apresentam valores superiores à média regional e próximos da média do Continente.

Figura 36.

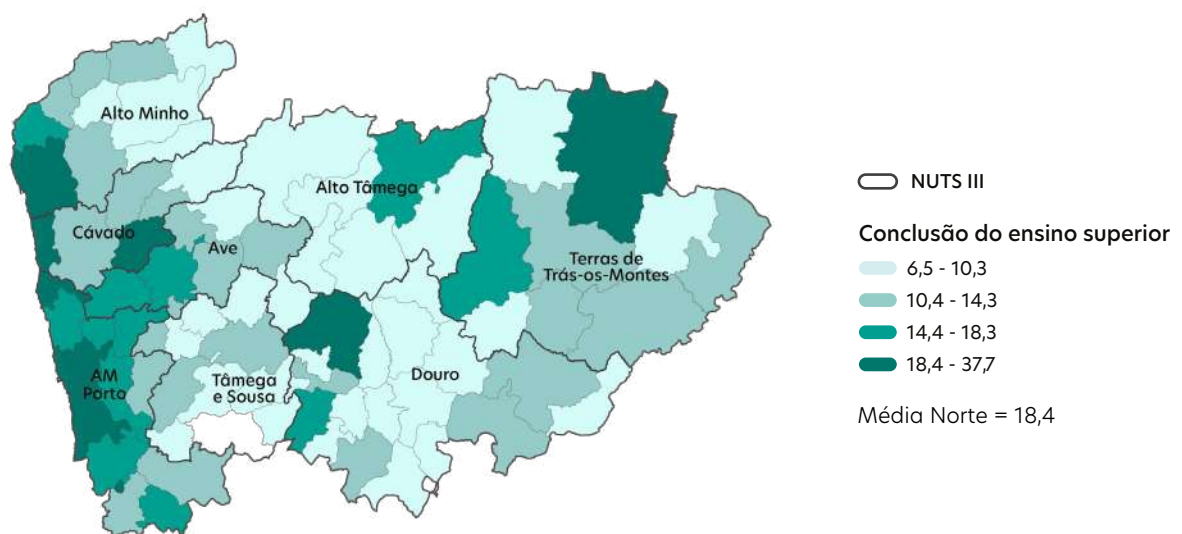
População residente com 25 e mais anos que concluiu o ensino superior por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2001, 2011 e 2021 (%)



A Figura 37 mostra a concentração dos resultados mais elevados em concelhos da AM do Porto e nos concelhos "capitais de distrito"; os resultados mais baixos estão dispersos pelo território, ainda que com mais incidência no Tâmega e Sousa, no Alto Tâmega e no Douro.

Figura 37.

População residente com 25 e mais anos que concluiu o ensino superior, por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)



Por concelho, os valores extremos são 6,5% e 37,7%, quando eram 4,3% e 27,5% em 2011.

Comparações nos grupos entre 25 e 64 anos (União Europeia, Portugal e Região do Norte)

Para uma melhor perceção da evolução comparada dos resultados nos grupos etários predominantemente em idade ativa (quatro grupos decenais entre 25 e 64 anos), recorreremos à comparação entre Portugal e a União Europeia a 27, segundo informação do Eurostat e do INE, de acordo com estimativas baseadas na aplicação trimestral do Inquérito ao Emprego.

Para a comparação entre a Região do Norte e Portugal, utilizamos os resultados dos Censos. Trata-se, assim, de duas fontes de informação com universos, metodologias, datas e objetivos diferentes (cf. Tabela 27).

Tabela 27.

População com 25-64 anos que completou o ensino superior, na UE, em Portugal e na Região do Norte, 2021 e 2011 (%)

Grupos etários	UE 27 – Eurostat			Portugal – Eurostat/INE			Portugal – Censos			NUTS II Norte – Censos		
	2021	2011	Variação 2021-2011 (p.p.)	2021	2011	Variação 2021-2011 (p.p.)	2021	2011	Variação 2021-2011 (p.p.)	2021	2011	Variação 2021-2011 (p.p.)
25-34 anos	41,2	33,0	8,2	47,5	27,5	20,0	37,8	28,9	8,9	37,3	26,7	10,6
35-44 anos	39,3	27,9	11,4	35,6	18,5	17,1	33,2	20,9	12,3	30,6	17,0	13,6
45-54 anos	30,6	21,9	8,7	27,8	11,6	16,2	23,3	13,1	10,2	19,1	10,0	9,1
55-64 anos	23,8	18,5	5,3	17,6	10,9	6,7	14,3	10,1	4,2	10,9	8,3	2,6
25-64 anos	33,4	25,4	8,0	31,1	17,2	13,9	26,4	18,4	8,0	23,3	15,6	7,7

Fontes: Eurostat, Population by educational attainment level, sex and age (UE 27 e Portugal) e INE, Censos 2011 e 2021 (Portugal e NUTS II Norte)

De acordo com os dados do Eurostat: na década 2011-2021, com uma evolução de 13,9 p.p. no grande grupo de 25-64 anos, Portugal aproximou-se da média europeia, pois na União Europeia a variação correspondente foi de 8,0 p.p. Deste modo, Portugal atinge um valor global que está 2,3 p.p. aquém do valor médio da UE 27, com situações diferentes conforme os grupos etários: em 2021, Portugal ultrapassou a média europeia no subgrupo de 25-34 anos, mas está aquém nos restantes grupos etários.

Na comparação entre os valores regionais e os do país, segundo os resultados dos Censos, observamos que a Região do Norte se aproxima da média nacional nos grupos mais jovens (25-34 e 35-44 anos) e se afasta nos grupos mais velhos, pelo que, em geral, aumenta ligeiramente a distância em relação à média nacional (de 2,8 p.p. para 3,1 p.p.).

10.1

População residente de 25 e mais anos com o grau de doutor

Cientes do crescimento rápido ocorrido no número de diplomados com o grau académico de doutor, entendemos que se justificaria destacar a análise do peso e da distribuição territorial dos diplomados com esse grau académico. Neste sentido, substituímos o cálculo de diplomados com os graus de mestre e de doutor, realizado no estudo anterior, pelo de doutores, para uma melhor perceção da distribuição destes pelo território da Região. Neste caso, os cálculos são em per milagem (‰) e não em percentagem.

A AM de Lisboa destaca-se entre as NUTS II por apresentar os valores mais elevados de doutores entre a população residente com 25 ou mais anos de idade (9,9‰) e registar o maior aumento (+8,8 pontos de per milagem) na comparação entre décadas, com destaque para o período entre 2011 e 2021 (+7,2 pontos de per milagem). Apesar de ter o segundo resultado mais elevado, a Região do Norte apresenta um valor em 2021 (5,9‰) e uma variação (+5,4 pontos de per milagem) inferiores à média do Continente (cf. Tabela 28 e Figura 38).

Tabela 28.

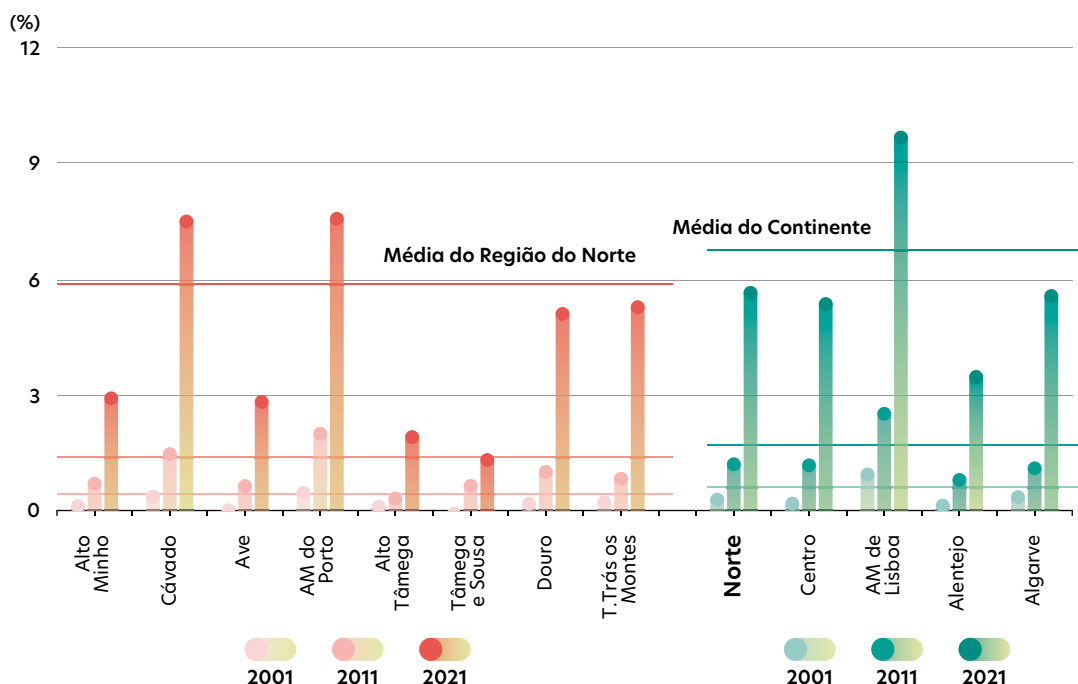
População residente com 25 e mais anos com o grau de doutor, por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2021, 2011 e 2001 (‰)

NUTS	(‰)			Variação (pontos de per milagem)	
	2021	2011	2001	2011-2021	2001-2021
Alto Minho	3,1	0,9	0,2	2,2	2,9
Cávado	7,7	1,6	0,5	6,1	7,2
Ave	3,0	0,8	0,2	2,2	2,8
AM do Porto	7,8	2,2	0,6	5,6	7,2
Alto Tâmega	2,1	0,5	0,2	1,6	1,9
Tâmega e Sousa	1,5	0,8	0,1	0,7	1,4
Douro	5,3	1,2	0,4	4,1	4,9
Terras de Trás-os-Montes	5,5	1,0	0,4	4,5	5,1
Norte	5,9	1,4	0,5	4,5	5,4
Centro	5,6	1,4	0,4	4,2	5,2
AM de Lisboa	9,9	2,7	1,1	7,2	8,8
Alentejo	3,7	1,0	0,3	2,7	3,4
Algarve	5,8	1,3	0,5	4,5	5,3
Continente	6,8	1,7	0,6	5,1	6,2

Fonte: INE - Censos 2001, 2011 e 2021.

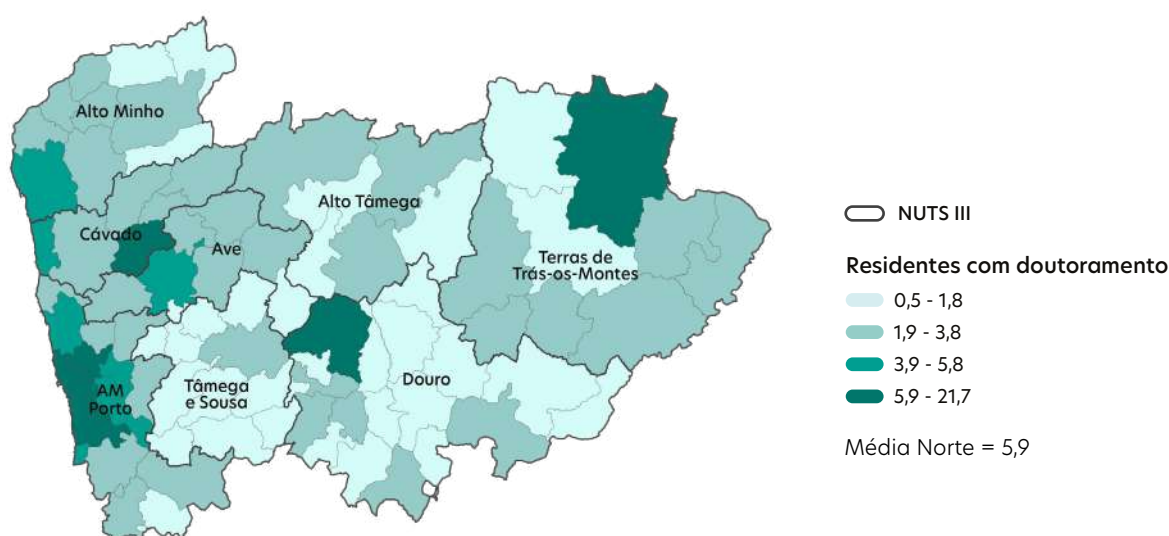
Na Região do Norte, sobressaem a AM do Porto (7,8‰) e o Cávado (7,7‰) com os valores mais elevados, e o Tâmega e Sousa (1,5‰) e o Alto Tâmega (2,1‰) com os mais baixos.

Figura 38. População residente com 25 e mais anos com o grau de doutor por NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, 2001, 2011 e 2021 (%)



A Figura 39 ilustra a esperada concentração dos resultados mais altos nos concelhos onde se localizam as instituições de ensino superior e de investigação científica e ainda da AM do Porto. Os resultados mais baixos estão dispersos pelo território, embora com mais incidência nas NUTS III Tâmega e Sousa e Douro.

Figura 39. População residente com 25 e mais anos com o grau de doutor, por concelhos da Região do Norte, 2021 (%)



Por concelho, os valores extremos são 21,7% e 0,5%.





PARTE V

CONCLUSÃO

- 11. Respostas para as perguntas iniciais
- 12. Prosseguir a melhoria em educação

Nesta última parte, reunimos as conclusões principais da análise dos indicadores utilizados neste relatório, sob a forma de respostas às perguntas enunciadas no primeiro capítulo.

Apresentamos ainda algumas perspetivas de ação para a continuidade do investimento na melhoria da educação.

11. Respostas para as perguntas iniciais

Na apresentação dos objetivos deste estudo, enunciámos uma série de perguntas que pretendíamos ver respondidas. É chegado o momento de reunir, de um modo sintético, as respostas que conseguimos obter para cada uma dessas perguntas.⁴²

Manteve-se o ritmo de crescimento dos níveis de pré-escolarização, especificamente nos 4 e 5 anos de idade?

Sim, os níveis de pré-escolarização continuaram a aumentar, embora, como seria expectável, ocorra uma desaceleração neste aumento.

Na comparação entre 2011 e 2021, os progressos são um pouco mais expressivos nos 5 anos (+6,0 p.p. no Continente e +6,9 p.p. no Norte), atingindo-se valores próximos de 90%, do que nos 4 anos de idade (+4,7 p.p. no Continente e +4,0 p.p. no Norte), registando-se 83,5% no Norte e 81,3% no Continente, em 2021.

Quanto às NUTS III da Região do Norte, também se verifica uma aproximação de resultados, com um progresso mais notório no Ave e no Tâmega e Sousa, que apresentavam os valores mais baixos em 2011. Os mais elevados estão agora no Alto Minho e no Cávado.

Confirmou-se a aproximação à frequência universal na população de 15-17 anos?

Sim. Em 2011, assinalámos a evolução deste indicador nas duas décadas anteriores: entre 1991 e 2011, os resultados passaram de 62,5% para 93,2% no Continente, de 48,8% para 92,3% na Região do Norte e de 30,2% para 89,7% no Tâmega e Sousa, a NUTS III do Norte que mantinha o valor mais baixo ao longo dos anos.

Na segunda década deste século, concretizou-se a aproximação à frequência universal neste grupo etário, tendo-se alcançado os seguintes valores para os mesmos territórios: 98,3% no Continente, 98,4% na Região do Norte e 98,3% no Tâmega e Sousa. Realça-se a evolução da Região do Norte e, em especial, do Tâmega e Sousa, que, no espaço de uma geração (1991-2021), aumentou o seu resultado em 68,1 p.p.

Em 2011, com valores superiores a 90% em quase todos os territórios, a opção pela obrigatoriedade de uma escolaridade de 12 anos ou da frequência de educação e formação até aos 18 anos de idade, tomada em 2009 e com implicações mais efetivas a partir do ano letivo de 2012-2013, parecia não ter padecido de um excesso de voluntarismo, atendendo ao caminho até então percorrido.

Em 2021, podemos concluir que, no que respeita à idade de frequência da educação e da formação, a escolaridade universal e obrigatória é quase universalmente cumprida, confirmando que foi cada vez mais rápido o ritmo de cumprimento das sucessivas escolaridades obrigatórias. Quanto à outra dimensão da obrigatoriedade, ou seja, a conclusão do ensino ou da formação de nível secundário, apesar da evolução positiva, ainda estamos longe do cumprimento universal, como pudemos concluir na análise de indicadores como os relativos à *população residente de 18-24 anos que tem no máximo o 3º ciclo do ensino básico completo e não frequenta o sistema de ensino* ou à *conclusão do ensino secundário na população entre 20 e 24 anos*, já abrangida pela nova escolaridade obrigatória.

Aumentou expressivamente a frequência na população de 18-23 anos?

Sim, apesar de ter ocorrido uma desaceleração do incremento entre os dois últimos Censos (+4,9 p.p. no Continente e +5,7 p.p. no Norte), em comparação com o período intercensitário anterior (+8,6 p.p. no Continente e +11,3 p.p. no Norte). Assim, continua a aproximação do Norte à média do Continente, também com um ritmo mais lento.

Na escala das NUTS III, apesar da tendência de recuperação, o Tâmega e Sousa ainda se destaca pelo valor mais baixo que obtém; no extremo oposto, encontramos as Terras de Trás-os-Montes, que registam o maior crescimento nos últimos dez anos.

⁴² Para não sobrecarregar o texto, não inserimos aqui as fontes da informação, que poderão ser encontradas no decurso do relatório, aquando da apresentação de cada tema.

Continuou a reduzir-se a diferença de resultados entre Homens e Mulheres na escolarização da população de 18-23 anos?

Não. Nos relatórios anteriores, o aumento da escolarização total era acompanhado pela redução geral da diferença entre Homens e Mulheres; ora, entre 2011 e 2021, ocorre um aumento generalizado dessa diferença no grupo etário considerado.

Assim, em 2001, no Norte, na população de 18-23 anos, frequentavam a escola 43,0% das Mulheres e 34,2% dos Homens (diferença de 8,8 p.p.); em 2011, são, respetivamente, 53,6% e 46,2% (a diferença diminui para 7,4 p.p.); em 2021, temos 60,1% de Mulheres e 51,3% de Homens, ou seja, a diferença aumenta, voltando a ser de 8,8 p.p. Este valor regional é superior à correspondente média do Continente (7,6 p.p.).

No que diz respeito às NUTS III da Região do Norte, apenas as Terras de Trás-os-Montes e o Alto Tâmega, que em 2011 apresentavam as diferenças mais elevadas, registam uma ligeira descida; nas outras seis NUTS III a escolarização das Mulheres cresceu mais do que a dos Homens, alargando a diferença.

Prosseguiu a diminuição de disparidades inter-regionais na escolarização da população em idade pré-escolar e escolar?

Sim. As disparidades inter-regionais (NUTS II) reduziram-se nos indicadores trabalhados. A Região do Norte deixa de ser a NUTS II com os resultados mais baixos, aproxima-se dos valores médios do Continente e, no caso da educação pré-escolar e da escolarização nos 15-17 anos, ultrapassa-os, o que contrasta vivamente com o que se verificava há 20 anos. O Algarve, na pré-escolarização e na escolarização nos 18-23 anos, e a AM de Lisboa, na pré-escolarização, destacam-se agora pelos valores mais baixos.

Prosseguiu a diminuição de disparidades intrarregionais na escolarização da população em idade pré-escolar e escolar?

Em parte. Na década 2011-2021, as disparidades entre as NUTS III da Região do Norte reduziram-se na pré-escolarização e na escolarização da população de 15-17 anos, mas o mesmo não ocorre na escolarização nos 18-23 anos. Voltaremos a esta matéria na resposta à última pergunta.

Como se repercute o aumento da escolarização nos níveis de conclusão dos diferentes ciclos de estudos entre a população adulta mais jovem?

O impacto do aumento da escolarização é bem patente na melhoria generalizada ocorrida na última década nos índices de conclusão dos ensinos básico, secundário e superior na população adulta jovem.

Em 2021, na conclusão do ensino básico (9.º ano de escolaridade) da população entre 20 e 29 anos, os valores médios são superiores a 95%, quando eram cerca de 85% dez anos antes. O Norte e o Centro estão acima da média e a AM de Lisboa ligeiramente aquém, encontrando-se os valores mais baixos no Alentejo e no Algarve. A melhoria de resultados na Região do Norte é mais intensa nas NUTS III que apresentavam os valores mais baixos em 2011, estando agora os valores sub-regionais muito próximos.

Na conclusão do ensino secundário da população de 20-24 anos, abrangida pela nova escolaridade obrigatória, os valores estão próximos dos 85%, bem longe dos 60% de 2011; no grupo de 25-29 anos, parcialmente abrangido por essa obrigatoriedade, os valores estão ligeiramente acima de 80%.

A Região do Norte regista nestes dois grupos etários o incremento mais acentuado, obtendo agora valores superiores à média do Continente, no que é acompanhada pelo Centro; a AM de Lisboa está abaixo da média do Continente no primeiro grupo e acima no segundo; o Alentejo e o Algarve apresentam nos dois grupos valores distantes da média do Continente.

Também no ensino secundário, a melhoria de resultados na Região do Norte é mais forte nas NUTS III que detinham os valores mais baixos em 2011, pelo que os resultados regionais estão agora mais próximos entre si, obtendo o Cávado os valores mais elevados e apresentando o Alto Tâmega e o Tâmega e Sousa os mais baixos.

Na conclusão do ensino superior da população residente entre 25 e 34 anos, temos valores médios superiores a 38% no grupo de 25-29 anos e de 36% no grupo de 30-34 anos, quando em 2011 os valores correspondentes estavam aquém de 30%. O Norte é a NUTS II com maior incremento na comparação entre os dois Censos e, a par do Centro, apresenta valores próximos da média nacional; a AM de Lisboa destaca-se neste nível de ensino por apresentar os valores mais elevados, enquanto o Alentejo e o Algarve são as regiões que apresentam menor crescimento e estão mais longe das médias nacionais. Mantém-se uma elevada disparidade entre as NUTS III do Norte, com os valores extremos no Cávado e na AM do Porto, por um lado, e no Tâmega e Sousa, por outro.

Sublinha-se uma vez mais que os níveis de escolaridade da população adulta residente num determinado território decorrem da formação da população que aí residia na idade tipicamente escolar, mas também dependem fortemente das deslocações da população e da desigual capacidade de fixação e de atração dos diferentes territórios.

Como evoluíram os indicadores de escolaridade na população adulta (com 25 e mais anos), nomeadamente a que está em idade ativa?

Os resultados apresentam uma melhoria apreciável, seja pela influência dos grupos mais jovens, que atingiram níveis de escolaridade mais elevados, seja pelas habilitações adquiridas pelos adultos em novas oportunidades de educação e formação. Apesar desta melhoria, compreensivelmente mais lenta do que a verificada na população mais jovem, Portugal continua distante dos valores médios observados nas comparações com outros países da UE.

Nos três níveis de ensino considerados, há diversos elementos comuns: (I) uma melhoria contínua e geral dos resultados; (II) entre as NUTS II, a AM de Lisboa destaca-se pelos resultados mais elevados, em especial no ensino superior, quedando-se a Região do Norte sempre abaixo e ainda distante dos valores médios do Continente; (III) nas NUTS III do Norte, a AM do Porto e o Cávado obtêm os resultados mais elevados, encontrando-se os mais baixos no Tâmega e Sousa e no Alto Tâmega.

Com os baixos níveis de escolaridade na população adulta, sobretudo com mais de 35 anos, e a recuperação nas camadas mais jovens, Portugal é um dos países com maior diferença de escolaridade entre as gerações. Na Região do Norte, as diferenças ainda são mais acentuadas, considerando os valores muito baixos registados nos mais velhos e a recuperação mais rápida nas faixas etárias mais jovens.

Por outro lado, Portugal e a Região do Norte estão claramente mais próximos da média europeia (UE 27) na conclusão do ensino superior do que na do ensino secundário. Assim, no grande grupo de 25-64 anos, em 2021, em Portugal, a distância é quase de 20 p.p. no ensino secundário, mas é apenas de 2,3 p.p. no ensino superior, comprovando que a fragilidade na estrutura de habilitações académicas da população adulta portuguesa se situa predominantemente nos ensinos básico e secundário.

Em que medida o analfabetismo permanece?

O analfabetismo prossegue a sua lenta descida, atingindo agora 3,0%, tanto no Continente como na Região do Norte, quando era de 5,2% e 5%, em 2011, e de 8,9% e 8,3%, em 2001, respetivamente. Os resultados de 2021 confirmam que os valores mais elevados de analfabetismo se encontram nas Mulheres e nas áreas do interior da Região, que também são as que apresentam um maior peso de população com 65 e mais anos no total dos residentes.

Como, numa perspetiva geral, se situa a Região do Norte em comparação com o Continente?

Os resultados comprovam a recuperação da Região do Norte nas últimas décadas, com mais incidência na escolarização da população mais jovem. Assim, em 2021:

- no grupo de indicadores relativos à escolarização da população em idade pré-escolar e escolar e à população adulta jovem (20-29 anos) que concluiu pelo menos o ensino básico (9.º ano de escolaridade) e o ensino secundário, os valores da Região do Norte estão ligeiramente acima da média do Continente;
- na população adulta jovem (25-34 anos) que concluiu o ensino superior, os valores regionais estão um pouco abaixo da média do Continente;
- nos indicadores de conclusão de todos os ciclos de estudo na população com mais de 25 anos, os resultados do Norte estão bastante abaixo dos valores médios do Continente (cf. Tabela 29).

Em 2011, os valores da Região do Norte estavam abaixo dos valores médios do Continente em todos os indicadores presentes na Tabela 29, com a exceção da pré-escolarização nos 4-5 anos de idade, que apresentava um valor ligeiramente superior (81% e 80,3%).

Há algum espaço sub-regional ou espaços-sub-regionais que se destaque(m) pelos resultados mais ou menos positivos?

Não há uma resposta unívoca e global. A Tabela 29, que reúne os resultados de boa parte dos indicadores utilizados neste relatório e situa cada NUTS III em comparação com as médias da Região do Norte, assiste-nos na identificação de grupos de indicadores:

- nos indicadores relativos à pré-escolarização, à escolarização no grupo de 15-17 anos e à população adulta jovem (20-29 anos) que concluiu pelo menos o ensino básico (9.º ano de escolaridade), os resultados são próximos, com uma redução muito expressiva das assimetrias;
- na escolarização da população de 18-23 anos e na conclusão dos ensinos secundário e superior entre a população adulta jovem, as disparidades são expressivas, em especial na conclusão do ensino superior; o Cávado (nos ensinos secundário e superior), o Alto Minho (no ensino secundário) e a AM do Porto e as Terras de Trás-os-Montes (no ensino superior) obtêm os resultados mais elevados, encontrando-se os mais baixos no Tâmega e Sousa e no Alto Tâmega;
- no grupo de indicadores de conclusão de ciclos de estudo na população com mais de 25 anos, também se verifica uma concentração dos resultados mais baixos no Tâmega e Sousa e no Alto Tâmega e dos mais elevados na AM do Porto e no Cávado, situando-se as outras quatro NUTS III significativamente abaixo dos valores médios da Região do Norte.

Tabela 29.
Sinopse dos resultados nas NUTS III da Região do Norte, 2021

Indicadores (% , com exceção indicada)	Alto Minho	Cávado	Ave	AM do Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Terras de Trás-os-Montes	REGIÃO DO NORTE	CONTINENTE
Pré-escolarização na população residente de 4-5 anos	89,5	89,3	85,3	86,9	86,0	84,0	87,2	84,6	86,8	85,3
Escolarização da população residente de 15-17 anos	98,6	98,5	98,8	98,3	98,3	98,3	98,5	97,9	98,4	97,6
População residente de 20 e 24 anos com pelo menos o ensino básico (9.º ano de escolaridade)	98,1	98,3	97,9	96,9	97,3	97,4	97,1	96,2	97,3	96,4
População residente de 25 e 29 anos com pelo menos o ensino básico (9.º ano de escolaridade)	97,1	97,4	96,3	95,4	94,2	94,2	95,1	94,1	95,6	94,7
Escolarização da população residente de 18-23 anos	55,3	58,6	53,7	56,6	57,4	47,2	59,5	67,7	55,6	57,8
População residente de 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo	88,8	90,2	85,9	85,6	82,8	84,0	85,4	86,2	86,1	84,1
População residente de 25 e 29 anos com pelo menos o ensino secundário completo	83,5	85,3	78,7	81,8	75,9	73,8	80,1	80,6	80,8	80,3
População residente de 18 e 24 anos que tem no máximo o 3.º ciclo do ensino básico completo e não frequenta o sistema de ensino*	8,1	7,1	10,6	10,6	13,2	12,3	10,4	10,0	10,2	11,6
População residente de 25 e 29 anos que concluiu o ensino superior	36,7	43,3	35,2	41,5	34,0	27,8	37,5	42,0	38,7	39,1
População residente de 30 e 34 anos que concluiu o ensino superior	31,7	39,6	31,6	40,0	27,4	22,5	32,5	37,6	35,9	37,5
População residente com 25 e mais anos com pelo menos o ensino básico completo (9.º ano)	48,8	55,9	48,1	57,9	39,4	42,6	45,1	46,9	52,7	58,3
População residente de 25 e mais anos com pelo menos o ensino secundário completo	34,0	40,5	32,2	42,5	27,1	26,6	32,1	34,2	37,6	42,6
População residente de 25 e mais anos que concluiu o ensino superior	14,9	20,7	14,2	22,1	11,8	10,2	15	16,8	18,4	21,0
População residente de 25 e mais anos com o grau de doutor (%)	3,1	7,7	3,0	7,8	2,1	1,5	5,3	5,5	5,9	6,8

Fonte: INE - Censos 2021.

(*) Neste indicador, os valores mais elevados são os mais negativos.

Muito superior à média

Superior à média

Igual ou próximo à média

Inferior à média

Muito inferior à média

.NUTS III compararam com a média regional.

Com base na informação da mesma tabela, podemos ensaiar uma leitura sumária para cada uma das oito NUTS III.

O **Alto Minho** apresenta resultados ligeiramente melhores do que as correspondentes médias da Região na população em idade pré-escolar e escolar e na conclusão do ensino secundário, mas fica aquém da média na população adulta mais jovem com ensino superior e, em todos os níveis de ensino, na população com mais de 25 anos.

O **Cávado** apresenta sempre valores superiores às médias regionais, destacando-se na conclusão dos ensinos secundário e superior, de forma mais notória na população adulta jovem.

O **Ave** apresenta valores próximos das médias da Região na população em idade pré-escolar e escolar e na conclusão do ensino básico na população adulta jovem e valores mais baixos na conclusão dos ensinos secundário e superior entre a população adulta jovem e, em todos os níveis de ensino, na população com mais de 25 anos.

A **AM do Porto** também obtém valores próximos das médias regionais na população em idade pré-escolar e escolar e na conclusão dos ensinos básico e secundário na população adulta jovem, sendo superiores na conclusão do ensino superior, e, em todos os níveis de ensino, na população com mais de 25 anos (*dado o elevado peso demográfico da AM do Porto no total da Região é compreensível que esta NUTS III não apresente valores muito abaixo ou muito acima da média regional*).

O **Alto Tâmega** obtém resultados próximos das correspondentes médias da Região na população em idade pré-escolar e escolar e na conclusão do ensino básico, mas os valores são bastante mais baixos na conclusão dos ensinos secundário e superior na população adulta jovem e, em todos os níveis de ensino, na população com mais de 25 anos.

O **Tâmega e Sousa** está próximo da média regional na pré-escolarização (ainda que com valores claramente mais baixos nos 4 anos de idade), na escolarização nos 15-17 anos e na conclusão do ensino básico entre os adultos mais jovens, mas ainda fica muito distante nos restantes indicadores.

O **Douro** apresenta valores próximos das médias regionais na população em idade pré-escolar e escolar e na conclusão dos ensinos básico e secundário na população adulta jovem, mas os valores são mais baixos na conclusão do ensino superior na população adulta jovem e, em todos os níveis de ensino, na população com mais de 25 anos.

As **Terras de Trás-os-Montes** reúnem valores próximos das médias da Região na generalidade dos indicadores, mas distinguem-se pelos valores elevados de escolarização nos 18-23 anos e na conclusão do ensino superior nos 25-29 anos e pelos resultados menos positivos na conclusão de todos os níveis de ensino, na população com mais de 25 anos.

12. Prosseguir a melhoria na educação

Estas notas finais incidem unicamente sobre algumas dimensões das políticas da educação, tendo presentes a natureza deste relatório e o lugar institucional em que é realizado. Assim, privilegiamos certas vertentes de planeamento, administração e financiamento, no âmbito direto ou indireto de atuação da CCDRN e numa perspetiva de desenvolvimento regional; salvo algumas referências genéricas, não tratamos matérias essenciais dessas políticas da educação, como são a estrutura e a duração dos ciclos de estudo, os currículos e os programas, os métodos de ensino e de aprendizagem, a avaliação, a organização de grupos e tempos ou (quase tudo) o que respeita a docentes e a outros profissionais que trabalham nas instituições educativas.

Nem sempre se explicita a que nível ou níveis de educação e ensino as observações produzidas se referem, embora saibamos que estas têm uma aplicação muito diversa, da educação pré-escolar aos doutoramentos, de uma formação geral e comum no ensino básico a um aprofundamento científico e profissionalizante no ensino superior. Por vezes, enuncia-se a aplicação específica ou preferencial das asserções, mas em geral é sobretudo a educação básica e secundária que temos em mente.

O caminho percorrido – mudanças intensas e diversificadas na Região do Norte

Impõe-se reconhecer e valorizar o progresso alcançado nas últimas décadas na educação e na formação, o que permite ao país ter hoje uma base mais sólida para sustentar o seu desenvolvimento. Foram décadas marcadas pela progressiva democratização no acesso e na frequência da educação, pela vigência da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), pelos prolongamentos da escolaridade universal e obrigatória de seis para nove anos (ou 15 anos de idade) e para 12 anos (ou 18 anos de idade) e pela persistência do investimento, com o apoio dos fundos estruturais europeus.

Como vimos, a **Região do Norte deixou de ser a “região-problema”** do ponto de vista da escolarização das crianças e dos jovens, como foi nas últimas décadas do século passado, visto que, no que respeita à educação dos jovens (designadamente pré-escolarização, escolarização nos 15-17 anos e conclusão dos ensinos básico e secundário na população residente de 20-29 anos), apresenta valores ligeiramente superiores à média do Continente. Já nos indicadores referentes à escolarização nos 18-23 anos, à conclusão do ensino superior nos 25-34 anos e à conclusão de todos os níveis de ensino na população com 25 e mais anos, os resultados da Região ainda se situam aquém da média nacional e bem distantes dos da AM de Lisboa, que continua a destacar-se.

Estas mudanças têm diferentes expressões nos **oito espaços intermunicipais do Norte**, como sintetizamos no capítulo anterior. Um exemplo: ainda há um quarto de século, ao sublinhar a importância para a Região das políticas dirigidas à infância e à juventude, a CCRN considerava que “um dos problemas estruturais da Região e do País” era “o facto de as

áreas que apresentam maiores índices de juventude (Cávado, Ave, Tâmega) serem, ao mesmo tempo, as áreas com mais dificuldade de relação da sociedade com a escola”.⁴³ A expressão “dificuldade de relação” terá sido um eufemismo para caracterizar os níveis muito elevados de insucesso e de abandono precoce da escola e os níveis muito baixos de escolaridade da população jovem e adulta, como explicitado mais adiante no mesmo documento.

Ora, no que respeita à demografia, as sub-regiões Cávado, Ave e Tâmega e Sousa sofreram um processo de profunda mudança, com quebras acentuadas do número de crianças por família, e já não se distinguem do mesmo modo pelo peso da juventude na população total, pois, apesar de continuarem a apresentar valores ligeiramente superiores à média regional, ficam agora aquém dos valores da AM de Lisboa e do Algarve, como observámos no capítulo 2.

No que se refere à educação, concluímos no capítulo anterior que o Cávado é hoje a NUTS III com os melhores resultados da Região em diversos indicadores relativos às habilitações da população em idade escolar e da população adulta jovem e que o Ave apresenta resultados superiores à média regional na escolarização das crianças e dos jovens; por seu lado, o Tâmega e Sousa situa-se nos valores médios regionais na população em idade pré-escolar e escolar (3-5 e 15-17 anos), mantendo resultados significativamente mais baixos na escolaridade da população adulta, incluindo nos adultos mais jovens, em especial nos níveis de ensino mais elevados.

⁴³ CCRN, *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006 - Diagnóstico Prospectivo da Região do Norte, 1998*, p. 12.

Um caminho exigente a percorrer para melhorar os alicerces

Apesar de todos os progressos, confirmados pelos resultados obtidos nos indicadores trabalhados neste relatório, ainda há muito caminho a percorrer. Por um lado, porque os efeitos de dezenas de anos de pouco investimento em educação estão patentes nos níveis de escolaridade da **população adulta**: para muitos cidadãos, a escola e a educação foram e ainda são promessas por cumprir. É na escolaridade dos que hoje têm mais de 35 anos que as comparações internacionais, no quadro da União Europeia ou da OCDE, ainda nos são muito desfavoráveis, sobretudo no que respeita à formação de nível secundário, pois no ensino superior a distância é bastante menor.

Por outro lado, porque ainda há muito caminho a percorrer para termos uma educação de qualidade que alicerce os percursos subsequentes de **todas as crianças e todos os jovens**. As insuficiências encontram-se em diferentes patamares:

- embora progressivamente em menor número, continuam a ser demasiados os que abandonam a escola antes da conclusão da escolaridade obrigatória, muitas vezes após percursos de múltiplas “retenções”, que expressam a dificuldade de as escolas atenderem às suas condições e responderem às suas necessidades;⁴⁴
- ainda é elevado o número dos que repetem o mesmo ano de escolaridade no ensino básico, sem alternativa a este procedimento cada vez mais desaconselhado, dados os seus efeitos negativos nos percursos escolares e verificada a sua elevada ineficiência;
- são muitos os alunos que transitam de ciclo de escolaridade no ensino básico com insuficiências graves nas aprendizagens, como revelam os níveis negativos obtidos nas disciplinas ou áreas disciplinares;
- mesmo para os que transitam apenas com classificações positivas, há um vasto campo de melhoria na proficiência da leitura e da escrita, na experimentação nas ciências, nas expressões artísticas, no desenvolvimento físico, nas competências digitais ou na adequação dos percursos formativos às aspirações e às características de cada pessoa.

Para que a massificação da frequência escolar signifique a **democratização da educação** é necessário considerar as condições socioeconómicas e culturais dos alunos como um forte dado de partida - a ser enfrentado e não considerado uma fatalidade - e oferecer a todas as crianças e a todos os jovens a possibilidade de adquirirem os conhecimentos e as competências essenciais em percursos escolares adequados.

A **pandemia** atingiu duramente as pessoas, as famílias e as escolas, provocando encerramentos, confinamentos, faltas prolongadas, dificuldades no ensino remoto e perda de contacto com colegas e professores, num contexto de maior exposição das desigualdades socioeconómicas e culturais. Impõe-se continuar a acompanhar e avaliar o impacto destes anos difíceis na qualidade das aprendizagens escolares e nas competências cognitivas, sociais e emocionais e investir na recuperação. Numa perspetiva mais geral, a pandemia inscreveu ainda mais a vulnerabilidade e a incerteza no quotidiano, marcado pelas manifestações, cada vez mais presentes e ameaçadoras, das alterações climáticas, a que se juntaram os múltiplos efeitos da guerra desencadeada pela invasão russa da Ucrânia.

Linhas de ação prioritárias na educação inscritas na estratégia de desenvolvimento regional

A educação e a formação continuam a ser áreas destacadas nas prioridades da União Europeia, tendo a Estratégia EUROPA 2030 elegido três indicadores da área da educação entre os critérios de avaliação dos resultados das políticas de coesão e de desenvolvimento regional: o nível de pré-escolarização entre os três anos e a idade de início do ensino obrigatório, a saída precoce da escola na população de 18-24 anos e a conclusão do ensino superior na população de 25-34 anos.

No diagnóstico prospetivo que serviu de base à estratégia de desenvolvimento da Região do Norte para o período 2021-27, a CCDR-N inscreveu algumas prioridades, selecionadas na perspetiva do apoio dos fundos europeus,⁴⁵ canalizados pelos diferentes programas operacionais do Portugal 2030, do Plano de Recuperação e Resiliência e de outras fontes de financiamento. Sintetizamos essas prioridades, com algumas adaptações:

⁴⁴ Perceberemos melhor estes percursos atribulados ao analisarmos as histórias de vida de jovens que frequentam escolas de segunda oportunidade ou outras respostas socioeducativas para os que abandonam precocemente a escola (ver *Associação para a Educação de Segunda Oportunidade e Associação Arco Maior*).

⁴⁵ *Estratégia de Desenvolvimento do Norte para o Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia*, págs. 34-38.

- para melhorar as **condições de aprendizagem de todos** na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, investir (I) em iniciativas de deteção precoce, de prevenção e de combate ao abandono escolar e de promoção do sucesso educativo, com projetos de âmbito local e sub-regional e apoio regional e nacional;⁴⁶ (II) na integração das crianças e dos jovens com incapacidades físicas ou intelectuais e com necessidades educativas especiais, de origem migrante ou ciganos⁴⁷ e refugiados; (III) na formação de docentes e de outros profissionais; (IV) na abrangência da ação social escolar;

- para **diversificar e qualificar a oferta formativa de nível secundário**, apoiar linhas de ação como (I) a orientação escolar e profissional; (II) a formação de professores, formadores e técnicos das diferentes modalidades de ensino profissional e vocacional; (III) a modernização das instalações e dos equipamentos; (IV) a adequação das ofertas educativas, na escala regional e sub-regional, com base no levantamento participado das competências procuradas pelo mercado de trabalho e necessárias para a vida;

- para consolidar o papel do **ensino superior** no desenvolvimento das sociedades e dos territórios, (I) prosseguir a diversificação da oferta, designadamente na formação contínua e na pós-graduação, nos cursos técnicos superiores profissionais e nas áreas de formação em que a economia e a sociedade têm mais falta de pessoas com habilitações superiores; (II) valorizar a internacionalização e a integração em redes europeias e mundiais; (III) melhorar a resposta da ação social em prol da equidade e da inclusão, incluindo a oferta de residências para estudantes; (IV) reforçar as infraestruturas e os equipamentos; (V) incentivar o contributo do ensino superior para as transições digital e ecológica; (VI) adotar medidas que promovam a frequência de instituições de ensino superior localizadas em “cidades médias” de territórios de baixa densidade, na perspetiva de um desenvolvimento regional mais equitativo;

- para promover a **participação dos adultos** em atividades de educação e formação, privilegiar a ação nas seguintes dimensões: (I) acessibilidade e flexibilidade na formação de apoio à reorientação e à reconversão profissional; (II) valorização da formação para as competências digitais, seja na perspetiva do trabalho, seja na da promoção da cidadania e da inclusão social; (III) reforço dos dispositivos de reconhecimento de habilitações e de competências e da formação modular; (IV) criação de condições para a participação das pessoas muito pouco escolarizadas ou mesmo analfabetas;

- para apoiar a **transição entre a educação e a formação e o mercado de trabalho**, conjugando o esforço de resposta às necessidades conhecidas do presente com a flexibilidade para a adaptação às mudanças imprevisíveis, incentivar (I) a reintegração laboral de desempregados, com uma dimensão de formação; (II) a inserção de pessoas altamente qualificadas nas empresas; (III) a oferta de formação no local de trabalho e estágios de integração profissional; (IV) a valorização de instituições e iniciativas que promovem a interação entre a educação, a formação e a economia; (V) o aperfeiçoamento dos apoios pedagógicos e socioeconómicos para favorecer a continuidade e a conclusão das ações de formação;

- para melhorar **as infraestruturas e os equipamentos**, com base numa atualização do planeamento das respostas educativas e formativas, privilegiar (II) a requalificação profunda de algumas escolas dos ensinos básico e secundário; (III) o apetrechamento de instalações e de equipamentos para diversificar a oferta formativa, designadamente no ensino profissional (laboratórios e oficinas), e para reforçar as dimensões artísticas, experimentais ou desportivas da educação e da formação; (IV) o investimento nas infraestruturas tecnológicas e nos equipamentos que permitam às instituições de educação e de formação de todos os níveis de ensino acompanhar a digitalização da sociedade e responderem aos desafios das alterações climáticas.

Assim, propõe-se um investimento centrado **na infância e na juventude**, por razões de equidade e de eficácia, visto que a mobilização para a formação na idade adulta é, em geral, tanto mais custosa quanto menos assentar numa escolaridade prolongada e bem-sucedida na juventude; mas também um investimento contínuo **na educação e na formação de adultos**, porque sofremos da escassa participação destes na formação, porque esta é necessária para enfrentar as mudanças socioeconómicas, tecnológicas e culturais, porque a evolução demográfica assim o recomenda e, sobretudo, porque é justo proporcionar outras oportunidades de formação a todos, em especial aos que muito cedo ficaram afastados dos benefícios da educação.⁴⁸

Uma ação integrada para a mobilização produtiva das competências

A mobilização das competências adquiridas na educação e na formação é um desafio especialmente exigente em territórios da Região onde a recuperação notável na escolaridade dos residentes, em especial dos mais jovens, menos correspondência re-

⁴⁶ O Conselho Europeu definiu recentemente o quadro de referência de uma “estratégia integrada e global para o sucesso escolar” (**Recomendação do Conselho Europeu sobre percursos para o sucesso escolar**, 28 de novembro de 2022).

⁴⁷ Nem sempre nos terá merecido a devida consideração a crescente integração nas escolas das crianças e dos jovens oriundos das comunidades ciganas. Em 2018/2019, em escolas públicas da Região do Norte, havia 663 crianças na educação pré-escolar, 9 030 alunos no EB e 430 alunos no ES, todos oriundos das comunidades ciganas (um total de 10 123 alunos, ou seja, mais de 40% do total dos inscritos no Continente). Destaque para o distrito de Braga, com um total de 4 257 inscritos, sendo 4 092 no EB (96%), e para o Porto, com 3 912, sendo 3 305 no EB (84%). Refira-se ainda que a taxa de retenção e desistência entre estes alunos foi no Norte (9,4% no EB e 11,8% no ES) bem inferior à média do Continente (15,6% no EB e 12,6% no ES), com o contributo decisivo do distrito de Braga (com 4,3% no EB e 11,5% no ES); os valores gerais desta taxa nesse ano letivo foram 3,7% no EB e 12,9% no ES, no Continente (DGEEC, **Perfil Escolar das Comunidades Ciganas**, 2018/2019).

⁴⁸ Os níveis de escolaridade da população adulta dão-nos uma informação muito incompleta sobre as competências presentes dos adultos. Nesse sentido, a aplicação em Portugal do **Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos** (OCDE), em curso e com resultados previstos para 2024, constitui uma boa oportunidade para um ponto de situação geral sobre “competências exigidas nos contextos laborais”, “capacidade para utilizar as tecnologias de informação e comunicação” e “níveis gerais de literacia, numeracia e capacidade de resolução de problemas”.

vela na capacidade de a atividade económica reter ou atrair os mais escolarizados.

Para perceber melhor esta diferença de ritmos de mudança nos campos da educação, da formação e da economia, justifica-se estudar de forma extensiva a inserção dos diplomados nas empresas, na administração pública e noutras organizações sociais nos últimos anos, incluindo uma perspetiva quantitativa, sobre a inserção nas diferentes áreas de formação e de atividade ou sobre os que imigraram, e uma perspetiva qualitativa, sobre o contributo dos diplomados, os bloqueios e as dificuldades na inserção nas empresas e noutras organizações, as mudanças culturais e sociais que ocorrem ou se afiguram necessárias.

Como referimos na introdução, os desencontros entre o crescimento geral das habilitações académicas, em particular as de nível superior, e a capacidade de a economia e a sociedade portuguesas as mobilizarem de modo produtivo impõem que se questione contínua e proativamente a adequação da oferta formativa às necessidades económicas e a pertinência do que se aprende nas instituições educativas.

No entanto, na educação e na formação reside apenas uma parte do problema. As respostas necessárias incluem o reforço de outras políticas, iniciativas e dinâmicas sociais que favorecem os investimentos em investigação e inovação, fortalecem as instituições e as redes de colaboração entre agentes, em especial para ultrapassar os limites de escala das pequenas e médias empresas e organizações, promovem a melhoria da gestão das empresas e das organizações, incrementam a utilização das tecnologias avançadas nos setores “tradicionais”, captam investimento direto externo, incentivam a criação de emprego mais qualificado ou, em geral, proporcionam condições para o desenvolvimento da inteligência coletiva das organizações.

Neste sentido, a Estratégia de Especialização Inteligente da Região do Norte, que se pretende que constitua a “agenda de transformação estrutural da economia do Norte de Portugal” (Programa Norte 2030), ou as “Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial”, que visam “transformar o perfil de especialização da economia portuguesa, incentivando atividades de maior valor acrescentado e intensivas em conhecimento, orientadas para os mercados internacionais e para a criação de empregos qualificados” (Plano de Recuperação e Resiliência), inserem-se na perspetiva de uma nova fase de industrialização na Europa, que mobilize as competências disponíveis e os recursos do desenvolvimento tecnológico para enfrentar os desafios das alterações climáticas e da mudança digital e as incertezas ou ameaças geopolíticas.

Por fim, as mudanças socioeconómicas e tecnológicas, com expressões como o trabalho à distância e o “nomadismo digital”, pelos riscos e oportunidades que comportam, obrigam a repensar a relação entre as competências das pessoas, as atividades económicas e os territórios.



O caso do Tâmega e Sousa

A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa é um bom exemplo da necessidade de uma ação coletiva orientada para (I) o prosseguimento da recuperação notável na escolarização dos residentes, (II) o reforço da capacidade de a atividade económica mobilizar de forma produtiva as competências adquiridas na educação e na formação e (III) a melhoria das condições de retenção e atração dos mais escolarizados. Este é um desafio para o país e para a Região do Norte, mas ganha nesta sub-região especial acuidade.

A NUTS III Tâmega e Sousa é um território com 408 637 habitantes em 2021, próximo do litoral e contíguo à AM do Porto, com um povoamento predominantemente difuso e um elevado peso da atividade industrial, sobretudo na área do Vale do Sousa (com destaque para os setores do Mobiliário, do Vestuário e Têxtil, do Calçado e da Metalomecânica).

Como vimos neste relatório, a evolução nos diversos indicadores relativos à escolarização da população jovem residente nesta sub-região é fruto de uma mudança política, social e cultural na relação das pessoas e dos agentes coletivos com a educação e acompanha alterações demográficas, em especial a redução da população jovem.⁴⁹ Recordemos, pela sua eloquência, os resultados no indicador relativo à escolarização da população residente de 15-17 anos: em 1991, o Tâmega e Sousa apresentava 30,2%, a Região do Norte 48,8% e o Continente 62,5%; em 2021, os valores são 98,3%, 98,4% e 98,3%, respetivamente. Um dos sinais do empenhamento coletivo na melhoria da educação foi o investimento avultado na qualificação dos equipamentos educativos realizado no território desta comunidade intermunicipal, em especial no período de programação 2007-2013.

Esta mudança ainda não tem expressão correspondente nos índices de escolaridade da população adulta, seja porque é recente a evolução na população mais jovem e é insuficiente a intensidade da recuperação na educação e formação de adultos, seja porque o território perde nas dinâmicas de retenção e atração dos mais escolarizados.

Atendamos a alguns indicadores que caracterizam esta NUTS III do ponto de vista socioeconómico.

Um indicador de serviços sociais: na “taxa de cobertura” dos equipamentos para a **primeira infância (creches)**, dez dos onze concelhos desta NUTS III apresentam valores inferiores à média do Continente (48,8%), seis dos quais com valores inferiores a 30%, em 2020, como podemos verificar na Figura 5. A exceção é Castelo de Paiva, com 52,8%.⁵⁰

Um indicador do investimento social na escolaridade obrigatória: em 2020/2021, na rede pública do Ministério da Educação, o Tâmega e Sousa é a NUTS III do Continente que regista o valor mais elevado de alunos com apoio **da Ação Social Escolar** no conjunto dos ensinos básico e secundário (54,1%), seguido do Douro (44,6%) e das Terras de Trás-os-Montes (46,1%). O valor médio da Região Norte é 40,6% e o do Continente é 36,3%.⁵¹

Dois indicadores económicos gerais em que o Tâmega e Sousa tem registado os valores mais baixos ao longo dos anos: no **PIB per capita**, de acordo com os dados relativos a 2020, entre as NUTS III do país, o Tâmega e Sousa mantém claramente o índice mais baixo (63,6), bem longe do valor da Região do Norte (87,1), já de si distante do valor de referência (100 em Portugal);⁵² no **Índice Sintético de Desenvolvimento Regional** referente a 2020, entre as NUTS III do Continente, o Douro, o Alto Tâmega e o Tâmega e Sousa situam-se entre as quatro posições mais baixas, a par do Algarve, sendo este fortemente penalizado pela dimensão ambiental deste índice sintético. O Tâmega e Sousa está ligeiramente acima do valor médio nacional na dimensão ambiental (índice 100,8) e claramente abaixo nas dimensões da competitividade (86,9) e da coesão (88,9).⁵³

⁴⁹ O estudo *Disparidades Regionais em Educação e Formação: a Região do Norte (1996)* mostrou haver uma correlação significativa de sinal negativo entre os níveis de escolarização e a “percentagem de famílias com 3 ou mais pessoas de 0-14 anos”.

⁵⁰ GEP/MTSSS, Carta Social, 2020.

⁵¹ CNE, *Estado da Educação-2021*, a partir de DGEEC. “Dados não validados, obtidos via reporte das escolas ao Sistema de Informação do ME”. Incluem os alunos com os escalões A, B e C.

⁵² INE, *Contas regionais*, dezembro de 2022.

⁵³ INE, *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional*, junho de 2022.

Recordemos que os onze municípios que compõem o Tâmega e Sousa, além de alguns pequenos polos de oferta privada de ensino superior, apenas acolhem um centro de **ensino superior público**, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, sediada em Felgueiras; no que respeita a **infraestruturas tecnológicas**, esta sub-região não tem qualquer centro tecnológico, centro de valorização e transferência de tecnologia ou laboratório colaborativo e só integra uma Incubadora de Base Tecnológica no Instituto Empresarial do Tâmega, em Amarante.⁵⁴

Em Investigação e Desenvolvimento, de acordo com informação relativa a 2020, o Tâmega e Sousa, com 0,20%, e o Alto Tâmega, com 0,27%, são claramente as NUTS III da Região com os valores mais baixos de investimento em I&D em relação ao PIB, sendo nestes dois casos o investimento quase só de origem empresarial. Os valores mais elevados neste indicador situam-se na AM do Porto (2,40%) e no Cávado (2,13%), quando são 1,82% no Norte e 1,62% no Continente.⁵⁵

Finalmente, no acesso aos fundos do **Portugal 2020**, o Tâmega e Sousa obtém apoios inferiores ao peso da sua população e apresenta situações diversas em programas como o PO Capital Humano ou o COMPETE. Assim, atendendo ao peso da população desta NUTS III no total da Região (11,4%, em 2021) e retirando dos cálculos os fundos não-regionalizados, verificamos que apenas no POCH a participação do Tâmega e Sousa ultrapassa ligeiramente o seu peso na população, com 12,2%; nos outros casos, fica aquém, com destaque para o COMPETE (7,1% dos fundos) e o POSEUR (7,6%), aproximando-se nos programas Norte 2020 (com 9,5%) e POISE (com 9,0%) da média geral que regista na totalidade dos fundos regionalizados dos programas do PT 2030 (9,2%).⁵⁶

⁵⁴ ANI, Mapeamento das Infraestruturas Tecnológicas Nacionais 2020. Entretanto, foi aprovado em 2022 o financiamento de um Centro de Valorização de Transferência e Tecnologia na ESTG do IPP (Norte 2020), e temos **notícia** (10.outubro.2022) de que um "Centro de Tecnologia e Inovação das Indústrias da Madeira e do Mobiliário é um dos 25 projetos considerados pelos municípios do Tâmega e Sousa como estruturantes para este território e para a sua estratégia de desenvolvimento", envolvendo 13 entidades públicas e privadas ligadas ao setor e às instituições do sistema científico e tecnológico da região.

⁵⁵ DGEIC, **Investigação e Desenvolvimento (I&D): principais indicadores por região (2020)**, maio 2022.

⁵⁶ CCDR-N, **Portugal 2020 na Região do Norte: Dinâmica dos Programas da Política de Coesão**. Informação de 30 de junho de 2022.



Enfrentar as disparidades territoriais em educação

Afirmámos no relatório de 1987: "(...) espera-se que a **identificação das áreas críticas** em matéria de acesso aos benefícios da educação seja um trampolim para a edificação de medidas positivamente discriminatórias e para o estabelecimento de programas específicos para **áreas de intervenção prioritária** e para grupos e níveis de ensino específicos" (CCRN, 1987: 7).

Escrevemos no relatório de 1996: "Oito anos passados, não se pode afirmar que o reconhecimento desta **zona central** da Região como área problemática tenha tido consequências assinaláveis nas conceções dominantes de perceção do espaço regional e no planeamento e práticas sectoriais" (CCRN, 1996: 9). E mais adiante: "mais do que programas específicos, serão necessárias **especificidades nos programas** e, sobretudo, práticas políticas e administrativas sensíveis aos problemas e capazes de concretizar medidas adequadas às situações" (Ibidem: 141).

Constatámos no relatório de 2003: "A experiência tem revelado a **dificuldade de concretizar atuações de discriminação positiva** de índole sectorial."⁵⁷ No entanto, "mais do que criar, por despacho, «zonas» de discriminação positiva, importará investir na definição de critérios de acesso a programas e medidas de financiamento que assegurem mais equidade territorial nos resultados, no desenvolvimento de sistemas de informação de base local, municipal ou intermunicipal e na promoção de quadros de concertação e de mobilização dos atores locais para um compromisso social pela educação e pela qualificação". Neste sentido, concretizava-se: "o cuidar das condições físicas e organizacionais que proporcionam uma escola acolhedora e integradora, a promoção da utilidade da escola, a generalização da frequência da educação pré-escolar, a diversificação dos percursos de formação, designadamente no ensino secundário, são exemplos de medidas que, devendo ser de aplicação universal, são particularmente necessárias no combate eficaz ao abandono precoce generalizado" (CCDR-N, 2003: 53-54).

Em 2013, insistimos nesta perspetiva: "o que mais importa é que as medidas de política e a ação da administração central e local contenham os **fatores de equidade social e territorial**. Tal não dispensa e em muitos casos deve ser complementado por intervenções dirigidas a territórios onde os problemas na educação assumem feições e proporções que as justificam" (CCDR-N, 2013: 20).

Em 2023, selecionamos **um desafio para as políticas municipais**: identificar as áreas mais problemáticas de insucesso e de saída precoce da escola, analisar as diferenças por vezes muito acentuadas na composição social dos agrupamentos e das escolas do município e enfrentar as situações e os pro-

cessos que mantêm e, em certos casos, acentuam a polarização social e a vinculação territorial das desigualdades. Para tal, impõe-se repensar a rede escolar e os critérios de distribuição da oferta educativa, incluindo a localização de escolas nas áreas mais vulneráveis, e conjugar as especificidades da educação com as opções globais do planeamento municipal e intermunicipal, cuidando das interdependências de campos de intervenção (habitação, transportes, serviços públicos de saúde e ação social, equipamentos desportivos e culturais, etc.).

Nesta perspetiva, importa recolher e trabalhar informação com a desagregação espacial e os temas adequados aos diferentes níveis territoriais de atuação. O tratamento da informação por freguesia que fizemos em três indicadores deste relatório mostrou a diversidade de situações dentro de um concelho, como, aliás, ainda se encontrará no seio de algumas freguesias.

A exposição das dificuldades acrescidas de determinadas escolas e de certos territórios pode ter algum sentido positivo e interesse público quando justifica e gera medidas compensatórias e em prol da equidade e da inclusão, concretizadas no apoio às escolas que se situam em territórios mais difíceis do ponto de vista socioeconómico e cultural, no apoio e no incentivo aos professores e a outros profissionais para trabalharem nestes territórios e na afetação dos recursos de acordo com as condições e as carências. São necessárias mais intervenções sociocomunitárias com espaços, objetivos e atores variados para melhor responderem aos problemas identificados.

Assim, este é também um desafio para a escala nacional e regional, tanto nas opções de alocação de recursos e de financiamento das escolas, como, se for essa a opção, na definição de territórios prioritários.

Por fim, a par da necessidade de respostas diversificadas para as **áreas urbanas que concentram pobreza e vulnerabilidades** diversas, importa considerar as especificidades dos **territórios de baixa densidade**, que continuam a perder população jovem a um ritmo muito acelerado e que, pelo menos no Norte, têm revelado mais dificuldades em dimensões como a redução dos valores da retenção e da desistência. Estão em causa a igualdade de oportunidades no acesso à educação e a (des)proporção do esforço que nestes territórios é exigido às crianças e aos jovens e às suas famílias.

⁵⁷ Apesar de tudo, na segunda metade da década de 1990 incidiu na então NUTS III Tâmega o Projeto Demonstrativo de Intervenção Integrada, no âmbito do Programa de Educação para Todos, e no fim dessa década o Vale do Sousa trabalhou um "Pacto Territorial para o Emprego", em que o estudo, o debate, o envolvimento institucional e as iniciativas nas áreas da educação e da formação ocuparam o lugar central. Também nas várias Operações Integradas de Desenvolvimento do Vale do Ave se realça a importância do investimento na educação para enfrentar o insucesso e o abandono escolares e o trabalho infantil.

Renovar a administração da educação⁵⁸

A intervenção do poder local no campo da educação tem aumentado ao longo das últimas quatro décadas, marcando o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o passo legislativo mais recente,⁵⁹ ao redefinir a base comum de competências municipais, alargando-as ao ensino secundário, para corresponder à abrangência atual da escolaridade obrigatória, e ao prever intervenções específicas das entidades intermunicipais no planeamento da rede educativa e dos transportes escolares. O início de aplicação geral dos novos preceitos ocorreu a 1 de abril de 2022.

Na pluralidade das práticas municipais – que incluem intervenções que vão além das competências fixadas, seja por iniciativa própria, seja em resposta a solicitações das escolas e da administração central – é possível detetar avanços na **territorialização das políticas educativas**, ou seja, na ação política e social que mobiliza os agentes locais para o diagnóstico das situações e para a conceção e realização de respostas adaptadas aos contextos. Cada vez mais, já não se trata unicamente de medidas diferenciadas para os territórios, o que em si constitui um avanço, mas iniciativas e projetos gerados nos territórios.

No campo do **planeamento**, as alterações demográficas e o ajustamento das ofertas de educação e de formação requerem a renovação de instrumentos como as cartas educativas, que estão, em muitos casos, desatualizadas. Uma maior intervenção dos municípios e das entidades intermunicipais nesta matéria passará por combinar as orientações específicas da administração educativa, o trabalho técnico de caracterização e de prospetiva e a decisão política local, na procura de soluções que respeitem os princípios da legalidade, da coerência com outros planos, da equidade no acesso e no usufruto e da eficiência na gestão dos recursos.

Importa que estes processos de planeamento sejam participados pelas comunidades educativas, com debate das opções em causa, desde as relativas aos equipamentos a manter e a requalificar, em especial nas áreas de menor densidade, até às que se aplicam na organização da oferta escolar e nos critérios de distribuição de alunos nos territórios mais densos. Os conselhos municipais de educação têm um papel de relevo nessa participação.

Além dos fins previstos na legislação, conviria que o planeamento da rede educativa fosse atendendo a outros aspetos, como os novos modos e meios de aprendizagem escolar, a desafiar uma renovação da arquitetura escolar; a importância das matérias ambientais (eficiência energética, transportes, etc.); as virtualidades de uma utilização multiuso na gestão dos equipamentos, em especial nas áreas de baixa densidade; e a consideração progressiva da articulação da rede educativa com os serviços para a primeira infância (0-2 anos de idade).

Noutro campo, a proporção de crianças e jovens (0-17 anos) em risco de pobreza e exclusão social – em 2021, o valor situava-se em 18,5%, sendo 16,4 % no total da população, em Portugal⁶⁰ – e, por outro lado, o peso da educação na prevenção da reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão social exigem que a associação entre a situação socioeconómica das crianças e dos jovens e os seus percursos escolares seja enfrentada de forma mais consequente: quanto mais a escola procura **agir no sentido da equidade e da inclusão**, mais relevante é o apoio da comunidade local, em especial do município, e mais necessária é a cooperação entre as escolas.

De facto, a escola só pode responder com alguma eficácia à multidimensionalidade dos problemas que enfrenta se contar com uma rede local de cooperação de instituições e de pessoas, se forem promovidas **respostas integradas**, mais possíveis no plano local, que contemplem as diversas dimensões da vida das crianças e dos jovens: alojamento, alimentação, cuidados de saúde, condições de estudo, acesso a bens culturais ou justiça e prevenção da intimidação e da violência.

Em geral, a descentralização das competências contribuirá para uma administração educativa mais eficaz se beneficiar dos progressos em **cinco dimensões**:

- no reforço da **cooperação entre as escolas e os municípios**, para que o alargamento da ação municipal e intermunicipal respeite e incentive a autonomia institucional das escolas e a autonomia profissional dos docentes e de outros profissionais, com diagnósticos partilhados, compromissos e avaliação, potenciando o lugar de instâncias de participação e consulta como os conselhos municipais de educação;
- na dotação dos municípios e das entidades intermunicipais de **recursos técnicos** necessários para a boa concretização das suas iniciativas e incumbências, designadamente de técnicos que apoiam as escolas, o que também concorrerá para o rejuvenescimento da administração pública e para uma distribuição mais equitativa de técnicos pelo território;
- no reforço da **escala intermunicipal**, que tem permitido o apoio técnico, a partilha de alguns recursos especializados e a cooperação entre os municípios na resposta a problemas comuns ou que ultrapassam as fronteiras dos municípios;
- na inclusão nas CCDR da **administração des-concentrada** de nível regional do setor educativo, enquanto oportunidade para se reforçar as dimensões de acompanhamento, coordenação e planeamento;

⁵⁸ A redação deste ponto adapta alguns pontos de um artigo sobre descentralização em educação, publicado em junho de 2022 no boletim dos PIICIE – Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar **Educação para todos**, n.º 23.

⁵⁹ Este Decreto-Lei já foi alterado por diversos diplomas, o último dos quais o Decreto-Lei n.º 16/2023, de 27 de fevereiro.

⁶⁰ INE, *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento*, 20 de janeiro de 2023.

- na capacidade de a **administração central** substituir a execução direta pelo desenvolvimento de funções como a definição de princípios comuns orientadores, o planeamento atempado e fomentador da participação e a mobilização de recursos para o acompanhamento e o apoio técnico necessários.

Por fim, o que mais importa na descentralização de competências ou na autonomia das instituições educativas é a **mobilização do potencial** que existe nas pessoas, nos grupos profissionais e nas organizações em prol de uma cultura de participação, de trabalho em conjunto, de experimentação, de responsabilização, de aprendizagem social. Esta dimensão é crucial para as instituições educativas serem capazes de se transformarem em resposta plural às exigências de cada tempo.

Os futuros da educação

As profundas mudanças tecnológicas e os seus efeitos no quotidiano das crianças e dos jovens, a digitalização e a inteligência artificial, as alterações climáticas e os desastres ecológicos, as mudanças no mercado de trabalho, o crescimento das desigualdades, as migrações, as guerras, as ameaças à democracia de diversa proveniência, o convívio entre culturas, as posições face ao conhecimento científico e à razão ... são facetas de um mundo que nos desafia a redefinir **as missões da educação e o lugar das escolas**, as formas de ensinar e de aprender. Há mudanças que se impõem para que a escola possa continuar a cumprir o seu mandato.

O relatório da Comissão Internacional criada pela UNESCO sobre os futuros da educação constitui um contributo recente para responder a estes desafios. Os autores defendem tanto a **preservação** da escola, como espaço de encontro e convívio, como a necessidade da sua **transformação** para responder ao nosso tempo, o que passará por um trabalho pedagógico mais colaborativo, por um currículo menos centrado nas disciplinas e mais nos problemas atuais, por novas respostas na arquitetura, na gestão de espaços e na organização dos horários ou dos grupos de alunos.⁶¹

Entre os múltiplos desafios, a educação escolar enfrenta os de uma utilização eficaz, equilibrada e adequada das tecnologias de comunicação; de um aproveitamento dos novos conhecimentos científicos sobre a aprendizagem e o ensino, designadamente os oriundos das neurociências, que podem beneficiar o desempenho de profissões que continuam a assentar na relação pessoal; de uma interação frutífera com outras instâncias sociais de aquisição de informação e de aprendizagem presentes nas sociedades, também numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.

Tendemos a atribuir à educação escolar muitos encargos e projetamos nela expectativas desmedidas: desejamos que as escolas transmitam a cultura e os conhecimentos, preparem para as profissões e os trabalhos, formem cidadãos exemplares em múltiplas áreas, integrem e socializem, promovam a igualdade de oportunidades e uma sociedade mais justa... Atribuir à educação escolar múltiplas responsabilidades poderá ter uma faceta positiva, enquanto sinal de confiança nas instituições escolares, mas não podemos deixar de reconhecer contradições da sociedade na atribuição de algumas missões e, sobretudo, de assinalar os riscos de uma responsabilização excessiva. Reconhecer os limites é um passo necessário para as escolas assumirem efetivamente responsabilidades específicas e contarem com o compromisso e a consequente mobilização de outros agentes e recursos para a assunção de responsabilidades partilhadas ou alheias.

O progresso da educação não é um dado adquirido. Temos assistido nos últimos anos ao avanço de correntes de pensamento e de ação cultural e política que desvalorizam a ciência, o conhecimento, a razão ou os procedimentos democráticos, o que tem consequências no modo como se pensa a educação.

Por outro lado, mantêm-se as clivagens entre os que beneficiaram da escola e das credenciais académicas e os que experimentaram na escola percursos de insucesso ou não ultrapassaram os níveis básicos de escolarização, o que lhes veda ou torna mais difícil o acesso a determinados benefícios sociais e económicos. O que está em causa situa-se bastante aquém e muito além da educação escolar, sem ignorar o papel desta na seleção das pessoas e na distribuição de posições e estatutos sociais, mas reforça a importância de instituições educativas justas e democráticas, que adotem como princípio e objetivo não deixar ficar os mais frágeis para trás.

Contamos com a educação escolar, esse precioso "bem comum da humanidade" (UNESCO), como um espaço de hospitalidade, segurança e exigência e um tempo de transmissão de cultura e de saberes que proporcionem o desenvolvimento das potencialidades de cada um/a e contribuam para uma sociedade de pessoas emancipadas, responsáveis e solidárias, críticas e participativas, que procuram em conjunto soluções para os problemas prementes da comunidade e aprendem a viver de um modo sustentável.

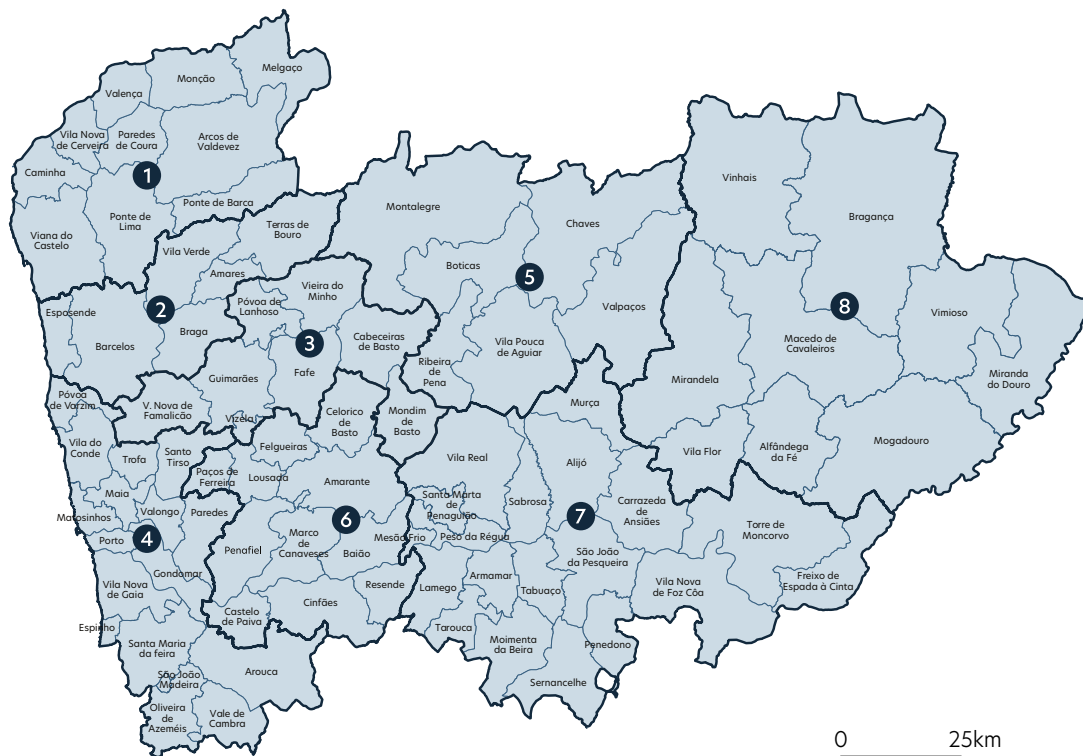
⁶¹ UNESCO — Comissão Internacional sobre os futuros da educação, *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*, 2021.





ANEXOS

Figura A.1.
Mapa das NUTS III e dos concelhos da Região do Norte.



- | | |
|-------------------------------|----------------------------|
| 1 Alto Minho | 5 Alto Tâmega |
| 2 Cávado | 6 Tâmega e Sousa |
| 3 Ave | 7 Douro |
| 4 Área Metropolitana do Porto | 8 Terras de Trás-os-Montes |

**Tabela A.1.
População residente nas NUTS II do Continente e NUTS III da Região do Norte, segundo os grupos etários
considerados no relatório, 2021**

NUTS	Total		0-2 anos		3-5 anos		6-14 anos		15-17 anos		18-23 anos		18-24 anos		20-24 Anos		25-29 anos		30-34 anos		25-64 anos		>64 anos		Somatório 0-23 anos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alto Minho	231 266	100	4 474	1,9	4 910	2,1	16 447	7,1	6 430	2,8	13 632	5,9	15 908	6,9	11 544	5,0	10 824	4,7	10 921	4,7	118 018	51,0	65 079	28,1	45 893	19,8
Cóvado	416 605	100	9 982	2,4	10 570	2,5	34 871	8,4	13 591	3,3	29 546	7,1	34 531	8,3	25 045	6,0	23 930	5,7	23 941	5,7	231 846	55,7	81 214	19,5	98 560	23,7
Ave	418 455	100	9 496	2,3	10 097	2,4	32 229	7,7	12 775	3,1	29 018	6,9	33 977	8,1	24 827	5,9	23 406	5,6	23 217	5,5	233 177	55,7	86 704	20,7	93 615	22,4
AM do Porto	1 736 228	100	38 973	2,2	41 794	2,4	137 170	7,9	51 803	3,0	114 024	6,6	132 841	7,7	96 185	5,5	94 631	5,5	97 713	5,6	952 895	54,9	380 752	21,9	383 764	22,1
Alto Tâmega	84 248	100	1 290	1,5	1 536	1,8	4 855	5,8	2 073	2,5	4 263	5,1	4 952	5,9	3 540	4,2	3 031	3,6	3 344	4,0	40 054	47,5	29 488	35,0	14 017	16,6
Tâmega e Sousa	408 637	100	9 009	2,2	9 679	2,4	33 431	8,2	13 580	3,3	31 079	7,6	36 116	8,8	26 275	6,4	23 801	5,8	22 663	5,5	228 898	56,0	77 924	19,1	96 778	23,7
Douro	183 875	100	3 261	1,8	3 667	2,0	12 324	6,7	4 990	2,7	11 083	6,0	12 825	7,0	9 169	5,0	7 853	4,3	7 977	4,3	93 973	51,1	52 835	28,7	35 325	19,2
Terras de TM	107 272	100	1 812	1,7	1 959	1,8	6 329	5,9	2 477	2,3	6 021	5,6	7 065	6,6	5 255	4,9	4 418	4,1	4 524	4,2	51 370	47,9	36 260	33,8	18 598	17,3
Norte	3 586 586	100	78 297	2,2	84 212	2,3	277 656	7,7	107 719	3,0	238 666	6,7	278 215	7,8	201 840	5,6	191 894	5,4	194 300	5,4	1 950 231	54,4	810 256	22,6	786 550	21,9
Centro	2 227 239	100	46 726	2,1	50 665	2,3	166 508	7,5	63 506	2,9	135 163	6,1	157 049	7,1	113 528	5,1	103 783	4,7	106 518	4,8	1 141 105	51,2	602 180	27,0	462 068	20,7
AM de Lisboa	2 870 208	100	75 136	2,6	79 943	2,8	256 134	8,9	91 098	3,2	188 184	6,6	219 480	7,6	158 623	5,5	164 834	5,7	172 305	6,0	1 527 795	53,2	620 622	21,6	690 495	24,1
Alentejo	704 533	100	15 491	2,2	16 814	2,4	54 834	7,8	20 419	2,9	41 679	5,9	48 344	6,9	34 690	4,9	31 615	4,5	34 150	4,8	358 168	50,8	190 463	27,0	149 237	21,2
Algarve	467 343	100	11 318	2,4	12 588	2,7	38 875	8,3	14 114	3,0	27 305	5,8	31 715	6,8	22 807	4,9	23 191	5,0	25 344	5,4	247 784	53,0	110 949	23,7	104 200	22,3
Continente	9 855 909	100	226 468	2,3	244 222	2,5	794 007	8,1	296 856	3,0	630 997	6,4	734 803	7,5	531 488	5,4	515 317	5,2	532 617	5,4	5 225 083	53,0	2 334 470	23,7	2 192 550	22,2

Fonte: INE - Censos 2021



Tabela A.2.
Resultados dos indicadores trabalhados no relatório, por NUTS II do Continente e NUTS III e concelhos da Região do Norte, 2021

Local de residência (o duto dos Censos 2021)	Variação da população residente com 25 anos ou mais (2017/2021)	Taxa de cobertura dos respectivos municípios em termos infantis (2021)	Taxa de pré-escolarização_4 anos	Taxa de pré-escolarização_5 anos	Taxa de escolarização_4-5 anos	Taxa de escolarização_15-17 anos	Taxa de escolarização_18-23 anos	Condição do grupo etário 25-34 anos	Condição do grupo etário 35-44 anos	Condição do grupo etário 45-54 anos	Condição do grupo etário 55-64 anos	Condição do grupo etário 65-74 anos	Condição do grupo etário 75+ anos	Taxa de qualificação residente com 25 anos ou mais	População residente com 25 anos ou mais com o grau de ensino superior	População residente com 25 anos ou mais com o grau de ensino secundário	População residente com 25 anos ou mais com o grau de ensino básico	População residente com 25 anos ou mais com o grau de ensino inferior
Portugal	-6,6	ND	81,4	89,4	85,4	98,1	97,2	83,7	79,8	71,6	38,6	36,9	31,1	31,0	20,8	42,3	58,0	6,7
Continente	-6,1	48,8	89,2	89,3	84,3	98,3	97,8	84,1	80,3	11,2	39,1	37,5	3,0	39,1	21,0	42,6	58,3	6,8
Norte	-5,0	ND	83,5	90,0	86,8	96,4	95,6	86,1	80,8	10,2	36,7	35,9	4,0	36,7	18,4	27,6	52,7	5,9
Alto Alentejo	-2,6	ND	87,5	91,5	89,5	98,6	97,1	88,8	83,5	8,1	36,7	31,7	34,2	4,0	48,8	24,0	48,8	3,1
Alentejo	-2,4	58,5	82,6	89,8	86,8	97,9	96,5	87,0	82,5	9,8	30,8	28,0	26,4	7,3	23,9	10,1	23,9	2,1
Centro	14,2	66,5	89,9	93,6	92,1	97,5	97,2	90,8	87,7	6,7	40,8	35,5	38,1	2,7	54,0	38,0	48,0	3,7
Açores	-3,2	41,4	78,8	85,4	82,4	99,2	98,0	87,4	83,0	10,1	42,7	29,5	34,3	5,8	24,2	34,2	34,2	1,3
Algarve	22,5	87,7	83,2	93,3	89,7	98,6	97,0	93,0	87,8	5,1	33,2	32,6	31,9	4,7	42,5	33,1	33,1	1,8
Região de Lisboa	22,8	55,3	96,4	97,5	92,0	97,9	97,0	90,0	87,6	6,7	29,0	22,5	23,4	6,0	28,3	29,4	28,6	2,9
Região de Coimbra	31,8	56,8	84,4	89,0	87,0	99,3	98,0	90,6	86,8	7,0	26,9	19,8	21,4	6,0	42,1	26,8	10,2	1,5
Região de Évora	27,6	32,3	88,1	93,5	93,9	98,9	98,3	90,5	86,0	6,9	36,5	28,5	31,6	4,5	46,0	29,7	29,7	2,5
Alentejo Alentejo	13,9	62,8	92,6	96,9	94,5	98,1	97,0	88,3	84,2	13,6	27,6	26,8	27,2	3,0	46,5	33,3	33,3	2,0
Viana do Castelo	12,1	65,0	87,4	90,1	88,7	99,0	97,5	88,5	84,1	8,1	41,2	38,4	38,8	2,5	41,5	20,0	41,5	4,5
Vila Verde	23,2	39,0	88,4	92,6	89,3	99,2	97,0	89,8	85,0	10,0	30,0	27,5	28,7	3,2	35,8	14,8	35,8	2,0
Vila Verde do Concelho	-17,6	ND	87,5	91,2	89,3	98,5	96,6	90,2	85,3	7,1	43,3	39,6	41,5	2,7	55,9	40,5	55,9	7,7
Aveiro	25,3	78,5	85,0	90,1	88,5	97,5	97,6	89,2	84,7	8,1	35,6	30,8	31,2	3,4	49,4	36,1	49,4	2,9
Bragança	26,1	42,5	87,9	91,8	89,8	98,7	97,0	90,6	87,0	7,0	36,7	31,0	34,0	2,9	46,5	30,4	46,5	2,5
Bragança	4,8	54,9	88,0	90,9	89,4	98,5	97,6	90,1	85,9	6,8	50,2	48,5	49,3	1,9	63,3	50,4	29,8	13,0
Castelo Branco	14,2	69,5	84,7	89,8	87,2	98,8	97,5	92,0	86,5	6,0	43,9	36,6	40,2	2,6	35,4	38,3	38,3	5,1
Beja	36,0	92,6	86,0	92,7	91,0	98,0	98,2	87,2	84,2	8,4	28,8	20,2	24,6	5,3	42,7	26,7	42,7	2,8
Vila Verde	44,3	93,9	88,4	94,1	91,2	98,0	97,2	90,8	87,8	8,8	32,6	28,2	30,4	4,4	46,6	31,7	46,6	3,3
Ave	-20,6	ND	82,5	88,0	85,3	98,8	97,9	85,9	78,7	10,6	35,2	31,6	31,4	3,1	48,1	32,2	48,1	3,0
Castelo Branco do Concelho	30,6	55,6	89,9	92,5	91,8	99,4	98,4	91,4	87,0	13,3	32,1	28,6	30,4	6,2	43,8	28,4	43,8	1,9
Fafe	25,6	61,8	89,2	93,5	91,3	98,3	97,2	88,4	83,2	13,2	32,4	30,4	31,4	3,7	42,6	28,0	42,6	2,0
Guarda	10,8	52,2	84,2	88,8	86,4	98,9	98,2	86,1	79,0	10,5	37,0	32,9	34,9	2,5	49,7	33,1	49,7	3,9
Alentejo do Interior	41,0	42,7	83,3	87,2	84,0	99,0	97,2	87,8	76,6	10,1	30,4	20,5	23,6	7,4	36,4	23,4	36,4	0,6
Região de Lisboa	30,3	43,9	88,5	89,9	89,3	98,8	97,0	88,1	83,1	12,7	32,2	27,0	29,6	4,7	41,4	27,2	41,4	3,0
Vila Verde do Interior	34,2	21,3	85,0	89,2	86,2	96,7	95,3	87,2	82,0	13,0	36,6	31,0	31,9	4,9	38,4	23,2	38,4	2,7
Vila Verde do Interior	19,6	60,7	77,0	82,5	81,7	98,8	97,8	88,2	82,1	8,5	36,1	33,2	34,7	2,3	52,0	39,7	52,0	3,0
Vila Verde	36,6	31,6	87,1	91,5	89,2	98,7	97,2	87,9	82,7	13,5	26,7	25,5	27,1	3,1	45,3	28,2	45,3	1,7
Aveiro Metropolitan Area	-16,6	ND	83,2	90,5	86,9	98,3	96,6	85,6	81,6	10,6	41,5	40,0	40,7	2,1	57,9	42,5	57,9	7,8
Aveiro	24,9	65,7	89,2	93,0	91,1	98,1	97,0	87,9	82,9	13,4	30,0	23,0	27,5	4,2	41,9	26,8	41,9	1,9
Leiria	14,8	64,8	83,0	89,1	86,4	98,3	96,6	84,6	80,5	12,8	40,2	40,4	40,3	3,1	51,8	39,1	51,8	3,6
Coimbra	21,7	26,1	88,4	92,2	88,2	98,3	97,4	85,4	82,8	10,5	37,4	33,8	35,5	2,0	57,4	40,2	57,4	4,2
Alentejo	23,6	40,3	82,1	86,5	83,3	97,4	96,5	87,7	85,9	8,5	48,9	46,6	46,7	1,6	63,2	50,3	63,2	8,8
Alentejo	16,1	41,4	83,6	90,2	86,8	98,3	96,5	86,9	81,9	10,0	46,3	44,1	45,2	2,1	61,8	47,6	61,8	10,7
Alentejo de Alentejo	17,8	57,1	83,8	87,8	84,8	97,9	96,8	83,7	77,9	11,2	29,8	28,8	30,2	2,4	37,7	12,9	37,7	2,9
Alentejo	39,9	22,1	80,3	85,1	82,6	98,2	96,8	84,0	78,2	12,2	29,4	24,2	26,8	2,6	47,0	30,2	47,0	2,4
Alentejo	33,0	48,0	84,2	90,8	87,4	97,9	96,5	86,6	80,8	10,5	35,7	38,4	37,0	1,9	55,7	37,7	55,7	2,7
Alentejo de Alentejo	22,8	52,2	85,9	89,9	87,1	98,5	96,7	85,7	77,5	10,7	36,9	34,1	35,6	2,2	53,7	36,1	53,7	3,8
Santarém	31,3	51,2	85,2	91,7	88,3	98,3	97,7	86,8	81,0	10,5	37,0	33,9	34,4	2,4	50,8	33,0	50,8	3,4
Santarém	31,8	31,3	83,6	89,8	87,2	97,5	96,7	87,8	80,3	9,2	36,1	30,4	33,3	2,6	44,7	31,6	44,7	3,1
Santarém do Alentejo	16,9	92,4	89,9	92,4	91,7	98,6	97,4	83,4	82,7	12,8	39,6	35,1	37,3	1,8	57,3	41,4	57,3	3,2
Santarém	88,9	28,3	82,9	86,0	83,3	98,1	96,7	84,8	79,3	11,3	34,8	31,0	33,3	2,2	51,7	34,7	51,7	2,7
Vila Verde do Alentejo	71,5	41,7	92,4	95,7	94,0	99,3	98,3	89,3	83,2	7,6	37,5	35,8	36,7	3,4	45,6	31,9	45,6	1,6
Vila Verde	21,0	28,9	82,7	87,1	84,8	98,8	97,1	85,6	80,5	10,3	36,9	34,8	35,6	1,9	53,2	41,1	53,2	2,9
Vila Verde	16,3	38,5	91,5	94,4	91,4	98,4	97,3	86,4	81,6	11,6	35,4	34,4	34,9	2,3	53,9	48,0	53,9	5,3
Vila Verde do Alentejo	88,3	33,3	80,9	85,5	82,5	98,1	96,4	85,2	80,8	10,7	41,2	40,4	40,8	2,0	60,0	44,3	60,0	6,9



NORTE2020
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional